Capa26_final 21/09/06 12:38 Page 1

Setembro de 2006 • Ano 3 • nº 26

Setembro de 2006 • Ano 3 • nº 26 www.desafios.org.br

desafios

do desenvolvimento

PNUD

ipea

desafios

Ação social

Pesquisa do Ipea mostra que quase 70% das empresas brasileiras investem em projetos para a comunidade

ISSN 1806-9363 R$ 8,90

BEM NATURAL
Produção e exportação de orgânicos aumentam e já pesam na balança comercial

SIDERURGIA
Indústria do aço no Brasil é modelo de eficiência, mas precisa ganhar escala para enfrentar gigantes

DELÍCIA
Pratos típicos e receitas tradicionais conquistam *status* de patrimônio cultural

Sumário26 21/09/06 12:41 Page 3

desafios
do desenvolvimento

Sumário

10 **Entrevista** **Kailash Satyarthi**
O ativista indiano que já libertou mais de 60 mil crianças do trabalho infantil

16 **Sociedade** **Uma mão na roda**
Pesquisa mostra que 69% das empresas brasileiras desenvolvem ações sociais

24 **Agricultura** **Bem natural**
Produção, consumo e exportação de alimentos orgânicos crescem no Brasil

30 **Demografia** **Retrato do futuro**
Em 2030, quase a metade da força de trabalho brasileira deverá ter mais de 45 anos

36 **Indústria** **Nervos de aço**
As usinas nacionais são modelo de eficiência, mas precisam ganhar escala

44 **Gastronomia** **Patrimônio à mesa**
Pratos típicos começam a ser tratados e protegidos como bens culturais

52 **Melhores práticas** **O triste fim do pingüim de geladeira**
Parceria entre a Embraco e a UFSC comemora 24 anos de sucesso

Seções

6 **Giro**

60 **Circuito**

62 **Estante**

64 **Indicadores**

66 **Cartas**

Artigos

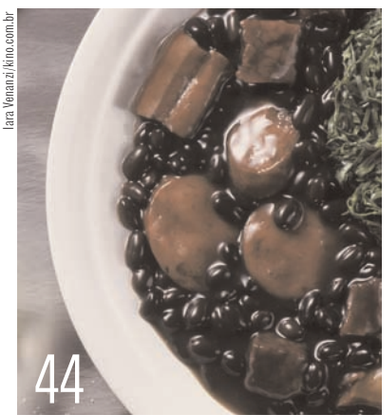
8 **Elias Jabbour**
China e as infra-estruturas

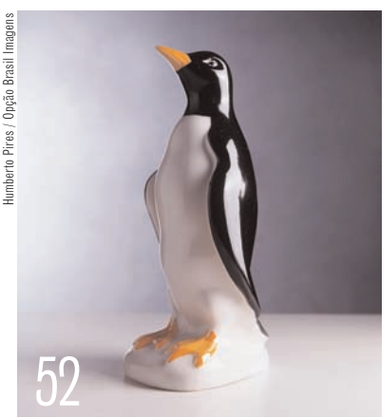
43 **Stephen Cooney**
Crescimento e mudança na siderurgia

50 **Debate sem fronteiras**
Parcerias público-privadas

White Packert/Getty Images
16

Ilustração Orlando
30


Iara Venanzi/kino.com.br
44


Humberto Pires / Opção Brasil Imagens
52

CARTA+EXP.26 21/09/06 12:42 Page 4

Carta ao leitor

É impossível falar sobre esta edição de **Desafios** sem mencionar como foi prazeroso fazê-la. Começando pela conversa com o indiano Kailash Satyarthi, cujo nome é tão complicado quanto são simples seu modo de ser e seus ideais. Há 25 anos ele luta para que todas as crianças do mundo tenham direito a uma infância digna e não sejam exploradas em trabalhos forçados. Parece algo óbvio, mas ao longo desse tempo Satyarthi deparou com mais de 60 mil pequenos trabalhadores, que ele tirou das mãos dos adultos e levou para entidades onde foram atendidos e cuidados. Sua voz e seu apelo ecoam cada vez mais alto e Satyarthi é um dos fortes candidatos ao Prêmio Nobel da Paz do ano que vem. Aqui no Brasil, existem também muitas pessoas que dedicam tempo e esforço para melhorar a qualidade de vida de jovens e adultos. Um novo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que 69% das empresas brasileiras investem em algum tipo de ação social junto à comunidade. De norte a sul e de leste a oeste, os empresários se conscientizam de que a solução para vários problemas nacionais também passa pela via da iniciativa privada, e estão colocando mãos à obra. E, por falar em empresários, a reportagem da página 36 trata de um setor considerado modelo de eficiência, a indústria do aço. Desde a sua privatização, iniciada no final da década 1980, as usinas se tornaram mais produtivas, conquistaram novos mercados e atualmente não se pode falar em aço sem citar o Brasil e seu mais poderoso conglomerado no ramo, a Gerdau. Mas não é só nas indústrias que as coisas estão caminhando bem, no campo a plantação de orgânicos ganha cada vez mais espaço e 85% da produção nacional é exportada. Para contabilizar esse avanço, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acaba de criar um código de identificação especial para os "orgânicos", que será considerado já no próximo censo agronômico. A Câmara de Comércio Exterior fez a mesma coisa no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) para conseguir avaliar exatamente o peso dos produtos naturais em nossa balança comercial. Saindo do campo diretamente para a mesa, a reportagem da página 44 traz um tema delicioso: os pratos típicos brasileiros. Tão importante na formação da identidade nacional quanto a língua ou a música, a gastronomia começa a receber o tratamento que merece. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lançou um edital de mapeamento do patrimônio cultural imaterial no qual serão registrados os rituais culinários praticados nas cozinhas mais tradicionais do país. Bom proveito!

Andréa Wolffenbüttel, Editora-Chefe

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio

CAIXA

desafios
do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
PRESIDENTE Luiz Henrique Proença Soares

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
REPRESENTANTE INTERINA NO BRASIL Kim Bolduc

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Alexandre Marinho, Andréa Wolffenbüttel, Bruno Araújo, Divonzir Gusso, João Carlos Magalhães, Leonardo Rangel, Lucien Muñoz, Luiz Fernando L. Resende, Luiz Henrique P. Soares, Mary Cheng, Murilo Lobo, Pérsio Davison, Renato Villela, Yolanda Polo

Redação
EDITORA-CHEFE Andréa Wolffenbüttel

EDITOR Ottoni Fernandes Jr.

EDITORAS ASSISTENTES Lia Vasconcelos e Marina Nery

REPÓRTER Manoel Schlindwein

COLABORADORES Eliana Simonetti (redação), Ricardo Labastier e Samuel Iavelberg (fotografia), Ivana Gomes (revisão),

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

DIRETORA ADJUNTA DE ARTE Rafaela Ranzani

ASSISTENTE DE ARTE Júlia Elias

FOTO DA CAPA Graeme Harris/Getty Images

Publicidade
DIRETORA Bia Toledo • bia@desafios.org.br

REPRESENTANTES
BAHIA E SERGIPE Canal C Comunicação
Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211• e-mail: canalc@canalccr.com.br
ESPÍRITO SANTO • Mac Marketing e Assessoria de Comunicação
Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: machadom.vix@terra.com.br

Circulação
GERENTE Flávia Cangussu • flavia@desafios.org.br

Atendimento
Paula Galícia (coordenadora) • paula@desafios.org.br

Redação
SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Tel.: (61) 3315-5188 Fax: (61) 3315-5031

Circulação e Publicidade
Rua Urussuí, 93, 13° andar, CEP 04542-050 - São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração Instituto Uniemp
Av. Paulista, 2198, conjunto 161 – CEP 01310-300 - São Paulo, SP
Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas Teletarget
Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

Impressão Prol Editora Gráfica

Distribuição Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E D OPNUD.
É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

JORNALISTA RESPONSÁVEL • Andréa Wolffenbüttel

Pesquisa **Andréa Wolffenbüttel**
Texto **Eliana Simonetti**

GIRO

Divulgação

Exportações

Mais tecnologia embarcada

O volume de produtos tecnológicos embarcados do Brasil para o exterior vem crescendo há sete anos – o que é um ótimo indicador de desenvolvimento. A exportação de material eletrônico (principalmente de telefones celulares) saltou de 17% do total produzido em 2004 para 31% em 2005. De 2000 a 2005, o índice na rubrica automóveis passou de 20% a 36%; e máquinas e equipamentos registraram aumento de 20% para 35%. A Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) constatou que, comparado ao mesmo período do ano passado, no primeiro trimestre de 2006 o crescimento das vendas externas nesses quesitos foi o seguinte: 17,5% para automóveis, 20% para materiais elétricos, e 28% para equipamentos eletrônicos. Exportando 27% da produção industrial, o país está, hoje, menos dependente dos preços de produtos primários, como minerais e agropecuários, que são definidos no mercado internacional e têm tendência de queda.

Patrimônio cultural

Monumentos em risco

O *2006 World Monument Watch*, da organização não-governamental norte-americana World Monument Fund, relaciona uma centena de monumentos de valor histórico e cultural em risco no planeta. Os Estados Unidos são campeões, com nove construções à beira de desaparecer. Há sete italianas, seis chinesas, cinco mexicanas, quatro indianas e outras, nas mais diversas localidades. O Brasil está bem. Só o Convento de São Francisco, no Centro Histórico de Olinda, em Pernambuco, consta no estudo. Instabilidade estrutural, infiltração e precariedade nas instalações elétricas ameaçam o prédio, do século XVII, ocupado por frades franciscanos. Mais informações: http://wmf.org.

Democracia

Candidatos e eleitores mais novos

Os jovens brasileiros parecem estar tomando gosto pela democracia. Entre os candidatos a vagas em assembléias legislativas nas próximas eleições, cinco têm 18 anos e seis têm 19. Jovens de 16 e 17 anos de idade com título eleitoral já representam 2,45% dos 126 milhões de eleitores. Nos últimos quatro anos, o crescimento desse grupo, cujo voto é facultativo, foi superior a 39%. Os fluminenses são recordistas em títulos novos, embora o estado registre o menor número de eleitores nessa faixa etária. Onde há mais moços votantes? No Amapá. Ali, 4,64% dos 16,7 mil eleitores têm menos de 18 anos. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral merecem análise dos estudiosos de sociologia e política.

Estados com maior crescimento do eleitorado jovem

A evolução do eleitorado brasileiro com 16 e 17 anos de idade

Estado	Jovens com título em 2002	% em relação ao total de eleitores no Estado (2002)	Jovens com título em 2006	% em relação ao total de eleitores no Estado (2006)	Aumento do nº de eleitores jovens (2002-2006)
Rio de Janeiro	91.171	0,89%	149.180	1,37%	63,6%
Pará	79.357	2,22%	126.300	3,04%	59,1%
São Paulo	310.950	1,22%	493.752	1,76	58,7%
Amazonas	38.463	2,52%	60.074	3,38%	56,1%
Pernambuco	107.863	2%	168.050	2,88%	55,7%

Fonte: BCG RDE

Internacionalização

Vocação globalizante de algumas empresas brasileiras

Um estudo do Boston Consulting Group (www.bcg.com) denominado "*The new global challengers*" identificou cem companhias de países em desenvolvimento com vocação para se tornarem concorrentes de porte no mercado global, capazes de promover uma revolução no mundo dos negócios. A maioria tem sede na China e na Índia, mas há doze brasileiras na lista. Elas estão no quadro, em ordem alfabética.

Empresa	Setor
Braskem	Petroquímico
Cia. Vale do Rio Doce	Mineração
Coteminas	Têxtil
Embraco	Motores
Embraer	Aviação
Gerdau	Siderurgia
Natura	Cosméticos
Perdigão	Alimentos
Petrobras	Combustíveis
Sadia	Alimentos
Votorantim	Diversos
Weg	Motores

Fonte: BCG RDE

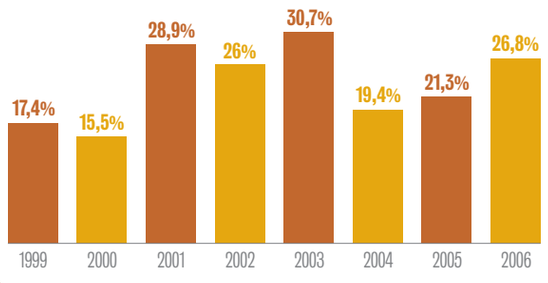
Investimento estrangeiro

De grão em grão...

O Brasil recebeu 9,5 bilhões de dólares de investimento externo produtivo no primeiro semestre. Boa parte desse dinheiro veio de multinacionais e empresas estrangeiras que compraram negócios ou melhoraram suas instalações no país. O Banco Central (BC), entretanto, descobriu um fato interessante. Quase um terço das aplicações é de responsabilidade de pequenos investidores, em operações de valor inferior a 10 milhões de dólares que, somadas, chegam a 2,5 bilhões de dólares. São como moedinhas que, aos poucos, alimentam o cofrinho das empresas, sobretudo nos setores de serviços e imobiliário, como exemplificou Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do BC, ao anunciar a informação.

Participação dos pequenos

A evolução dos investimentos externos diretos em operações de até 10 milhões de dólares



Fonte: Banco Central

Serviços

Brasileiros são os indianos das Américas

O Brasil tem parque industrial vigoroso e diversificado, universidades de bom nível e vem investindo em criatividade e inovação. Esses fatos, e mais alguns, finalmente começam a ser reconhecidos. A Forrester Research, empresa de consultoria e pesquisa dos Estados Unidos, divulgou o estudo "Brasil emerge como um destino *offshore*", assinado pelo analista Willian Martorelli. O país é equiparado à Índia em matéria de competência para a prestação de serviços de tecnologia. "Alto nível de conhecimento do ambiente de mainframes, economia sólida e compatibilidade cultural com os Estados Unidos são pontos fortes", afirma. Problemas a resolver: leis trabalhistas restritivas, provedores com capacidade instalada praticamente toda voltada para o atendimento do mercado interno e poucas pessoas que falam inglês… Mesmo assim, Martorelli recomenda aos clientes que contratem brasileiros.

sxc.hu

Pobreza

Água doce

No mundo, mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável e, em decorrência, mais de 2 milhões de crianças morrem todos os anos. Na zona rural brasileira, pouco mais da metade da população conta com abastecimento. O projeto Água Doce, do Ministério do Meio Ambiente e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, instala dessanilizadores para tornar águas subterrâneas próprias ao consumo humano e aproveitar parte para irrigação e produção de peixes. Atende 60 regiões de cinco estados. O governo federal investirá 6 milhões de reais para duplicar o serviço. Áreas de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) – indicador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – serão prioritárias. O acesso à água é crucial para a redução da pobreza, da fome e da desnutrição.

ARTIGO_JABOUR 21/09/06 12:46 Page 8

Elias Jabbour

China: as infra-estruturas como essência do fenômeno

Divulgação

O pós-crise financeira asiática de 1997 foi marcado – para o caso chinês – pela decisão não ortodoxa de alavancar seu mercado interno pela geração de renda e produto, e o meio para tal foi a colocação em prática de um extenso programa de investimentos em infra-estrutura em energia e transportes. O financiamento das obras na China é marcado pelo caráter basicamente público dos investimentos. Isso se explica pela existência de um forte Estado nacional e de uma taxa de juros atraente ao crédito, mediado por um sistema estatal de intermediação financeira pronto para carrear recursos para os setores estrangulados da economia, no caso, as infra-estruturas.

Joint-ventures são utilizadas para a aquisição de tecnologia moderna. Como exemplo, pode-se citar o caso da Siemens no metrô de Xangai e na importação – planejada pela China – na década de 1990 de máquinas e equipamentos. A não-importação de equipamentos com similar nacional está mais ligada aos objetivos estratégicos do Estado nacional chinês que aos custos de produção e distribuição internos, combinando assim formação bruta de capital intensivo com efeitos multiplicadores na economia. Os chineses estão muito mais para o socialismo de mercado de Oskar Lange do que para o liberalismo de Friedrich von Hayek.

Outro lado da moeda reside no fato de que com a "litoralização" do interior chinês, o suprimento em energia e transportes tornou-se crucial. Atestamos que durante 25 anos o litoral chinês criou as condições objetivas sob a forma de acúmulo de capital, para em seguida literalmente financiar o desenvolvimento do interior. A liquidez do empreendimento está na troca de capitais e tecnologia do litoral por recursos enérgicos abundantes do oeste.

A formação nas próximas décadas de uma economia continental chinesa espelha-se no mesmo processo verificado nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX. Da mesma forma que os Estados Unidos escolheram Chicago para ser o centro dinâmico de sua expansão para o oeste, a China escolheu Chongqing. Como Chicago, Chongqing está localizada no meio-oeste do país e desde 2001 tem recebido do governo central investimentos anuais da ordem de 20 bilhões de dólares.

De forma geral, destacam-se a construção da usina de Três Gargantas, o gasoduto Xinjiang-Xangai, a ferrovia de 1.125 quilômetros ligando Qinghai ao Tibete, onde 80% do trajeto ocorre acima de 5 mil metros de altura, em *permaforst* (terra com gelo permanente e ar rarefeito). Sobressaem-se ainda a construção de 2.500 quilômetros de trilhos oeste-leste e sete corredores rodoviários leste-oeste.

Entre 1998 e 2005, a China investiu 800 bilhões de dólares em infra-estruturas, enquanto o Brasil, com estrangulamentos no setor datados do início da década de 1980, investiu no mesmo período exatamente 18 bilhões de dólares, ou 2,2% do montante chinês.

Para o caso brasileiro, as condições para o enfrentamento do nó infra-estrutural já estavam dadas no final da década de 1970 com a implantação no governo Geisel de um novo Departamento 1 (indústria mecânica pesada).

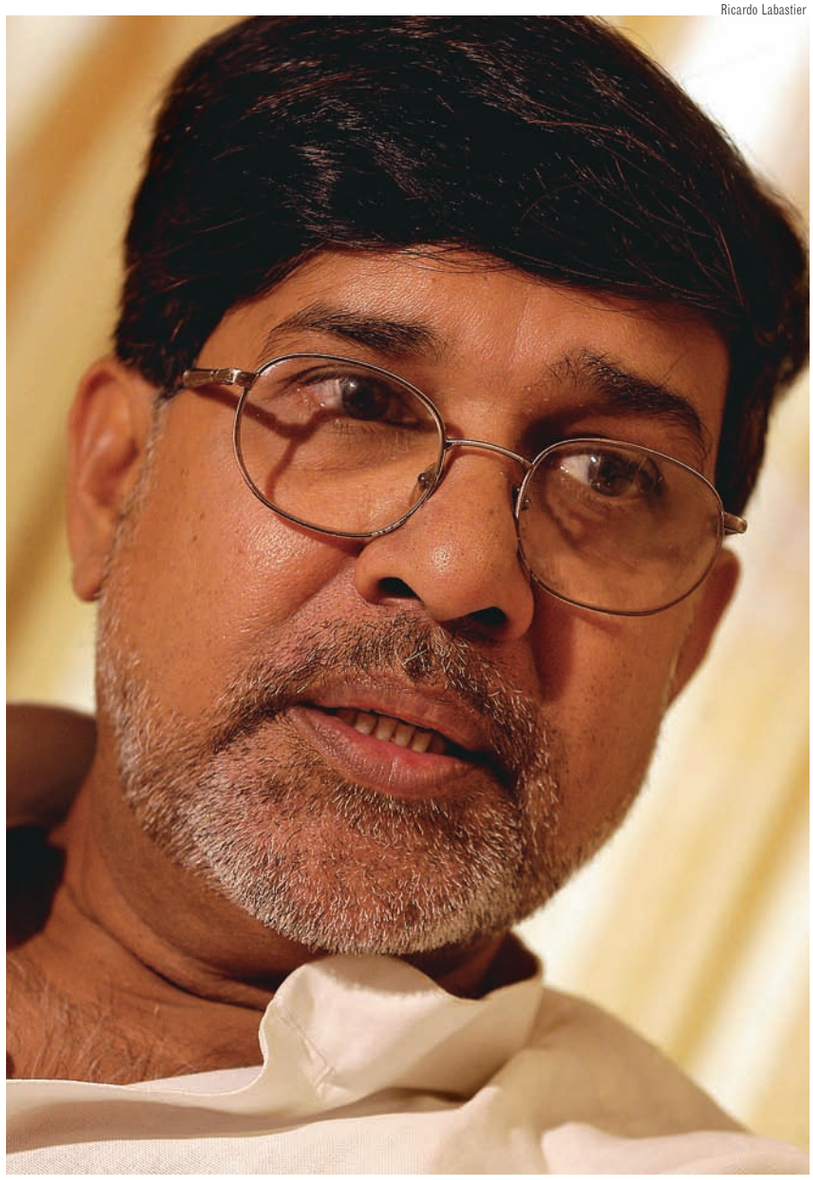
Tal enfrentamento foi inviabilizado por sucessivas políticas de "estabilização" financeira, de "combate à inflação" pela via da compressão de demanda e abertura comercial e, conseqüentemente, pelo abortamento de um capitalismo financeiro brasileiro. Para Ignácio Rangel – o maior economista brasileiro do século passado –, a tônica desse processo é a desnacionalização de todos os ramos fundamentais da economia, transferidos para o comando externo pela mão do Estado, viabilizando um *dumping* sem precedentes na história recente.

"Entre 1998 e 2005, a China investiu 800 bilhões de dólares em infra-estruturas, enquanto o Brasil, com estrangulamentos no setor datados do início da década de 1980, investiu no mesmo período exatamente 18 bilhões de dólares, ou 2,2% do montante chinês"

Elias Jabbour é mestre em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e autor do livro *China: infra-estruturas e crescimento econômico*

ENTREVISTA 26 21/09/06 12:49 Page 10

Ricardo Labastier



Indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz deste ano, o indiano Kailash Satyarthi é um exemplo de gente que faz diferença. Há 25 anos, abandonou a engenharia para combater o trabalho infantil. Nesse período, calcula-se que tenha resgatado mais de 60 mil pequenos trabalhadores, além de outros tantos adultos mantidos em regime de escravidão moderna. Comanda pessoalmente invasões a fábricas para libertar crianças e devolvê-las à infância. De passagem por Brasília, para participar de um seminário sobre educação, pobreza e desenvolvimento, promovida pela Missão Criança ele falou a **Desafios** a respeito de sua luta e de seus projetos futuros.

Kailash Satyarthi

Um herói contemporâneo

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

ENTREVISTA 26 21/09/06 12:50 Page 11

condições. Dessas, cerca de 20 milhões são escravizadas

Desafios – Por que o senhor trocou a carreira de engenheiro pelo combate ao trabalho infantil?

Satyarthi – O interesse e a paixão pelo trabalho com crianças têm origem na minha infância. Meus pais queriam que eu fosse engenheiro, o que é comum em famílias de classe média de cidades pequenas da Índia. Quando fui à escola pela primeira vez, aos 5 anos, vi um menino sentado nos degraus do lado de fora, trabalhando como engraxate com seu pai. Fiquei chocado ao descobrir que meninos da minha idade não estudavam como eu e meus amigos. Perguntei ao professor por que essa criança estava lá fora. Ele me disse: "Existem muitas crianças como esse menino. São pessoas pobres, nada de novo". Mas não me conformei. Perguntei a outras pessoas, que também não me convenceram. A resposta era sempre a mesma. Um dia, criei coragem e fui falar com o pai do garoto. Perguntei: "Por que o senhor não leva seu filho à escola?" Ele ficou surpreso e, depois de alguns minutos, disse: "Ninguém nunca havia me perguntado isso, eu nunca pensei no assunto. Meu pai trabalhava desde a infância, isso aconteceu comigo e, agora, meu filho também trabalha. Nascemos para trabalhar". Descobrir que algumas pessoas nascem para trabalhar e outras, como eu, nascem para ir à escola, foi terrível e encarei o caso como um desafio. Foi quando comecei a coletar livros e dinheiro para os que eram obrigados a largar os estudos – o que segui fazendo por toda a vida. Ao terminar a graduação e a especialização em engenharia elétrica de alta voltagem, cheguei a trabalhar como engenheiro por um ano. Depois larguei. Naquele tempo, ninguém combatia a escravidão infantil em meu país. Nem as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) atuavam nessa área. Começar foi muito difícil.

Desafios – O senhor é fundador-presidente da Marcha Global contra o Trabalho Infantil e também da Coalizão Sul-Asiática sobre Escravidão Infantil. Como surgiram essas organizações?

Satyarthi – A Coalizão Sul-Asiática sobre Escravidão Infantil teve origem numa organização não-governamental indiana com ação direta na libertação de crianças da escravidão e sua posterior educação e reabilitação. A Marcha Global contra o Trabalho Infantil foi fundada em 1998, depois de uma marcha que envolveu cerca de 2 mil organizações não-governamentais e muitos sindicatos. As pessoas partiram de locais como Manila, capital das Filipinas; São Paulo, no Brasil; e Cidade do Cabo, na África do Sul; se encontraram na Europa e seguiram até Genebra, na Suíça. Ali, os participantes decidiram adotar o mesmo nome, formar uma organização comum. Assim, a Marcha Global contra o Trabalho Infantil passou a ter presença em 140 países.

Desafios – Como essas organizações são financiadas?

Satyarthi – Elas são independentes. Captam seus próprios recursos. A coordenação da Marcha Global não repassa dinheiro, mas promove campanhas educacionais e outras atividades conjuntas.

Desafios – O senhor participa pessoalmente do resgate de crianças. Como sabe aonde ir?

Satyarthi – Vou citar um exemplo. Há uma semana, uma pessoa me contou que um menino havia sido levado à força a Nova Délhi, capital da Índia, distante de sua casa cerca de 900 quilômetros. Por aproximadamente quinze meses, trabalhou num pequeno restaurante de rua. Não podia sair, não recebia pagamento e foi avisado de que, se tentasse fugir, apanharia. Havia outras pessoas trabalhando ali, mas o menino não apenas trabalhava: morava lá. Era um escravo. Acordava muito cedo, para limpar o lugar, e ia dormir muito tarde. Reuni um grupo

Cruzada pela infância

Todo de branco, com calça e túnica típicas da Índia, Kailash Satyarthi recebeu Desafios de pés descalços – um hábito cultural indicador de que pretendia ter uma conversa descontraída. Um desavisado jamais imaginaria o trabalho em que está envolvido esse homem de óculos e barba aparada. Aos 51 anos de idade, com jeito tranqüilo, ele não demonstra seu poder como ativista. Fala com serenidade de histórias dramáticas e das ameaças de morte que a família recebe – motivo de sua filha ter deixado a Índia para estudar nos Estados Unidos. O filho, advogado, trabalha com o pai.

A tarefa, que ocupa todos os seus dias, desde os 26 anos de idade, parece – só parece – óbvia: levar o mundo a compreender que criança deve brincar e estudar, e não trabalhar ou receber maus tratos. As táticas são muitas. De palestras para grandes públicos internacionais a conversas com líderes de pequenas vilas. De invasões a organizações que mantêm crianças prisioneiras à mobilização de marchas. Marchas integram a tradição indiana desde os tempos de Mahatma Gandhi, ícone da não-violência que marcou a história do planeta e, apesar de ter sido indicado sete vezes para o Nobel da Paz, entre 1937 e 1948, jamais foi laureado.

A cruzada de Satyarthi completa um quarto de século este ano. "Alguém tem de enfrentar os problemas, as resistências, para melhorar o mundo. Isso sempre ocorreu, com Gandhi ou Martin Luther King", costuma dizer. Muita coisa mudou nesses 25 anos. As empresas se modernizaram. Há selos que identificam produtos feitos sem mão-de-obra infantil. Consumidores estão mais conscientes da existência de escravidão infantil por toda a parte. Por sua atuação, e pelas vitórias que alcançou, o engenheiro-ativista é um dos 191 indicados ao Prêmio Nobel da Paz deste ano. O número de candidatos é recorde. Kailash Satyarthi vem sendo considerado um forte concorrente. O mundo conhecerá o escolhido pela academia sueca em outubro.

de amigos e representantes da mídia local, fomos ao restaurante e, depois de alguma discussão, saímos com o menino. Então, chamamos a polícia e explicamos a situação. O garoto ficou num abrigo para crianças até que seu pai chegasse a Nova Délhi para levá-lo de volta à sua casa. Isso ocorreu na semana passada.

Desafios – Qual foi sua experiência mais dramática?

Satyarthi – Há dois anos, fomos abordados por mães do Nepal. Elas foram à Índia nos contar que traficantes haviam levado suas filhas para trabalhar num circo, onde estavam presas há anos. As meninas não podiam sair, pois o circo era como uma fortaleza, com muitas grades. Uma das mães soube que suas condições de vida eram péssimas e que sofriam abusos sexuais. A autoridade local, que procuramos, era uma pessoa horrível, envolvida com indústrias que usam trabalho infantil. No circo, fomos bem recebidos, e o diretor nos garantiu não haver nenhuma menina por ali. Então, invadimos o local com a polícia, a autoridade local e a mídia. Foi um horror. O diretor do circo apontou um revólver para meu rosto e ameaçou me matar. A polícia estava mancomunada com as autoridades e com o pessoal do circo. E os jornalistas estavam filmando tudo, com transmissão ao vivo. Houve muita briga. Pais e mães se machucaram. Eu tive de ser hospitalizado. Meu filho, que é advogado e foi conosco para nos dar amparo legal, também apanhou. Depois de tudo isso, achei que não teria sentido abandonarmos aquelas meninas, 24 no total, que estavam escondidas em algum lugar. Comecei, então, uma greve de fome. Foram seis dias de muita pressão nacional e internacional até que, finalmente, a corte local libertou as garotas. Essa foi uma das experiências mais dramáticas pelas quais passei.

Desafios – Quantas crianças o senhor já libertou?

Satyarthi – Em ações diretas, foram quase 70 mil, até agora. Muitas outras foram resgatadas indiretamente. Acontece, por exemplo, de irmos a uma fábrica e libertamos dez crianças, o que sempre tem repercussão na mídia e entre as autoridades locais. Então, a fábrica vizinha decide soltar as crianças que mantém em suas instalações e mandá-las de volta para casa. Assim, o número é muito maior.

Desafios – Como vivem as crianças que são obrigadas a trabalhar?

Satyarthi – As crianças não têm voz; não têm infância, liberdade ou sonhos. Não vão à escola. Vivem cativas. As meninas daquele circo de que falei eram obrigadas a levantar muito cedo para fazer exercícios de preparação para três ou quatro apresentações diárias. Eram submetidas a duas horas de preparação e doze horas de espetáculos. Se o show ia bem, os empregadores ofereciam as meninas para dormir com as autoridades e a polícia do local. Caso contrário, como castigo, elas eram estupradas. Era um beco sem saída. Uma vergonha. O mesmo acontece com crianças na indústria de tapetes, de tijolos, no mundo inteiro. É errado dizer que não existe mais escravidão.

"As crianças cativas não têm voz; não têm infância, liberdade ou sonhos. Não vão à escola. Uma vergonha. Isso acontece no mundo inteiro. É errado dizer que não existe mais escravidão"

Desafios – As crianças são seqüestradas ou os empregadores negociam com as famílias?

Satyarthi – As duas coisas ocorrem. Algumas vezes há seqüestro. Outras vezes, os empregadores fazem falsas promessas aos pais. De toda maneira, as crianças se tornam escravas, sem ter como voltar para casa.

Desafios – Quais são os traumas psicológicos mais graves da exploração nas crianças?

Satyarthi – Eu diria que o pior é que elas não conseguem mais confiar nas pessoas. Crianças exploradas perdem a fé nos adultos. Como sempre foram traídas e abusadas, uma vez libertas têm dificuldade em admitir que alguém queira ajudá-las. Muitas nem sequer percebem que são crianças.

Desafios – Como evitar que essas crianças sejam novamente escravizadas?

Satyarthi – Primeiro, levamos as crianças de volta às suas casas, para ver pais, irmãos e irmãs, e ter a sensação de liberdade e infância. Então, incentivamos as famílias a irem a um de nossos centros, onde as crianças são educadas e reabilitadas. Verificamos a matrícula em escolas, para que os pequenos e suas famílias recebam benefícios do governo. Há programas governamentais para a reabilitação, mas eles não funcionam automaticamente. Temos de fazer pressão para que o dinheiro chegue. Também oferecemos tratamento psicológico e cursos profissionalizantes para os maiores de 14 anos. Além disso, mantemos contato com as pessoas da vila, os líderes comunitários, e pedimos que jurem que não tolerarão mais o trabalho infantil.

Desafios – O senhor acha que é possível devolver a essas crianças a infância perdida?

Satyarthi – Certamente. Essa é a missão da minha vida. Se não conseguíssemos trazer esse sentimento de volta, por que estaríamos trabalhando? Não é um exercício mecânico ou econômico, é um exercício humanitário. Dignidade e amor fazem toda a diferença. As crianças libertas estão traumatizadas, é claro, estão chocadas, sentem-se inferiores. Muitas nunca sentaram numa cadeira. Se eu estou numa cadeira e chamo uma criança para sentar, ela fica desconcertada. No sistema de castas

ENTREVISTA 26 21/09/06 12:54 Page 13

Ricardo Labastier

da Índia há os intocáveis. As crianças, então, não pegam água da jarra, mas nós pedimos que elas façam isso, que comam conosco. Nos nossos centros, a hierarquia funciona de cabeça para baixo. Quando estou lá, levanto de manhã com a tarefa de limpar os banheiros, assim como os professores e as pessoas que trabalham conosco devem, por exemplo, varrer o espaço em que as crianças moram. Os recém-chegados cochicham entre si: "O que está acontecendo?" E isso nos deixa felizes. Representa o início de seu fortalecimento. Meu propósito é não apenas devolver a essas crianças a infância e a dignidade, mas também fazer com que sejam suas próprias libertadoras. Muita gente que passou por nossos centros se tornou líder na luta contra o trabalho infantil.

Desafios – A origem do trabalho escravo infantil é a pobreza?

Satyarthi – Existe uma relação triangular de causa e conseqüência. Numa ponta está a pobreza; na outra, o analfabetismo; e, na terceira, o trabalho infantil. A pobreza, sem dúvida, está na origem do trabalho infantil. Mas o trabalho infantil também gera pobreza, pois as crianças que trabalham continuam pobres, e seus filhos vão trabalhar e permanecer pobres. Em muitos países há um paralelo entre trabalho infantil e desemprego adulto. Criança é mão-de-obra barata, física e mentalmente vulnerável, e ainda pode morar no local do trabalho. Então, são recrutadas, e seus pais ficam sem trabalho. Os lucros ficam com os empregadores, o que aprofunda e espalha a pobreza. Há, portanto, um círculo vicioso: trabalho infantil, desemprego e pobreza se alimentam. O mesmo ocorre com a educação. Muitas pessoas acham que a pobreza é responsável pelo analfabetismo, mas, hoje em dia, conhecimento significa poder, que pode ser traduzido em dinheiro. De novo, não é a pobreza que causa o analfabetismo. Um fenômeno acentua e dá continuidade ao outro.

ENTREVISTA 26 21/09/06 12:55 Page 14

"O problema de educação das crianças poderia ser resolvido com 1% do gasto mundial com armas. Planejamos uma marcha em favor da paz para 2008. Será a maior mobilização da história"

Desafios – O senhor tem idéia de quantas crianças são forçadas a trabalhar no mundo?

Satyarthi – É difícil estimar esse número, mas eu diria que aproximadamente 218 milhões trabalham em más condições. Dessas, cerca de 20 milhões são escravizadas.

Desafios – Quais são os setores da economia que mais empregam crianças?

Satyarthi – Cerca de 70% das 218 milhões de crianças que trabalham estão na agricultura. As demais estão principalmente em pequenos restaurantes e lojas e no trabalho doméstico.

Desafios – Quais são as regiões no mundo onde há mais crianças trabalhando?

Satyarthi – A Ásia é a região onde a escravidão infantil é mais comum. África e América Latina vêm em seguida. Mas também existem crianças traficadas e presas nos Estados Unidos. Ali, muitas crianças de origem hispânica vivem nessas condições.

Desafios – O senhor já foi a outros países com o propósito de libertar as crianças?

Satyarthi – Do ponto de vista legal, é difícil libertar crianças em outros países. Eu já estive cinco vezes no Brasil, desde 1997. Em minha primeira visita, vi crianças trabalhando em indústrias de sisal e de tijolos, e em casas de família. Falei com elas, mas legalmente não podia fazer nada. A alternativa é agir com parceiros locais.

Desafios – Como o senhor avalia as políticas brasileiras de combate ao trabalho infantil?

Satyarthi – O Brasil está entre os países com histórias de sucesso nessa área. Muito trabalho bom já foi feito. Há o programa Bolsa-Escola, que eu acompanho desde a origem. Minha única preocupação é que o programa não pode se limitar à exigência de matrícula das crianças em escolas. Deve haver educação de boa qualidade, pois as crianças terão de competir no mercado de trabalho e, se a educação primária nas escolas públicas não é de qualidade, os estudantes não conseguem vagas em universidades públicas. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é muito interessante, mas soube que seu orçamento foi cortado, o que não é bom. É muito importante ter um programa específico para a erradicação do trabalho infantil. Acho que o governo brasileiro deveria priorizar políticas nas áreas de educação e trabalho infantil, estabelecer um programa único, e não um programa como o Bolsa-Família, com vários objetivos.

Desafios – Qual é o seu sonho?

Satyarthi – Minha missão e meu sonho é ver o fim do trabalho infantil enquanto estiver vivo. Lembro-me de que quando comecei, há 25 anos, foi muito difícil convencer minha família, meus amigos e os políticos de meu país. Desafiei as agências da ONU, que não tinham nenhuma ação de combate ao trabalho infantil até a década de 1990. Em muitos países, havia simplesmente resistência em admitir a existência do problema. Eu sou otimista porque fui testemunha de muitas mudanças nesses anos. Hoje a consciência existe. Muitos países já assinaram acordos, tratados e leis internacionais. Foi estabelecida a meta de erradicar o trabalho infantil e assegurar educação para todos até 2015. O mundo está no caminho certo. Quando comecei a primeira campanha de sensibilização de consumidores, temia-se pela sobrevivência da indústria de tapetes na Índia. Hoje, existe um selo social que garante que um tapete não foi produzido por crianças. Tenho certeza de que o trabalho infantil irá desaparecer em breve.

Desafios – E quais são seus planos futuros?

Satyarthi – Estou começando a pensar na dimensão de paz e segurança. Depois dos atentados de 11 de setembro, nos Estados Unidos, houve, de um lado, a ascensão do terrorismo e, de outro, a justificativa para as guerras. As crianças são vítimas de ambos. Há uma relação direta entre guerra e exploração infantil. Em países violentos, ou no pós-guerra, vemos mais trabalho infantil, tráfico, abandono escolar, prostituição. Estamos levantando essa questão: o problema de educação de todas as crianças do planeta poderia ser resolvido com apenas 1% do gasto mundial com artefatos militares. O mundo gasta cerca de 1 trilhão de dólares por ano com o que é chamado de defesa. Na verdade estão sendo fabricados revólveres e bombas com o objetivo de matar. É uma ofensa à humanidade. Com cerca de 11 bilhões de dólares todas as crianças poderiam receber educação. Planejo organizar um movimento infantil em prol da paz, um direito fundamental que não deve existir somente no discurso, nas religiões. Já começamos a conversar com crianças em todo o mundo e a reação tem sido ótima. Todas ficam empolgadas com a idéia. O objetivo é promover uma marcha em 2008, muito maior do que a de 1998. Tenho certeza de que será a maior mobilização da história. As crianças serão as líderes, mas a juventude, os professores, todas as pessoas poderão dar seu apoio. Pensamos em três ou quatro marchas simultâneas em direção a um país. Na última marcha que realizamos, 7,2 milhões de pessoas assinaram ou colocaram impressão digital num papel. Quando chegamos a Genebra, havia sete caminhões cheios de documentos, com assinaturas e impressões digitais. Foi maravilhoso. Para a próxima marcha, esperamos ainda mais, porque paz e segurança são assuntos que falam ao coração de todos. d

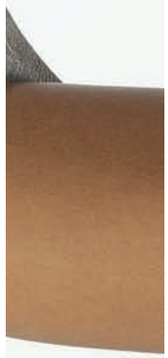
SOCIEDADE

White Packert/Getty Images

ação social2 21/09/06 12:58 Page 17

Por **Manoel Schlindwein**, de Brasília

mão na roda



Segunda edição de pesquisa do Ipea mostra que 69% das empresas brasileiras desenvolvem algum tipo de ação voltada para a comunidade. Quase sempre a iniciativa parte diretamente dos proprietários, que, apesar de acreditarem que é responsabilidade do Estado cuidar da população, dizem-se levados, por motivos humanitários, a suprir as falhas do governo. Ao contrário do que se pensa, muitos não divulgam seus programas com medo de enfrentar uma torrente de pedidos

ação social2 21/09/06 12:59 Page 18

A maior parte das iniciativas das empresas é voltada para alimentação e abastecimento.

Os problemas sociais brasileiros são inúmeros. Estão espalhados de norte a sul do país, atingem gente de toda idade, raça e sexo. Solucioná-los é um desafio para Hércules nenhum botar defeito. No entanto, apesar de todas as dificuldades, há cada vez mais gente disposta a colaborar na empreitada. É o que mostra a segunda edição da pesquisa "A iniciativa privada e o espírito público", que quantifica as empresas que desenvolvem algum tipo de ação social. Realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o levantamento constatou que o índice de empresas que praticaram ações voltadas para a comunidade subiu 10 pontos num intervalo de quatro anos. De 59% em 2000 pulou para 69% em 2004, o que corresponde à participação de mais de 600 mil das cerca de 870 mil firmas existentes no país (veja gráfico na pág. ao lado).

Foram ouvidas 9.978 empresas de todo o país com pelo menos um empregado. A seleção foi baseada em cadastro mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro de Empregados e Desempregados (Caged). A pesquisa cobriu apenas uma das sete fatias do bolo da responsabilidade social. Em vez de falar dos compromissos que as empresas têm com fornecedores, investidores, consumidores, funcionários, estado e meio ambiente, o trabalho procurou refletir as ações sociais voluntárias desenvolvidas apenas entre as companhias e a comunidade. Assim, foram considerados desde trabalhos de atendimento emergencial, como doação de agasalhos, até iniciativas de duração prolongada e que requerem mais recursos, como projetos de educação a distância.

O perfil mais comum entre as que afirmaram promover ações sociais é o da companhia com até dez funcionários (68%), que atua no comércio (53%) e tem sede na região Sudeste (50%). Dados que coincidem com a maioria numérica de empresas brasileiras. A maior colaboração, nesse quatriênio, para o aumento de iniciativas veio das firmas nordestinas, que na pesquisa anterior não se mostravam tão engajadas socialmente.

A ação que tomou a dianteira no período foi aquela voltada para a alimentação e o abastecimento. A proporção de empresas que cooperaram para minimizar esses problemas foi de 41% para 52% no intervalo entre a primeira e a segunda pesquisa (leia tabela na pág. 21). Um fator que certamente estimulou esse tipo de iniciativa foi o lançamento do programa Fome Zero, do governo federal, que provocou discussões a respeito do tema, além de ter sido amplamente divulgado na mídia. A coordenadora-geral da pesquisa, Anna Maria Tiburcio Medeiros Peliano, observou que o perfil do atendimento privado ainda é "predominantemente emergencial", ou seja, a maioria das empresas atua em demandas imediatas da comunidade próxima de seu entorno. Os principais atendidos são as crianças (62%) e os idosos (39%). Merece atenção a redução no atendimento conferido à família. De 40% em 2000 o número caiu para 15% quatro anos depois. Porém, a redução pode ser devida a questões conceituais. O termo família é vago demais e também se confunde com "comunidade", igualmente abrangente.

No Movimento Natura, os consultores e consultoras

Filantropia De acordo com os entrevistados, o desejo de "ajudar o próximo" de forma direta, ou seja, a motivação humanitária, é a principal mola propulsora das ações sociais entre as empresas. Apesar de uma redução considerável, ela ainda lidera com margem de 10 pontos percentuais em relação à segunda colocada, que é o atendimento de pedidos de outras entidades. "Filantropia é amor à sociedade, não há nada de mal em agir dessa forma", diz Anna Peliano, lembrando a conotação negativa que a palavra ganhou no passado por designar ações desprovidas de interação com os beneficiados. "O Brasil é desigual ao extremo. E os empresários brasileiros vêm percebendo que é inconciliável, tanto do ponto de vista ético como dos negócios, um cenário social em que coa-

Distribuição das empresas que realizaram ações sociais em 2000

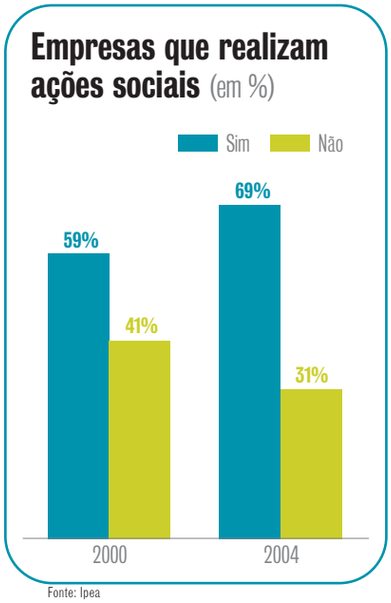
Fonte: Ipea

ação social2 21/09/06 13:00 Page 19

A proporção de firmas que cooperam para minimizar esses problemas é de 52%

Fotos Divulgação

da empresa estimulam pessoas com ensino fundamental incompleto a voltar para a escola



Fonte: Ipea

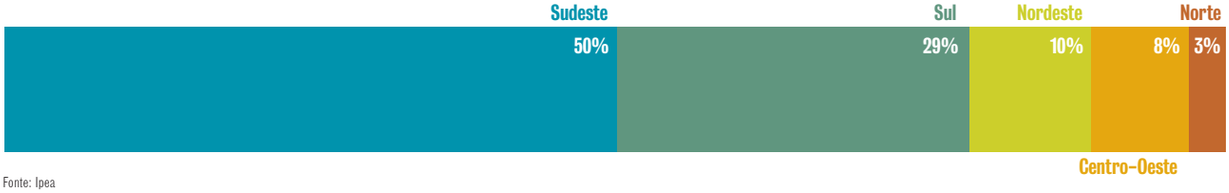
bitam empresas saudáveis e em crescimento, inseridas numa sociedade enferma, com um fosso cada vez maior a separar cidadãos ricos e pobres", afirma Fernando Rossetti, do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

Essa noção parece estar cada vez mais enraizada na cabeça do empresariado. Setenta e oito por cento dele concorda que é obrigação do Estado cuidar do social, mas eles se sentem no dever a intervir porque os governos não cumprem sua tarefa (leia tabela na pág. 20). Os empreendedores não querem substituir o Estado, apenas compensar sua insuficiência em determinados pontos. E tem mais. Cinqüenta e um por cento deles disseram que só não atuam em prol da comunidade porque não têm mais recursos. Apenas 8% disseram que nada levaria a empresa a realizar ações sociais. Ou seja, há muita gente disposta a ajudar ainda mais os outros e a fazer mais pelo país.

Descobrir quais são essas empresas é muito fácil, apesar de o Ipea não revelar a identidade dos entrevistados. Basta folhear as revistas e conferir os balanços sociais publicados por muitas organizações. Uma delas é o grupo Telemar, que, em meados de 2004, por meio do Instituto Telemar, lançou o programa Comunidade Digital, destinado a fornecer acesso à Internet em banda larga à rede de ensino estadual e municipal de todo o Brasil. Do início até 2006, foram quase 2 mil escolas conectadas à rede mundial de computadores, o que torna o projeto um dos maiores em abrangência no país. O programa contabiliza 55 convênios espalhados por 1.895 escolas instaladas em catorze estados brasileiros, o que permite que exatos 2.069.220 alunos da rede municipal e estadual de ensino estejam ligados à Internet.

Mas nem tudo são boas notícias. A pesquisa revelou também que, apesar de o número de empresas que investem no social ter aumentado significativamente no intervalo de quatro anos, os recursos liberados por ano diminuíram 2,2 bilhões de reais (leia tabela na pág. 21). Qual o motivo? Anna Peliano acredita que o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, cerca de 0,54%, pode explicar o fenômeno. "Quanto mais prósperos os negócios, mais verbas serão destinadas ao social e vice-versa", afirma Peliano, levantando a hipótese de que os recursos disponibilizados pelo setor empresarial para o

Distribuição das empresas que realizaram ações sociais em 2004



Fonte: Ipea

ação social2 21/09/06 13:01 Page 20

"Os empresários vêm percebendo que é inconciliável, do ponto de vista ético e dos negócios,

combate à pobreza acompanham os movimentos da economia. O aumento da participação de pequenas e microempresas investindo no social também pode justificar a diminuição do valor. A participação de empresas de menor porte, com até dez funcionários, subiu 12 pontos percentuais, mas isso não quer dizer que o montante de recursos aplicados seja proporcional. De modo geral, empresas menores têm receitas menores e conseguem destinar menos às iniciativas humanitárias.

Outro dado curioso é que apenas 2% das empresas aproveitaram os incentivos fiscais em suas ações sociais. Isso equivale a uma quantia de 4,7 bilhões que contou com "subsídio" governamental. Várias são as razões citadas para que a classe empresarial evite a parceria com o Estado. Entre as principais está o medo de vincular a imagem à política partidária e aos governantes do momento. Outra zela pela prudência: como boa parte dos programas muda a cada eleição, os empresários temem que seus projetos não tenham continuidade.

É interessante saber que uma parcela considerável dos entrevistados (20%) informou que adota ações sociais motivada por convicções religiosas. Isso mostra que as iniciativas partem diretamente do coração do dono da empresa. "O principal agente é o proprietário, que age a título pessoal, por acreditar que melhora a qualidade de vida na comunidade e porque melhora seu bem-estar pessoal", explica o economista Miguel Bacic, professor do departamento de economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). De fato. A pesquisa mostrou que, em 56% dos casos, o dono da empresa é o responsável direto pela ação social – a diretoria vem em segundo lugar, com 23%. E nem sempre os projetos de ajuda contam com a participação dos funcionários. Mais especificamente, em apenas 31% há a colaboração dos empregados.

O que, no entanto, não impede que encontremos grandes iniciativas com forte apoio dos empregados ou colaboradores. De novembro de 2004 até o primeiro semestre deste ano, cerca de 77 mil pessoas

Mais de 106 mil crianças já foram atendidas pelo programa de saúde ocular mantido pela SulAmérica Seguros, que d

Percepção dos empresários sobre sua atuação na área social

Questão	Concorda	Não concorda	Não tem opinião
É obrigação do Estado cuidar do social; as empresas atuam porque os governos não cumprem seu papel	78	13	9
Para as empresas, a necessidade de realizar atividades sociais para comunidades é maior agora do que alguns anos atrás	65	20	15
O Estado sozinho não é capaz de resolver os problemas sociais, portanto, as empresas têm de dar sua contribuição	57	33	10
É papel das empresas realizar atividades sociais para comunidades carentes	48	36	16
As empresas devem realizar atividades sociais para fortalecer ou ampliar o alcance de políticas e programas governamentais	41	46	13
Para as empresas contribuírem para a comunidade, basta pagar impostos, gerar empregos e garantir a qualidade de seus produtos ou serviços	34	53	13

Fonte: Ipea

um cenário social em que coabitem empresas saudáveis em uma sociedade enferma"

Divulgação

que doa óculos de grau para deficientes visuais

com o ensino fundamental incompleto se matricularam nas classes do EJA (programa de educação de jovens e adultos do governo federal), oferecido em escolas da rede pública de ensino. O número é resultado do trabalho voluntário dos revendedores autônomos da Natura, empresa do ramo de cosméticos, que se empenharam em identificar em seus círculos de relacionamento pessoas que não haviam terminado o primeiro grau. A mobilização das consultoras e dos consultores da Natura em torno da educação foi incentivada pelo Movimento Natura, projeto criado em 2005 que visa disseminar entre esse público o conceito da sustentabilidade, apoiá-lo em suas ações, dar visibilidade aos bons exemplos e valorizar as ações de voluntariado. No Movimento Natura, os consultores e consultoras são motivados a atuar como agentes de transformação local, realizando ações sociais e ambientais.

Polêmica Quando se fala em ação social das empresas, sempre surge a desconfiança de que as companhias exploram os problemas para associar sua imagem a aspectos valorizados pela sociedade, como respeito ao ser humano, ao meio ambiente e à ética nos negócios. Miguel Bacic, da Unicamp, defende a tese de que as grandes empresas tendem a ser mais racionais e formalistas no exercício da responsabilidade social, inserindo essas ações em seu planejamento estratégico e no orçamentário formal, sempre dentro da lógica custo-benefício (imagem, melhor relação com a comunidade, satisfação e produtividade dos funcionários). Já as firmas menores agiriam por decisão pessoal do proprietário, atendendo a escolhas privadas, como a igreja que freqüenta ou a entidade que simpatiza, por exemplo. "Em teoria, deve-se esperar que as empresas maiores tendam a ser mais calculistas nessas ações, que passam a ser avaliadas em relação ao seu retorno quanto ao impacto na comunidade, na imagem de marca e na produtividade interna", argumenta Bacic, e exemplifica: "A Coca-Cola se define como empresa cidadã e desenvolve programas de valorização do jovem, de alimentação e apoio a manifestações folclóricas no Amazonas. Observa-se que as ações mantêm coerência com seu público-alvo, reparando de certa forma as críticas à sua atuação, os desvios na alimentação que o uso de refrigerantes leva, especialmente para os jovens, e a americanização que o nome Coca-Cola faz lembrar".

Maurício Bacellar, gerente de relações institucionais da Coca-Cola Brasil, informa que o que a companhia faz é uma espécie de prestação de contas para os consumidores. "A cada dia eles querem saber mais sobre o que a empresa faz e como são seus produtos." Bacellar diz que o comportamento dos consumidores influenciou decisivamente na revisão do conceito dentro da empresa. Antes eles faziam questão de não veicular os investimentos no social, depois passaram a fazer o contrário. "Afinal, a Coca-Cola não faz as ações por interesse, ela faz por convicção, é uma coisa que está no DNA da empresa."

Outro exemplo de grande empresa preocupada em melhorar o seu entorno é a rede de hotéis Sofitel. Quem vê as sofisticadas instalações na Costa do Sauípe, no litoral baiano, pode ter a impressão de que ali se consome predominantemente comida importada, preparada e servida por mão-de-obra de outras regiões. Nada disso. Os administradores do Sofitel fecharam um convênio com a Cooperativa de Pequenos Agricultores de Vila Sauípe (Coopevales), na qual a firma se compromete a comprar toda a produção local de alimentos que será utilizada na fina gastronomia dos dois hotéis da bandeira na região. Desde o início do ano, eles adquiriram mais de 800

Os principais tipos de ações desenvolvidas pelas empresas (%)

	2000	2004
Alimentação e abastecimento	41	52
Assistência social	54	41
Saúde	17	24
Educação e alfabetização	19	23
Lazer e recreação	7	19
Desenv. comunitário e mobil. social	19	18
Esporte	17	15
Qualificação profissional	2	14
Cultura	14	13
Segurança	13	7
Meio ambiente	9	7

Valores investidos pelas empresas em ações sociais (em R$ milhões)*

Região	2000	2004
Brasil	6.920	4.715
Sudeste	5.739	3.280
Sul	500	563
Nordeste	407	537
Centro-Oeste	184	241
Norte	75	94

*valores constantes de 2004, deflacionados pelo INPC médio
Fonte: Ipea

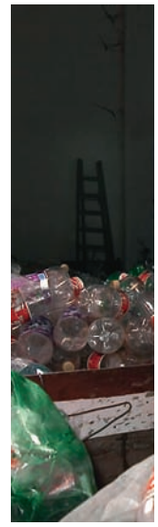
ação social2 21/09/06 13:02 Page 22

A pesquisa revelou que, apesar do número de empresas que investem no social ter

quilos de hortaliças, frutas e verduras da cooperativa que reúne 105 agricultores. A expectativa é que, com a continuidade da parceria, as quantidades e a variedade de hortaliças compradas pelo Sofitel aumentem gradativamente.

A rede também investe na formação da mão-de-obra nas comunidades da região, antes voltadas somente para pesca, agricultura e artesanato. Por meio de uma cooperativa, o Sofitel seleciona candidatos que passam por um treinamento de quarenta horas dentro do hotel. Implementada em dezembro de 2004, a parceria já formou 118 pessoas, que hoje fazem parte de um banco de talentos acionado quando há necessidade de contratação de mais funcionários. Catorze empregados que se formaram pela cooperativa já foram contratados pelo Sofitel, mas a meta é que, até o fim de 2006, 70% das novas contratações dos hotéis da rede na Costa do Sauípe sejam oriundas da região.

Talvez a mais famosa iniciativa social do país venha de um dos setores mais criticados da economia: os bancos. É o caso da Fundação Bradesco, que há cinqüenta anos se dedica à educação dos brasileiros. Nos últimos oito anos, os recursos da fundação somaram pouco mais de 900 milhões de reais. Em 2005, foram atendidos quase 108 mil alunos, com investimento de 157,6 milhões de reais. Outra firmas preferem atacar várias problemas simultaneamente. É o caso da SulAmérica Seguros. Além das tradicionais campanhas de arrecadação de agasalhos e de doação de brinquedos, a empresa desenvolveu um programa de saúde ocular voltado para crianças e adolescentes. Por meio dessa ação, ela doa óculos de grau a portadores de deficiências visuais – 106 mil crianças foram atendidas nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Brasília e Belo Horizonte. "É uma questão de solidariedade mesmo", justifica Dercy Costa, assistente social da empresa, satisfeita com o crescente interesse dos funcionários pela mobilização em torno das ações voltadas para a comunidade.



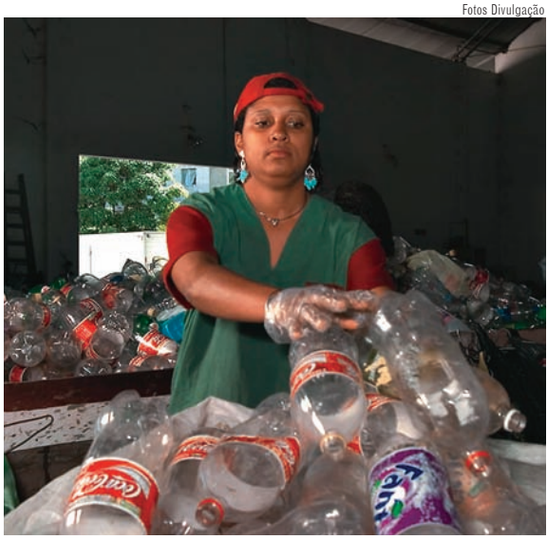
Os hotéis da bandeira Sofitel na Costa do Sauípe compram verduras de produtores locais (à esquerda). A

A questão dos dividendos perante o público é daquelas que geram controvérsia porque nem sempre sabemos o que é ou não verdade em meio ao que é divulgado, mas uma das organizações não-governamentais mais atuantes acredita que não é mais tão fácil enganar as pessoas. "Já passamos pelo pior momento. Hoje em dia, o consumidor está muito mais atento, ele simplesmente não tolera práticas ilegais", diz Marcelo Furtado, diretor de campanhas do Greenpeace Brasil. No início dos anos 1990, no calor da Eco-92, foi a própria entidade que cunhou o termo "maquiagem verde" para se referir às discrepâncias entre a imagem que as empresas passavam ao público e o que elas realmente faziam com o meio ambiente. "O que se espera é o mínimo de responsabilidade por parte das empresas", enfatiza Furtado. E elas afirmam que têm o mínimo e muito mais. "Vejo hoje uma nítida evolução na importância dada pelas empresas à questão da responsabilidade social. Percebo que há mais maturidade, mais preocupação em obter resultados concretos e não só marketing. E a mídia e a sociedade estão cada vez mais atentas, sensíveis a essa evolução", confirma o diretor do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Percival Maricato.

Segredo A coordenadora adjunta da pesquisa do Ipea, Luana Simões Pinheiro, revela que, ao contrário do que muitos pensam, boa parte das empresas não divulga suas iniciativas pelo temor de serem bombardeadas por pedidos. Essa informação foi obtida de outro trabalho desenvolvido pela mesma equipe do Ipea, com o sugestivo título "Bondade ou interesse? Como e por que as empresas atuam na área social?" A resposta, para sintetizar, é: nem uma coisa nem outra. De um lado, a preocupação com as questões humanitárias aumentou; de outro, os empresários perceberam que isso é bom para os negócios. A globalização fez com que os investimentos se tornassem verdadeiros diferenciais da marca, afinal os consumidores estão cada vez mais de olho no comportamento das empresas. Eles simplesmente deixam de usar um produto que contribui para o aquecimento global ou é fruto de mão-de-obra escrava ou infantil. As ações das empresas, tanto para a comunidade como para os demais setores, passaram a ser importantes na hora da escolher o que comprar. "Não acredito que, mesmo empresas de pequeníssimo porte, não atuem socialmente em virtude de um 'lustro' na imagem. E isso não é ruim, não. O que tenho visto é certa hipocrisia em não dar essa jus-

aumentado no intervalo de quatro anos, os recursos liberados por ano diminuíram

Fotos Divulgação



Coca-Cola mantém programas de reciclagem (acima)

tificativa para a atuação social. Como nos últimos tempos cresceu a crítica ao 'marketing social', as empresas andam respondendo que sua motivação não é essa", alfineta a professora Elisabete Adami Pereira dos Santos, coordenadora do curso de Administração da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

A professora faz questão de resgatar o conceito de empresa "amiga" da comunidade, lembrando que ele é mais antigo do que se imagina. "As empresas que nasceram, por exemplo, nos bairros de São Paulo, fundadas basicamente por imigrantes europeus, já tinham esse conceito de maneira natural, porque, com a formação das vilas operárias ao redor das empresas, seus vizinhos eram seus trabalhadores e, por interesse ou não, isso não importa muito, elas 'cuidavam' da qualidade de sua mão-de-obra", reflete.

O termo se tornou generalizado a partir da década de 1980, prossegue Adami, com a disseminação da abordagem da companhia como "organismo vivo", fruto da visão sistêmica que entende a empresa como um sistema aberto, dentro de um ambiente maior, e que troca, continuamente, "energia" com esse ambiente, recebendo influências dele e o influenciando, e que, portanto tem de criar valor nessas trocas, mas não consegue usar adequadamente o conceito de responsabilidade social. Esse conceito pressupõe que os parceiros da organização recebam dela, em troca da energia que deram a ela, valor adicionado, ou seja, a empresa tem de gerar valor em seu processo produtivo, em sua atuação.

O termo, lembra Elisabete Santos, também tem um desdobramento, chamado de sustentabilidade. Ele significa que uma organização que pensa e age dessa forma estrutura seu longo prazo, para ela e seus parceiros, e portanto garante sua perenidade e constrói um futuro melhor para todos. "Mas isso parece sofisticado demais para muita gente. Nossa esperança é que as novas gerações que irão entrar no mercado de trabalho tenham mais facilidade para entender essa visão e, também, não tenham motivos para hipocrisia."

Se depender da mente de alguns obstinados, isso não vai ser problema. Entidades como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social trabalham em tempo integral para expandir o conceito entre o empresariado. A organização contabiliza 1.210 associados, que, juntos, têm faturamento anual correspondente a cerca de 35% do PIB brasileiro e empregam aproximadamente 2 milhões de trabalhadores. Recentemente, em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (Fides) e a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento de Mercado de Capitais (Apimec), lançou o Prêmio Balanço Social, que, no final de setembro, brindará os vencedores de sua quinta edição. Foram inscritos 69 trabalhos, divididos em categorias conforme o tamanho das empresas. "Ele promove a transparência das ações e cria um canal de comunicação e diálogo entre empresas e sociedade", afirma Paulo Nassar, diretor-presidente da Aberje, ao comentar sobre o prêmio. Sinal de que a classe já sabe o que os consumidores esperam. d

Responsabilidade no mercado financeiro

A importância que a classe empresarial passou a dar às questões sociais é evidente. Por todos os cantos surgem idéias inovadoras para elevar a condição de vida dos brasileiros. Em dezembro do ano passado, uma proposta capitaneada pela Bovespa veio incluir o país numa tendência mundial dos investidores. Eles procuram cada vez mais as empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos. Tais aplicações, denominadas "investimentos socialmente responsáveis" (SRI), consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Essa demanda veio se fortalecendo ao longo do tempo e hoje é amplamente atendida por vários instrumentos financeiros no mercado internacional. Para dar forma a essa necessidade, a Bovespa, em parceria com diversos outros organismos, lançou um novo indicador, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta de ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a com sustentabilidade empresarial e também atuar como promotoras de boas práticas no meio empresarial brasileiro. A bolsa é a responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice. Utilizando o conceito de Triple Bottom Line (TBL), o ISE é o primeiro índice dessa natureza na América Latina e foi desenvolvido com o apoio do International Finance Corporation (IFC), organismo de financiamento do Banco Mundial, do Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (CES-FGV) e do Comitê Deliberativo do ISE, formado por participantes do mercado brasileiro.

AGRICULTURA

Por **Ottoni Fernandes Jr.**, de São Paulo

Samuel Iavelberg

Orgânicos 21/09/06 13:06 Page 25

Bem natural

Produção, consumo e exportação de alimentos orgânicos crescem no Brasil, mas a falta de regulamentação, de controle de qualidade e de estratégias de distribuição eficiente limita a expansão do setor

Não há controle governamental sobre as 24 empresas certificadoras de que os

O mercado de alimentos orgânicos, produzidos sem o emprego de agrotóxicos e adubos químicos, ganha cada vez mais espaço nas prateleiras dos supermercados, e as exportações crescem, em média, 30% ao ano. Eles deixaram o circuito alternativo. Compõem uma cadeia que movimenta, anualmente, cerca de 250 milhões de reais – e exporta 85% do que produz. Mas o setor enfrenta as dores do crescimento. Precisa ser regulamentado e criar canais de distribuição eficientes. Há urgência nessas providências porque o fenômeno do aumento de consumo desses produtos, considerados mais saudáveis, não é exclusivo do Brasil. Em todo o mundo, e especialmente na Europa e no Japão, a procura é crescente. Aproveitar essa nova demanda é uma boa oportunidade. Os parceiros do Brasil no Mercosul, em sintonia com as exigências internacionais, regulamentaram o setor há quinze anos e ganharam espaço na Europa.

Plantação de abobrinha orgânica no interior de Sao Paulo. Para proteger a cultura do ataque de pragas, os

A garantia de qualidade é um selo colocado na embalagem. Atesta que não foram usados adubos químicos, agrotóxicos, hormônios de crescimento, antibióticos ou sementes transgênicas na produção. No Brasil, 24 empresas certificadoras oferecem esse serviço. Elas rastreiam o processo produtivo e também a embalagem e o transporte. As propriedades orgânicas são inspecionadas periodicamente por técnicos que tiram amostras do solo para verificar a presença de resíduos de adubos químicos ou agrotóxicos. Isso, no entanto, é insuficiente, pois as certificadoras não são regulamentadas ou fiscalizadas por um organismo governamental.

Os marcos legais para produção e comercialização de alimentos orgânicos, no Brasil, foram definidos pela Lei n.º 10.831, aprovada em dezembro de 2003 pelo Congresso. A lei, entretanto, ainda não foi regulamentada. Segundo Rogério Dias, coordenador de Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura, esse trabalho foi feito por uma comissão interministerial e o decreto está sendo analisado na Casa Civil da Presidência da República. Prevê-se que sua aprovação ocorra até o final do ano. Mas as providências não terminam aí. Em seguida, será aberto um processo de consultas públicas para estabelecer as normas técnicas de funcionamento do setor. "Não queremos colocar essas normas no decreto-lei, pois precisamos ter flexibilidade para acompanhar o surgimento de novas técnicas ou mudanças na legislação internacional", explica Dias, que espera concluir o processo de normalização no início de 2007. O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) fiscalizará as empresas certificadoras.

"As regras ajudarão a consolidar o setor de alimentos orgânicos. Darão segurança aos consumidores", acredita Alexandre Harkaly, diretor executivo do Instituto Biodinâmico, empresa certificadora sediada em Botucatu, no interior de São Paulo, filiada à Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam, na sigla em inglês). A entidade, com sede em Bonn, na Alemanha, reúne 750 associações em 108 países. Harkaly reclama da lentidão na regulamentação. Seu texto básico foi aprovado na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica – que reúne representantes dos ministérios ligados ao setor, organizações não-governamentais (ONGs) e entidades empresariais – e encaminhado ao Ministério da Agricultura em dezembro do ano passado.

Informação Haverá uma vantagem adicional na regulamentação do setor. Hoje, não existem dados abrangentes e confiáveis sobre produção, venda e exportação de orgânicos no Brasil. E estatísticas são ferramentas fundamentais para o planejamento dos produtores e para a elaboração de políticas públicas. Até mesmo Eduardo Caldas, gerente do projeto de exportação de orgânicos da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), evita estimar o valor das exportações do setor. "A Câmara de Comércio Exterior criou em ju-

alimentos orgânicos são produzidos sem agrotóxicos ou adubos químicos

Samuel Iavelberg

são cobertos com capas plásticas

nho um campo específico para o registro das exportações de alimentos orgânicos no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex). Assim, será possível conhecer o volume de embarque de orgânicos a partir do ano que vem", garante. Para ele, regiões mais ricas e desenvolvidas, como União Européia, Japão e Estados Unidos, são os mercados prioritários e "existe grande espaço para alimentos industrializados e cosméticos, pois os produtos orgânicos são associados a saúde e beleza".

Açúcar, café e soja dominam as exportações brasileiras de alimentos orgânicos. A Native, uma empresa de Sertãozinho, no interior paulista, que deve exportar 35 mil toneladas do produto em 2006 e está presente em 55 países, lidera o mercado mundial de açúcar produzido sem aditivos químicos. Otimista, o presidente da Apex-Brasil, Juan Quiros, prevê que as estatísticas do Siscomex permitirão provar que o Brasil é líder mundial em exportações nessa categoria. Até o momento, porém, com números comprovados, a Austrália ocupa o posto de liderança (leia quadro na pág. 28).

No âmbito interno, também não se sabe exatamente em que pé andam os negócios orgânicos. Segundo Dias, do Ministério da Agricultura, "a maior parte das informações vem das certificadoras e pode estar duplicada. Além disso, muitos produtores fazem vendas diretas, que não são contabilizadas". Pelos seus cálculos, existem 830 mil hectares de área dedicada à produção agropecuária orgânica. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cerca de 12 mil propriedades se dedicavam à produção orgânica no Brasil em 2004 (veja gráfico abaixo). Mas essas são apenas estimativas. O quadro real deverá ser conhecido a partir de 2007, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará o Censo Agropecuário, com um código para identificar a área e as culturas orgânicas em propriedades rurais – um universo que abrange grandes exportadores, como a Native, e pequenos agricultores em assentamentos promovidos pela reforma agrária. Em Teodoro Sampaio, no oeste do estado de São Paulo, por exemplo, pequenos agricultores familiares foram iniciados nos mistérios da agricultura orgânica pelos técnicos da ONG Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê). Essa sabedoria envolve também tecnologia para garantir produtividade, alimentos de qualidade (bonitos e livres de pragas) e, portanto, lucratividade. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem toda uma área dedicada a pesquisas relacionadas ao tema – e à divulgação das técnicas a pequenos proprietários.

Distribuição Outro gargalo que sufoca o crescimento da produção de orgânicos no país é a distribuição. Grandes empresas, com estabilidade de fornecimento e contatos com redes atacadistas, até que se saem bem. Para os pequenos, a situação é bem mais complicada. "Eu mesmo desisti dos orgânicos, exceto cogumelos, em meu sítio em Vargem Grande Paulista. Mandava 100 quilos de tomatinho ao supermercado, usando os serviços de uma distribuidora, e depois de quarenta dias ficava sabendo que só metade tinha sido vendida. Não tinha sequer controle sobre o descarte e as sobras", diz Plínio Silva Telles, presidente da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), entidade sediada em São Paulo que reúne 2,5 mil associados, dos quais 30% são produtores orgânicos. Seu diagnóstico da situação revela o porte do problema: os agricultores recebem pouco pela produção, que chega ao consumidor final a um preço muito elevado – e o lucro fica com distribuidores e supermercados.

Quem encontrou o caminho das pedras foi Fernando Ataliba, um sociólogo que plantava legumes com técnicas convencionais até 1997, quando foi procurado por uma distribuidora interessada em comprar produtos orgânicos durante o inverno. Seu sítio, o Catavento, com 36 hectares, em

Orgânicos no mundo em 2005 (propriedades certificadas, em milhões de hectares)

Fonte: International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM)

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem 16 centros de

Indaiatuba, distante 80 quilômetros da cidade de São Paulo, foi certificado no mesmo ano, e ele está muito satisfeito com os resultados. Reserva 10 hectares para frutas e outros 10 para legumes e verduras. As terras são irrigadas por sistema de gotejamento, recebem adubo natural e são cercadas por quebra-ventos, estruturas que inibem a disseminação de pragas. Ataliba tem quinze empregados fixos e consegue ganhar dinheiro. A receita do sucesso: "Concentro a produção de hortigranjeiros no período de junho a agosto, pois o inverno é quente na minha região, enquanto os produtores de orgânicos da Serra da Mantiqueira ficam fora do mercado". Nesses meses, o sítio produz tomate, vagem, abobrinha, batata, berinjela e cebola, sensíveis ao frio. Como a oferta desses produtos é baixa, e existe procura, os preços sobem. Além disso, o produtor tira outras vantagens da localização de sua propriedade, próxima a duas rodovias estratégicas – Anhangüera e Bandeirantes –, e também de dois importantes centros consumidores – as cidades de Campinas e São Paulo. Não gasta com transporte. "Trabalho com três ou quatro distribuidores que retiram os produtos do sítio, embalam e entregam nos supermercados da região." Nos meses quentes, o Catavento produz milho verde e frutas como melancia, uva, mamão, maracujá e lichia. Ataliba reconhece, no entanto, que a situação é complicada para a maioria dos agricultores orgânicos, "pois os supermercados ditam as regras e buscam grande margem de lucro na venda desse tipo de alimento, ainda considerado de luxo".

Maria Cristina Prata Neves, pesquisadora da Embrapa Agrobiologia, uma das dezesseis unidades da empresa dedicada à pesquisa orgânica, considera que os agricultores não sobreviverão se ficarem dependentes dos grandes supermercados. Para ela, a solução passa necessariamente por esquemas cooperativos. Um caso bem-sucedido ocorre na região de Petrópolis, no Rio de Janeiro. Ali, um grupo de dez agricultores familiares criou a marca Orgânicos do Vale, com a certificação da Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio). A turma recebeu apoio da Associação Comercial de Vassouras e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Rio de Janeiro para a criação da marca e para a montagem da rede de comercialização. Vende em feiras, restaurantes e quitandas – circuitos alternativos aos supermercados. Outro exemplo: na Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (Adao), de Fortaleza, no Ceará, consumidores pagam antecipadamente para receber, toda semana, cestas de frutas, legumes e verduras orgânicos da Chapada de Ibiapina. "Os agricultores podem investir em sementes e irrigação, já que têm receita garantida. E os compradores têm alimentos de boa qualidade a um preço menor do que pagariam em supermercados", conclui Neves.

Comissões estaduais da Câmara Setorial da Agricultura Orgânica, que reúnem ONGs e órgãos governamentais, andam discutindo alternativas comunitárias para a comercialização de alimentos orgânicos. Conforme Marcelo Laurino, do Ministério da Agricultura, o formato mais promissor parece ser o das alianças sociais, como a de Fortaleza. Seus cálculos indicam que a produção de um agricultor orgânico, com uma propriedade de 1 hectare, pode ser viabilizada pelo compromisso de setenta famílias que paguem 100 reais por mês cada uma para receber, semanalmente, uma cesta de frutas, legumes e verduras.

Custo Ainda que fossem solucionadas as questões relativas à regulamentação e à expansão dos canais de distribuição, restaria um problema: o custo. O plantio orgânico tem complicadores. Não foi sem razão que a indústria desenvolveu agrotóxicos e adubos químicos: eles garantem maior produtividade com menos trabalho. Foi assim que a produção de alimentos cresceu, em todo o planeta, e a fome, embora ainda persista, foi reduzida. Produzir alimentos à moda antiga é custoso, isso tem reflexo nos preços ao consumidor – e inibe a ampliação do mercado. Em meados de agosto, o quilo do tomate caqui orgânico era vendido por 13,6 reais num supermercado paulistano, quase o dobro dos 7,4 reais do concorrente plantado em escala industrial, grande, bonito, vermelho e brilhante. O preço da vagem era quase quatro vezes superior ao da convencional. Assim, esses alimentos, menos aditivados artificialmente, só cabem no orçamento dos consumidores mais abastados.

Grandes redes de supermercados, entretanto, já perceberam o potencial dessa categoria de produtos e têm feito promoções para aumentar sua aceitação. A rede

Austrália na liderança

A área mundial de agropecuária orgânica chegou a 31,8 milhões de hectares em 2005 e houve uma expansão de 15% no ano. O mercado é estimado em 28 bilhões de dólares. Os campeões de consumo são os alemães, cujo governo criou, em 2001, um selo verde, já estampado em 26 mil produtos. Na Alemanha, existem redes de supermercados, como o Rewe, com lojas exclusivas para orgânicos. Na ponta da produção, de acordo com as estatísticas da Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam), a Austrália é o primeiro país do ranking, com área certificada de 12,1 milhões de hectares em 2005. A China ocupa o segundo lugar, com 3,5 milhões de hectares principalmente dedicados à pecuária. A produção orgânica de soja e seus derivados garante a terceira posição à Argentina, com 2,8 milhões de hectares. O Brasil tem cerca de 800 mil hectares de área dedicada à agropecuária orgânica – quarto lugar no ranking mundial. As estatísticas foram apresentadas em fevereiro, durante a Biofach, principal feira mundial de produtos orgânicos, realizada em Nuremberg, na Alemanha. Resultaram de um esforço conjunto entre a Ifoam, o Instituto de Pesquisa da Agricultura Orgânica da Suíça (FIBL) e a Fundação de Agricultura e Ecologia (Soel) da Alemanha.

Orgânicos 21/09/06 13:10 Page 29

pesquisa e 250 pesquisadores dedicados à agropecuária orgânica

Fotos Samuel Iavelberg

Fernando Ataliba (acima) dedica 20 hectares de seu sítio Catavento (ao alto) para o cultivo de orgânicos

Carrefour oferece os produtos em suas lojas localizadas em regiões cujo poder aquisitivo dos clientes é maior, segundo informa Arnaldo Eijsink, diretor de agronegócios do grupo. "O movimento ainda é pequeno. A venda representa apenas 7% ou 8% das frutas, legumes e verduras produzidos convencionalmente, mas estamos investindo na promoção." Uma das táticas utilizadas para atrair novos clientes é vender orgânicos pelo mesmo preço dos produtos convencionais num dia específico da semana – o que se tornou possível desde que as partes envolvidas aceitaram diminuir suas margens de ganho, conta Eijsink. Outro caminho explorado pelo Carrefour foi concentrar todos os alimentos orgânicos numa única seção.

Como tantos outros campos que têm sido descobertos nos últimos tempos, os chamados nichos de mercado, o universo dos produtos orgânicos é uma alternativa interessante para o Brasil, onde pequenos produtores rurais perdem espaço para grandes plantadores de soja e milho, por exemplo. É preciso, no entanto, instrumentalizar o setor. Eficiente, a produção orgânica poderá ser uma saída para a sobrevivência da agricultura familiar em pequenas propriedades.

Saiba mais:

Associação de Agricultura Orgânica (AAO)
www.aao.org.br

Associação dos Produtores Biológicos do Rio de Janeiro (Abio)
www.abio.org.br

Instituto Biodinâmico
www.ibd.com.br

Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam)
www.ifoam.org

Instituto de Pesquisa da Agricultura Orgânica (FIBL)
www.fibl.org

Fundação de Agricultura e Ecologia (Soel)
www.soel.de

demografia 21/09/06 13:12 Page 30

DEMOGRAFIA

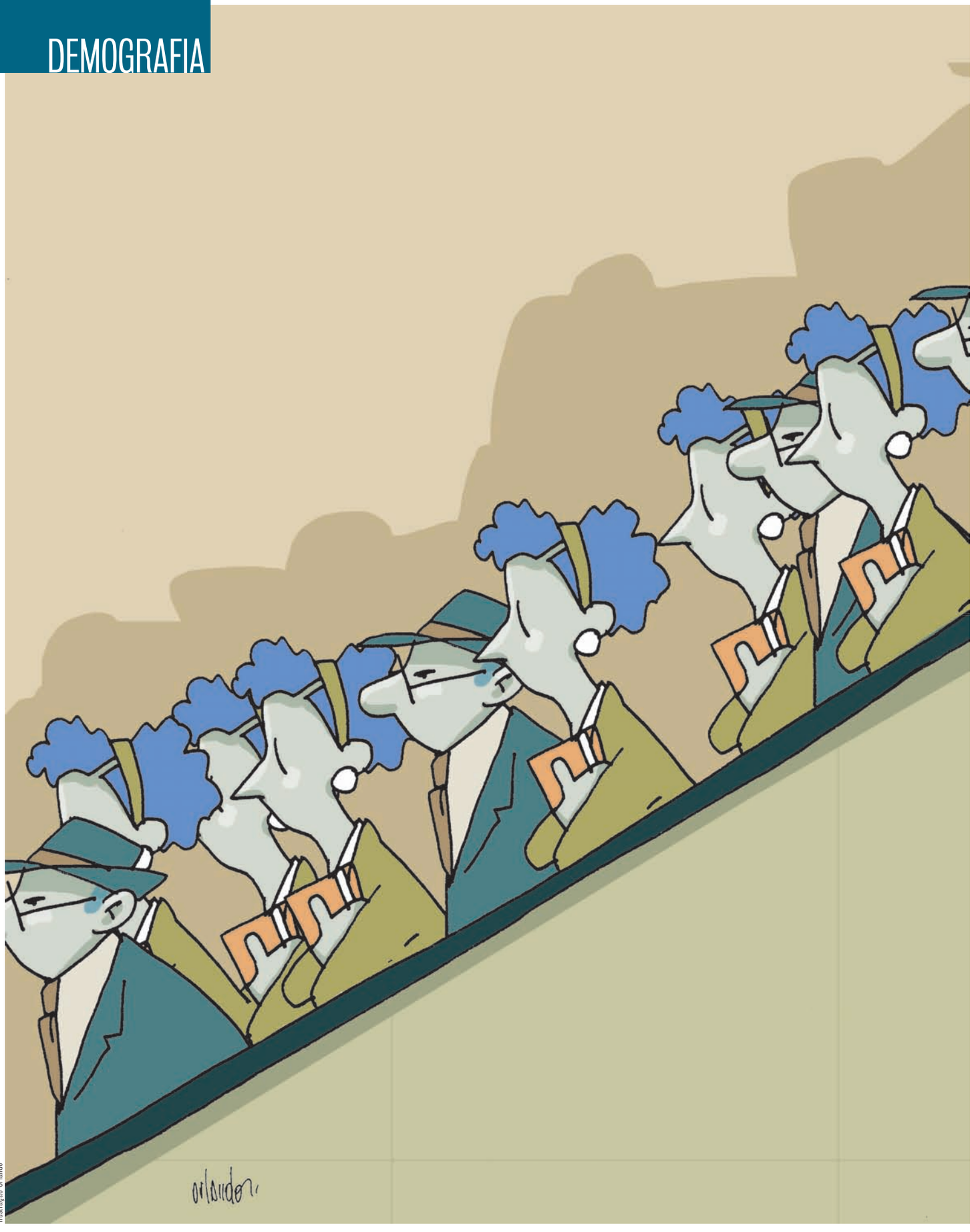
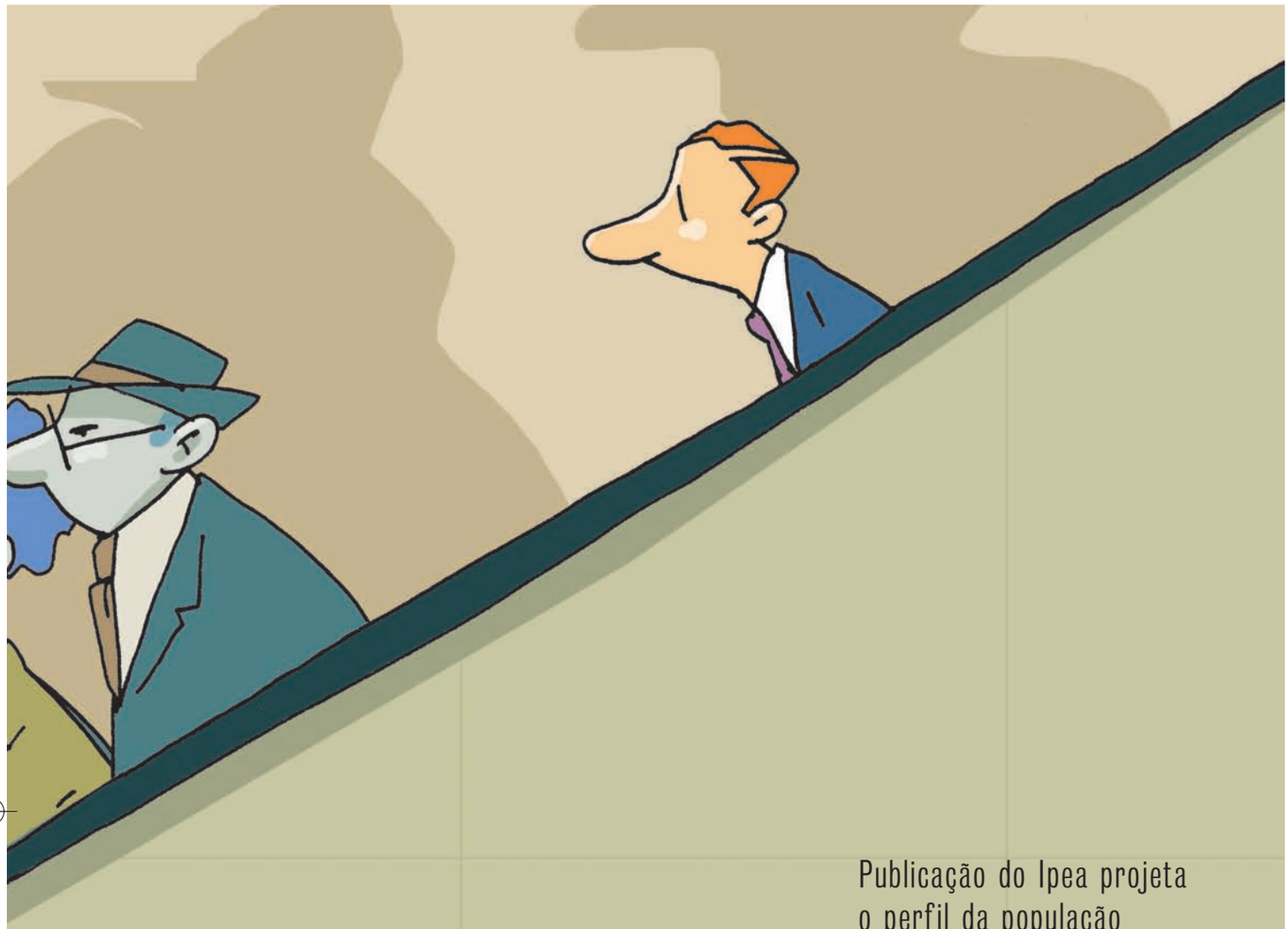


Ilustração Orlando

demografia 21/09/06 13:13 Page 31



Publicação do Ipea projeta o perfil da população brasileira. Com taxas de natalidade e mortalidade em queda, em 2030 quase a

Retrato do futuro

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

metade da força de trabalho deverá estar acima dos 45 anos de idade e haverá predomínio das mulheres. Mercado e políticas públicas terão de se adaptar às demandas desse grupo

demografia 21/09/06 13:27 Page 32

A média de filhos por mulher, ao final da vida reprodutiva, passou de 6,2,

Tantas mudanças ocorreram no Brasil e no mundo nos últimos vinte anos que não é de espantar a constatação de que o povo brasileiro, nos dias atuais, tenha características muito diferentes das registradas num passado recente. Nível de informação, saneamento básico, tecnologias médicas, oferta de alimentos e estabilidade de preços, entre outros fatores, tiveram reflexos notáveis na demografia – e, por extensão, na composição da força de trabalho. Hoje, as mulheres têm, em média, menos filhos; as pessoas vivem mais tempo; a violência mata mais rapazes; e as exigências de qualificação retardam a entrada dos jovens no mercado de trabalho. O conjunto de indicadores permite prever que o Brasil somará 225,3 milhões de pessoas em 2030. O envelhecimento populacional reduzirá a participação dos jovens no mundo do trabalho. Aqueles com mais de 45 anos serão 47% da população em idade ativa (PIA). E as mulheres serão predominantes no contingente de trabalhadores empregados. Análises e conclusões desse naipe estão no livro *Brasil: O Estado de uma Nação*, recentemente lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "A oferta de força de trabalho futura é bem diferente da atual. As transformações exigem ajustes para contemplar as demandas de uma população mais madura, com menor agilidade e força física, e mais sujeita a riscos. O desafio demanda reflexão da sociedade e adequação institucional para que, como se espera, o mercado de trabalho e os espaços pós-laborais cumpram seu papel", diz Ana Amélia Camarano, pesquisadora do Ipea que coordenou a confecção do capítulo relativo à demografia.

Tamanho e composição da população são determinados por fecundidade, mortalidade e, de forma mais tangencial, por fluxos migratórios. Se o impacto da fecundidade é defasado, já que os que irão compor a força de trabalho, digamos, nos próximos 15 anos, já nasceram; o efeito da mortalidade atua contemporaneamente. A migração, por sua vez, desempenha importante papel na distribuição espacial do contingente populacional. Uma das constatações de Camarano: a fecundidade experimenta redução contínua no Brasil desde o final dos anos 1960. A média de filhos por mulher, ao final da vida reprodutiva, passou de 6,2, na década de 1930, para 2,1, entre 1999 e 2004. Em 2030, a fecundidade urbana deverá ser de 1,4 filho por mulher. Entre a população rural, a previsão é de uma taxa de 1,9. "Muita gente fala em controle da natalidade, mas a verdade é que a visão de que as brasileiras têm muitos filhos é equivocada. A opinião pública tem uma percepção distorcida da realidade", afirma Camarano. Mais. Segundo ela, há diferenças sociais e econômicas que têm de ser consideradas na análise dos dados estatísticos.

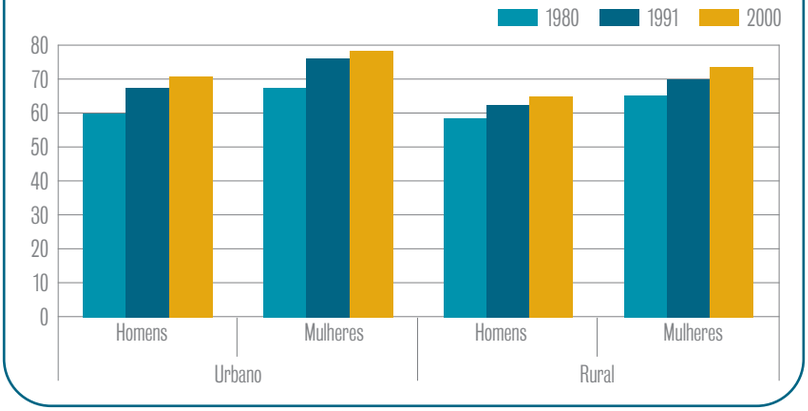
A título de exemplificação. No começo dos anos 2000, as mulheres residentes nas áreas rurais tinham mais filhos do que as urbanas – em média, a diferença era de 2,8 crianças por mulher. No entanto, a população rural, atualmente, é inferior a 20% do total, fato que, se levado em conta, relativiza bastante a importância desse indicador. Em 1950, 36,2% dos brasileiros viviam em cidades. Em 2000, eram 81,2%. Outro dado: de 1980 a 2000, mulheres com idade entre 20 e 49 anos tiveram menos filhos. Em razão disso, já se registra desaceleração no crescimento da oferta de mão-de-obra, indicadora da necessidade de ajustes – tanto no mercado como nas políticas governamentais (veja gráfico com as taxas de crescimento da população em idade ativa por região de domicílio na pág. 34). "A baixa taxa de fecundidade traz conseqüências para o mercado de trabalho e para a economia. É bom usar esse tipo de informação para antecipar as mudanças e pensar em políticas públicas", diz Paulo Paiva, secretário de Transportes de Minas Gerais e especialista em demografia.

Adolescentes A redução da natalidade, entretanto, não se verificou em todas as faixas de idade. Houve aumento da fecundidade entre as adolescentes (com idade entre 15 e 19 anos) – especialmente nas camadas com menor rendimento. "Quanto mais pobres, mais jovens as mulheres têm filhos. Nos estratos mais altos de renda, as mulheres formam família depois dos 30 anos, padrão que se assemelha ao europeu", afirma Suzana Cavenagui, pesquisadora e professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No que diz respeito à oferta de mão-de-obra, temos o seguinte quadro. De acordo

Perspectiva de sobrevivência

Esperança de vida ao nascer por situação de domicílio segundo sexo



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000;
Ministério da Saúde/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Elaboração IPEA.

na década de 1930, para 2,1, entre 1999 e 2004

Ilustração Orlando

com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2003, aproximadamente 70% dos brasileiros com 35 anos que trabalhavam haviam ingressado no mercado de trabalho antes dos 14 anos de idade; e cerca de 30% tiveram seu primeiro emprego entre os 15 e os 29 anos. A legislação, no entanto, estreitou a faixa dos que podem compor o exército nacional de trabalhadores. A Constituição e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) proíbem "qualquer trabalho de menor de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos". Fatores adicionais contribuíram para que os jovens tivessem menor peso específico nesse contingente. Um deles é a maior exigência de qualificação, que obriga as pessoas a permanecerem nos bancos escolares por mais tempo. "As evidências indicam com clareza que os jovens estão entrando cada vez mais tarde no mercado de trabalho e com escolaridade mais elevada. Isso acontece em função dos requerimentos de qualificação. Eles passam mais tempo nas escolas para ampliar suas chances de emprego", afirma Simone Wajnman, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), vinculado à UFMG.

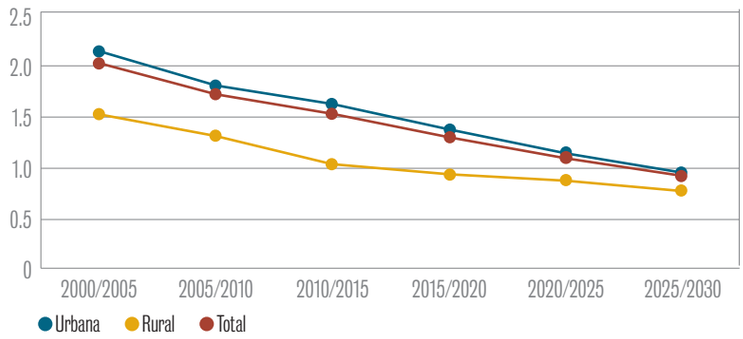
Outro fator é a concorrência com trabalhadores mais velhos. Os jovens estão tendo mais dificuldade de encontrar emprego. "O desemprego entre os brasileiros de 18 a 24 anos é cerca de três vezes maior do que o da população adulta. Mas isso não acontece só no Brasil", diz Paula Montagner, coordenadora do observatório do mercado de trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). "A economia tem de crescer bastante, por muitos anos, para absorver o fluxo normal e inserir os que estão em idade para trabalhar, mas não conseguem emprego." Enquanto a explosão de crescimento econômico não vem, o ministério criou políticas específicas para essa turma. O Consórcio da Juventude, parte do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), objetiva qualificar jovens entre 16 e 24 anos com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Trata-se de uma parceria entre governo e entidades da sociedade civil com competência para educar, captar vagas e inserir jovens no mercado de trabalho. No processo de capacitação, os jovens prestam cem horas de serviços comunitários e recebem bolsa-auxílio em quatro parcelas de 150 reais. As entidades civis se comprometem a empregar pelo menos 30% do pessoal treinado. Desde 2003 foram qualificados 62.992 jovens, em 46 consórcios – 21 nas capitais e onze em cidades do interior ou regiões metropolitanas.

Envelhecimento Na outra ponta, as taxas de mortalidade apresentam declínio acentuado em todas as faixas etárias – sobretudo nas grandes cidades e entre as mulheres. Em 1980, a esperança de vida nas áreas urbanas era ligeiramente maior do que nas rurais. As disparidades se ampliaram. Entre 1980 e 2000, a esperança de vida dos homens ao nascer subiu de 58,4 anos para 66 anos. A das mulheres aumentou de 65,5 para 74,3 anos. Ou seja, em 2000, elas tinham perspectiva de sobrevivência 8,3 anos superior à masculina (veja gráfico com a evolução da esperança de vida dos brasileiros, por domicílio e sexo, na pág. anterior). O fenômeno resulta, principalmente, do aumento de acidentes e assassinatos entre os rapazes (leia quadro "O risco de ser homem", na pág. 35). Foi-se o tempo

Em 1980, as doenças infectoparasitárias, tais como malária, dengue, febre amarela e

Tendência de redução da oferta de trabalho

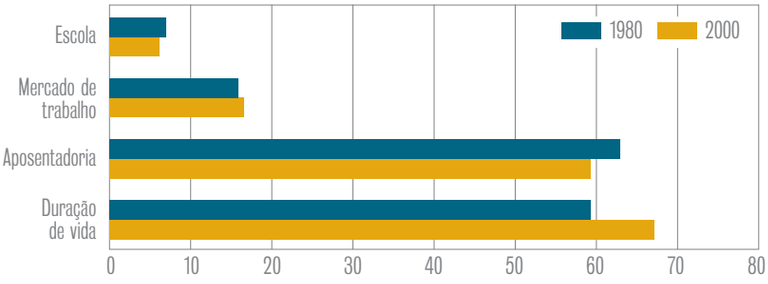
Taxas de crescimento da população em idade ativa (PIA) segundo a situação de domícilio (%) — Brasil, 2000-2030



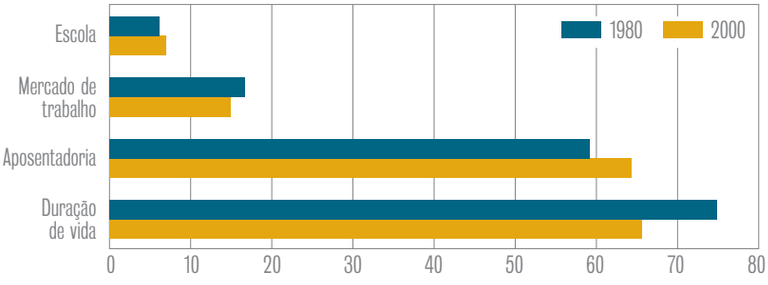
Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico de 1970 a 2000 e Ministério da Saúde (SIM)

Homens e Mulheres

Idades de entrada da população masculina em alguns eventos relacionados ao mercado de trabalho



Idades médias da população feminina à entrada em alguns eventos relacionados ao mercado de trabalho



Fonte dos dados brutos: IBGE/Censo Demográfico 1980 e 2000.

em que doenças infectoparasitárias, como malária, dengue, febre amarela e tuberculose, eram importantes causas de morte no Brasil. Hoje, elas ocupam a 12.ª posição no ranking. Problemas circulatórios foram responsáveis por 26,5% dos óbitos em 2000 – os campeões no ano.

A conjunção entre queda de natalidade e maior sobrevida dos brasileiros tem como conseqüência o envelhecimento do povo. A proporção das pessoas com 60 anos ou mais no total da população passou de 4,1% em 1950 para 8,6% em 2000. Aqueles com mais de 80 anos somavam 12,6% dos idosos. Isso altera a vida dos indivíduos e as estruturas familiares – e demanda novas políticas públicas. "O Brasil terá de cuidar do crescente número de idosos e do contingente de pessoas que deixam o mercado de trabalho precocemente por desgaste na saúde, o que terá custo alto", diz Frida Marina Fischer, professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Uma amostra de como tem aumentado a demanda por aposentadorias: em 1998, 16,3 milhões de brasileiros passaram a receber benefícios da Previdência. Apenas nos primeiros cinco meses de 2006 foram atendidos 21,2 milhões pedidos.

Houve também mudanças na natureza das aposentadorias. Entre 1994 e 2004, a participação nos benefícios pagos, daquelas concedidas por invalidez, saltou de 13,1% para 46,6%. "Isso é motivado, em grande parte, pelas atuais políticas previdenciária e trabalhista, bem como pela desatenção dos sindicatos e organizações de classe em relação à saúde e à segurança no trabalho. Resulta também do descompasso entre mudanças tecnológicas e preparo dos trabalhadores", explica Anadergh Barbosa-Branco, professora da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do Laboratório de Saúde do Trabalhador, ligado à Universidade. O caso é sério. "O sistema de saúde brasileiro não está preparado para atender essa gente. E certamente será preciso ajustar as regras de acesso aos benefícios previdenciários, já que a expectativa de vida tem aumentado", afirma Hel-

demografia 21/09/06 13:30 Page 35

tuberculose, eram a quarta maior causa de morte. Em 2000, caíram para a 12ª posição

Ilustração Orlando

mut Schwarzer, secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social (MPS). Esse é mais um dos desafios que as mudanças demográficas apresentam ao país. "Precisamos analisar os sucessos e fracassos de outros países e adaptar as experiências à realidade brasileira." Para Camarano, será inevitável a elevação da idade mínima de aposentadoria. "As pessoas têm se retirado cada vez mais cedo, o que pode gerar um conflito ao qual o mercado de trabalho e o sistema previdenciário terão de se adaptar", diz.

Sexo Outro grupo que merece atenção é o feminino. No mercado de trabalho, as mulheres são cada vez mais numerosas e têm mais tempo de escolaridade. Em 2000, a maior parte das moças com idade entre 18 e 23 anos estava trabalhando. E, embora depois dessa fase muitas deixem o emprego para cuidar da família, registra-se aumento no número de trabalhadoras casadas. Mas atenção: os homens estão reagindo. Já ficam mais nas salas de aula e participam de mais de uma atividade. Em 2000, homens de 12 a 35 anos estudavam e trabalhavam. Quase 60% daqueles com mais de 61 anos, já aposentados, permaneciam no batente (veja gráficos que mostram as diferenças entre homens e mulheres na escola, no trabalho e na aposentadoria, na pág. anterior).

Segundo Camarano, entre as variáveis responsáveis pela mudança nas características demográficas, a migração, fortemente influenciada pelas transformações sócio-econômicas, é a de mais difícil previsão. Pesquisas estatísticas mostram que as pessoas têm saído em direção às cidades cada vez mais jovens, o que provoca envelhecimento no meio rural e rejuvenescimento da oferta de trabalho urbana. O movimento migratório, no entanto, vem perdendo intensidade. Aproximadamente 16 milhões de pessoas deixaram o campo na década de 1970. Nos anos 1980, foram 12,5 milhões.

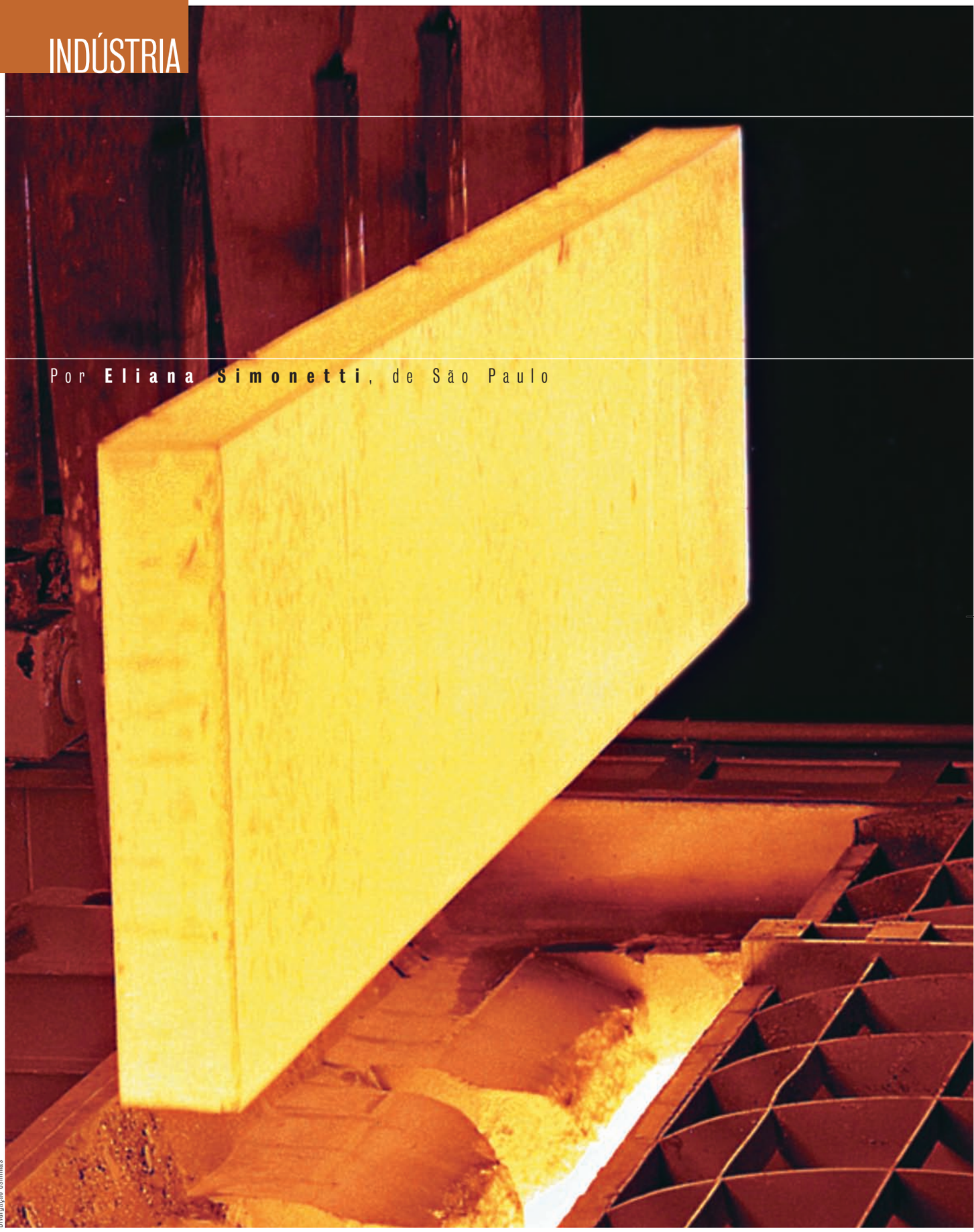
A profundidade das transformações, e o volume de informações acerca das características e do comportamento da população do país são impressionantes. Sua análise não deixa margem a dúvidas: as pessoas estão lutando para adaptar-se às exigências do novo ambiente econômico, mas demandam alterações na qualidade dos serviços que recebem. Educação, saúde, previdência, sem falar em transportes, ambiente de trabalho e benefícios oferecidos pelas empresas, tudo terá de ser revisto. d

O risco de ser homem

O livro *Brasil: O Estado de uma Nação*, publicado pelo Ipea, permite uma dedução curiosa e triste. Se, no século XXI, é lícito falar em sexo frágil, ele é o masculino. Os jovens entre 15 e 29 anos morrem mais do que as mulheres, vítimas de homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e de trabalho – as denominadas "causas externas". A violência afeta com mais intensidade os pardos (afro-descendentes pretos e mulatos, pela definição do IBGE) – personagens de aproximadamente 51% das notificações de homicídios em 2000. Estima-se que, se os assassinatos fossem eliminados, os homens ganhariam sobrevida média de 3,2 anos e passariam mais 1,5 ano em atividade econômica. "Se o drama social fosse evitado, mais jovens alcançariam idade para entrar no mercado de trabalho, o que teria impacto na economia", afirma Ana Maria Nogales Vasconcelos, professora da Universidade de Brasília (UnB).

Outra publicação do Ipea, a ser lançada em outubro, *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*, traz um capítulo de autoria dos pesquisadores Helder Ferreira e Herton Ellery Araújo. Seus números são ainda mais impressionantes: 74% dos jovens faleceram por causas externas em 2000. O risco entre os indivíduos do sexo masculino é 8,5 vezes maior. A comparação internacional demonstra que o Brasil não está sozinho. Um levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) revela que apenas Suíça e Áustria apresentam taxas de homicídio de homens inferiores às das mulheres. Em 53 países os assassinatos masculinos são mais de 1,5 vez superiores aos das mulheres. A maior desproporção está na América Latina, com destaque para Brasil, Venezuela, Porto Rico e Panamá, campeões na perda de rapazes de maneira violenta. O cenário é tão ruim que não pode e não deve ser ignorado. Afinal, não existe mais cabimento para sexo frágil (qualquer que seja) nos tempos atuais.

Por **Eliana Simonetti**, de São Paulo



Divulgação Usiminas

Indústria Aço 21/09/06 13:33 Page 37

Nervos de aço

A criação de um enorme grupo siderúrgico, de alcance global e com ramificações no Brasil, provoca a deflagração de projetos num setor que vinha evoluindo de forma tranqüila e vitoriosa. As usinas nacionais são elogiadas em todo o mundo, mas começam a sentir os efeitos da falta de escala

As últimas semanas foram marcadas pelo espanto diante de uma negociação que resultou no surgimento de um conglomerado siderúrgico gigantesco, o Arcelor-Mittal, primeiro do setor a superar a marca de produção de 100 milhões de toneladas de aço por ano. O caso tem a ver com o Brasil, pois a Mittal, companhia de origem indiana, é dona da reserva de minério da Mineração Brasileira de Ferro, em Caetité, na Bahia, comprada em agosto do ano passado (embora este seja, ainda, um projeto para longo prazo); e a Arcelor, com sede em Luxemburgo, controla as siderúrgicas Belgo-Mineira, Tubarão, Vega do Sul e Acesita – de onde vem um terço de seu resultado. Interessa também porque um grupo com tamanho poder, e com acesso facilitado ao ferro, à água e à energia – insumos da siderurgia que o Brasil tem em abundância –, fragiliza as condições das empresas nacionais na concorrência externa e, com isso, incita uma reorganização do setor. No anúncio da fusão, Lakshmi Mittal, presidente "honorário" do novo grupo (**leia perfil na pág. 42**), disse querer impulsionar o Brasil como plataforma de exportação. Para o Tesouro, essa é uma boa notícia, já que sinaliza maior ingresso de dólares no país. Os novos investimentos também deverão criar empregos.

Segundo o jornal inglês *Financial Times*, nos últimos treze anos a indústria de aço do Brasil deixou de ser uma das mais antiquadas para se tornar uma liderança na produção global e um modelo de eficiência. O economista João Furtado, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, apresentou em 2004, no seminário realizado em homenagem aos quarenta anos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um estudo denominado "O comportamento inovador das empresas industriais no Brasil". Nele, define o setor metal-mecânico como a fortaleza industrial brasileira. "Formado por etapas concatenadas e processos industriais complementares, a metal-mecânica beneficiou-se de inúmeros dispositivos de difusão

Indústria Aço 21/09/06 13:35 Page 38

de capacitações, conhecimentos, aptidões, práticas, desenvolvimentos tecnológicos e oportunidades inovativas", diz. "A redução de custos, a busca de eficiência, a promoção da qualidade, a diversificação dos mercados, a capacitação tecnológica, o desenvolvimento inovativo estão integrados na dinâmica competitiva do sistema."

A privatização, entre o final dos anos 1980 e o início da década de 1990, foi extremamente positiva (leia, no quadro abaixo, o resumo da história da siderurgia no país). Investimentos remodelaram o parque nacional, que se transformou num dos mais produtivos do planeta. Hoje, o Brasil produz 31,6 milhões de toneladas anuais de aço. "A siderurgia faz bem ao país. Principalmente depois da privatização, os investimentos aumentaram, houve elevação expressiva da produção e das exportações, e o Brasil se consolidou como detentor de uma indústria de classe mundial. No segmento que não era estatal, dos aços não-planos, o grupo Gerdau tem capacidade para enfrentar o desafio da globalização. O país tem grandes vantagens: minério de ferro de baixo custo, alto teor de metal e baixo nível de impurezas; ótima combinação da logística mina/ferrovia/porto; e unidades bem localizadas", diz o ex-ministro Maílson da Nóbrega, sócio da Tendências, empresa de consultoria com sede em São Paulo. As vantagens atraem investimentos estrangeiros neste período em que a demanda internacional (especialmente de países asiáticos) é crescente. "Esse movimento, de aumento da demanda a uma taxa de 4% a 5% ao ano, deve se manter por mais alguns anos", diz Wieland Gurlit, especialista em siderurgia da empresa global de consultoria McKinsey.

A voracidade das compras chinesas e a escalada da produção mundial de aço parecem infindáveis. Segundo dados do *International Iron and Steel Institute* (IISI), organismo internacional que reúne as empresas do setor, entre 1970 e 2000 a produção mundial cresceu em média 1,2% ao ano. De 2003 a 2005, o salto foi de 17% – isso em quantidade, porque com o aumento dos preços o faturamento das empresas praticamente dobrou. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) anda ansiosa para aproveitar a maré e, mesmo sendo minoritária em algumas companhias, tem influenciado decisões. Planeja a construção de uma nova usina, com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas anuais de placas de aço. Tem ainda participação em dois projetos que fabricarão 6,8 milhões de toneladas por ano a partir de 2008: a Companhia Side-

Breve história da siderurgia brasileira

Era uma vez... um território pouco conhecido que fornecia ouro a mão-cheia para Portugal, metrópole colonial. Assim começa a história da produção de aço no Brasil. Em 1815, ficaram prontas a usina do Morro do Pilar, em Minas Gerais, e a fábrica Ipanema, nos arredores de Sorocaba, em São Paulo, produtoras de ferro forjado para a fabricação de ferramentas. Com a mesma filosofia, de maximizar os lucros da exploração mercantilista, foi inaugurada, em 1876, a Escola de Minas de Ouro Preto, formadora de geólogos e engenheiros de minas e metalurgia.

Um salto. Independente, a economia brasileira foi predominantemente agrícola até que guerras e crises mundiais ensejaram a industrialização. Nas décadas de 1920 e 1930, foram criadas a Companhia Siderúrgica Mineira, na cidade de Sabará; a Siderúrgica Belgo-Mineira, resultado da associação entre a Companhia Siderúrgica Mineira e o consórcio industrial belgo-luxemburguês ARBEd-Aciéres Réunies; além da siderúrgica de Barra Mansa e da metalúrgica de Barbará. Mais tarde, nos anos 1940, o país passou por uma fase nacionalista. Interessava ao governo tornar o Brasil auto-suficiente na indústria de base – setor considerado estratégico. Assim, foi inaugurada, em 1946, no município de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, a estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Depois vieram a Acesita, fundada em 1944 pelo norte-americano Percival Farquhar e absorvida pelo Banco do Brasil; a Mannesmann, subsidiária brasileira do grupo alemão homônimo, fabricante de tubos; a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), que nasceu privada e foi repassada ao governo do estado; e as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), consolidadas como joint-venture nipo-brasileira em meados de 1957.

O aço impulsionou o crescimento industrial e, em 1971, para estimular um novo ciclo de expansão, foi traçado o Plano Siderúrgico Nacional. Em 1973, foi inaugurada a Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba), primeira usina integrada movida a gás natural. Em 1974, foi constituída a Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbrás), holding que passou a controlar os investimentos estatais no setor. Dez anos depois, entrou em operação, em Vitória, no Espírito Santo, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e, em seguida, foi implantada a Açominas, na cidade de Ouro Branco, em Minas Gerais.

O Brasil tinha um grande parque produtor, e tudo parecia correr bem, quando veio a recessão da década de 1980, deflagrada pela crise internacional do petróleo. O consumo interno despencou e o mercado externo estava fechado. Foi nesse ambiente, de pouca saúde, que se deu o processo de privatização, iniciado em 1988 e encerrado em 1993. A desestatização reverteu o rumo da indústria, transformada em caso exemplar dos benefícios da retirada do estado da economia. Entre 1994 e 2004, as siderúrgicas investiram 13 bilhões de dólares em modernização e atualização tecnológica. O parque produtor, com 25 usinas, administradas por onze empresas, fornece desde produtos semi-acabados, como placas e blocos, até aços especiais, como chapas e bobinas, passando por tubos sem costura e arames.

Indústria Aço 21/09/06 13:35 Page 39

aumentaram. O país se consolidou como detentor de um parque de classe mundial

Divulgação Usiminas

Linha de produção da Usiminas: faturamento de 13 bilhões de reais em 2005 e associações na Argentina, na Venezuela e no México

rúrgica do Atlântico (CSA), em parceria com a alemã Thyssen Krupp; e a Ceará Steel, fruto de consórcio com a italiana Danieli e a coreana Dongkuk. Há outros três projetos para o Rio de Janeiro, para os anos de 2007 e 2008.

Nacionais A prosperidade do setor no Brasil é notável. O grupo Gerdau obteve lucro líquido de 975,9 milhões de reais no segundo trimestre deste ano, 9,3% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Tem 26 fábricas, das quais dezesseis estão no exterior – quatro delas adquiridas nos últimos dois anos, nos Estados Unidos e na Colômbia. As exportações e as empresas estrangeiras do grupo são responsáveis por mais de 70% de seu faturamento bruto. Segundo Marcelo Pinho, professor de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, a Gerdau não é apenas o mais internacionalizado grupo siderúrgico brasileiro, mas a empresa nacional com o maior volume de ativos no exterior.

Outra potência nacional do ramo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) concluiu, no início de agosto, as negociações para a fusão de seus ativos nos Estados Unidos com a americana Wheeling-Pittsburgh, recentemente recuperada de um processo de falência. Segundo comunicado das empresas, o acordo envolve direitos de distribuição exclusivos dos produtos laminados planos da CSN na América do Norte e um compromisso de longo prazo para o fornecimento de placas pela empresa brasileira. Nos últimos doze meses, as ações da CSN experimentaram valorização de 52,83% – a maior do setor e quase cinco vezes superior à elevação média do índice da Bolsa de Valores de São Paulo, que ficou em 10,26%.

O Sistema Usiminas, formado pelas Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais e pela Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), faturou mais de 13 bilhões de reais em 2005. "Vivenciamos uma nova fase de crescimento da indústria mundial de aço, caracterizada principalmente pela demanda chinesa. Assistimos também à continuidade do processo de consolidação, reflexo da globalização. Diante desse quadro de constantes mudanças e variáveis diversas, nossas usinas operam num ambiente de estabilidade e buscam constantes avanços", disse Rinaldo Campos Soares, diretor-presidente do grupo Usiminas, ao anunciar os resultados, em meados de agosto.

Trincheira Há, no entanto, uma preocupação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) de criar uma estrutura que garanta a competitividade das siderúrgicas sob controle de capital nacional. Num estudo feito para o banco, os economistas Pedro de Almeida Crossetti e Patrícia Dias Fernandes afirmam: "A siderurgia brasileira é reconhecida internacionalmente pela qualidade dos produtos, pela confiabilidade quanto a prazos e fornecimento, e por seu aprumo tecnológico. Sua principal falta está na escala". O país é o nono produtor mundial de aço, mas suas empresas têm menos de 25% da capacidade de produção da Arcelor-Mittal. A usina nacional mais bem colocada no ranking do IISI é a Gerdau, 14ª do mundo. Essa, na verdade, é uma proeza. O sistema siderúrgico global é muito pulverizado. A portentosa Arcelor-Mittal, que acaba de

Indústria Aço 21/09/06 13:36 Page 40

A portentosa Arcelor-Mittal, que acaba de nascer, abastece só 10% do mercado.

Divulgação CVRD

Pátio de armazenagem de ferro para exportação da Vale, maior fornecedora global da matéria-prima

nascer, produz três vezes mais aço do que sua concorrente mais próxima, a japonesa Nippon Steel, mas é capaz de abastecer apenas 10% do mercado. Há uma infinidade de aciarias minúsculas, muitas delas norte-americanas (aliás, controladas por investidores estrangeiros), que disputam cada fagulha de pedido da indústria manufatureira.

Essa não tem sido uma questão suficientemente esclarecida. A notícia da fusão entre a Mittal e a Arcelor provocou tal estupor que grande parte dos especialistas na área preferiu se recolher. A expectativa é que outros negócios sejam feitos para melhorar as margens de lucro e o poder de barganha das usinas, que vivem mais ou menos entrincheiradas. De um lado, dependem dos fornecedores de ferro, setor extremamente concentrado, composto basicamente de três grandes companhias globais (entre elas a Vale). De outro, estão sujeitas aos humores da indústria – e seus compradores preferenciais são as poucas montadoras de veículos restantes, depois de um processo de concentração muito mais radical do que o da siderurgia. O governo brasileiro, de qualquer forma, já mostrou estar disposto a agir: no início de agosto, foi editada uma medi-

Investimentos em quantidade e qualidade

O vice-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Marco Pólo de Mello Lopes, fala sobre o setor no Brasil e no mundo

Desafios – Existe um movimento internacional de consolidação das siderúrgicas em grandes conglomerados. Há uma tendência de desnacionalização do setor no Brasil?

Lopes – Historicamente, o Brasil sempre teve forte participação internacional no setor. A primeira siderúrgica integrada foi a Belgo-Mineira, associação entre a Companhia Siderúrgica Mineira e capital belgo-luxemburguês. Depois veio a Mannesmann, com participação alemã; e na seqüência a Usiminas, com participação japonesa da Nippon Steel. Recentemente, o Grupo Arcelor adquiriu a CST, a Belgo e passou a ter participação na Acesita. Agora, se uniu à indiana Mittal. Entre os grupos sob controle nacional, temos o Sistema Usiminas, a CSN e a Gerdau. São empresas com participação no mercado internacional. A Gerdau tem plantas no Uruguai, Chile, Peru, Colômbia, Argentina, Canadá e Estados Unidos. A CSN, em Portugal e nos Estados Unidos. A Usiminas é associada ao Grupo Techint, da Argentina, com participação na Ternium, que está na Argentina, na Venezuela e no México.

Desafios – O bom desempenho da indústria de aço do país é sustentável?

Lopes – Sim. As empresas têm promovido investimentos relativamente altos para manter a atualização tecnológica, aumentar a capacidade e agregar valor ao produto. Para o período de 2006 a 2010, os programas compreendem 11,2 bilhões de dólares. Considerando-se que, ao mes-

Indústria Aço 21/09/06 13:37 Page 41

da provisória sobre o pacote cambial que aumentou os limites de empréstimos concedidos pelo BNDES. Segundo o presidente do banco, Demian Fiocca, a intenção é atender à perspectiva de crescimento de investimentos no setor privado do país. "A mudança dá mais folga e os recursos vão fluir. Vamos apoiar grandes projetos de investimentos de empresas privadas", afirmou.

As preocupações estão voltadas para o movimento internacional de concentração de empresas e também para o crescimento ímpar da economia chinesa. Segundo o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), entre 2000 e 2004 a produção chinesa de aço saltou 114,96% (leia, no quadro abaixo, entrevista com o vice-presidente do instituto). Com o passar do tempo, o país deve alcançar a auto-suficiência. Um grande problema, pois boa parte do mercado, atualmente, trabalha para saciar o apetite chinês. Haverá, portanto, instabilidade nas empresas e nos preços. Além disso, é de supor que a China aumente a venda de produtos acabados e abale toda a cadeia produtiva.

Pior: há risco de desinvestimento. Os impostos sobre bens de capital e obras, que aumentam o custo das aplicações e reduzem a competitividade brasileira pelo gosto dos donos do dinheiro, são problemas conhecidos. Compõem o Custo Brasil – sabidamente elevado. Há outras questões nessa área. Recentemente, a coreana Posco, segunda maior no ranking mundial, que pretendia fincar uma estaca no Brasil em parceria com a CVRD, transferiu seu projeto para a Índia. Motivos: a Índia tem um plano estruturado para dobrar sua capacidade de produção até 2013, com investimentos governamentais, privados nacionais e externos; e tem se equipado, em termos de infra-estrutura, para receber investidores e viabilizar seus planos. Na China ocorre algo semelhante. O país planeja ter, até 2020, dez grandes empresas capazes de suprir 70% das necessidades de aço do mercado interno. Muitas multinacionais têm se estabelecido por lá. O IISI recentemente abriu um escritório em Pequim, pois é das siderúrgicas chinesas que saem 30% do aço bruto produzido no mundo nos dias atuais.

Futuro No relatório "*Countries and Commodities Reports Steel – 2006*", do Banco Mundial, o consultor Tony Sweeney faz um exercício interessante para detectar quais serão os maiores consumidores de aço no futuro. A equação soma produção e importação, subtrai a exportação de produtos finais e divide o resultado pela população do país. Assim, descobre-se que, em 2003, nos Emirados Árabes, consumiam-se 1,1 mil quilos de aço por pessoa. A taxa de consumo per capita, na Coréia do Sul, era 950; no Japão, 575; na União Européia, 360; nos Estados Unidos, 350; na China, 200; no Brasil, 95; e na Índia, 30. "Geralmente, países industrializados têm consumo de aço per capita elevado e relativamente constante. Os menos desenvolvidos apresentam níveis inferiores, mas crescentes. E o que se verifica no consumo ocorre na produção, pois o aço é largamente consumido onde é produzido", afirma. "Essa é uma maneira simplificada de observar uma situação que, no momento, é bastante complexa. Mas é inegável que China, Índia e Brasil ainda têm um bom caminho a andar."

Gary Hufbauer, especialista em finanças e diplomacia associado ao *Institute for International Economics*, organização sem fins lucrativos, com sede nos Estados Unidos, dedicada à pesquisa na área de política econômica internacional, resume a ópera, a **Desafios**, nas seguintes palavras:

mo tempo, estão sendo implantados novos projetos para a produção de semi-acabados para exportação, a capacidade deverá ultrapassar 50 milhões de toneladas. A siderurgia brasileira tem boas condições de competitividade. O país está entre os produtores de aço de menor custo no mundo. Conta com farto suprimento de minério de ferro e um parque industrial atualizado. Hoje somos grandes exportadores de produtos semi-acabados e há uma tendência mundial de transferência desse tipo de produção para países como Brasil, Índia, Rússia e Austrália. Nossos maiores concorrentes são Rússia, Ucrânia, China, Coréia e Japão. No futuro, devem ser Ucrânia, Índia e China, esta última por ter escala de produção quase dez vezes superior à brasileira.

Desafios – Quais os indicadores do país no setor?
Lopes – Em 2005, o Brasil produziu 31,6 milhões de toneladas de aço bruto, 2,8% do total mundial. Foi o 9º maior produtor do planeta. Exportou 45% do que produziu, com receita de 6,5 milhões de dólares.

Maiores produtores de aço bruto do planeta

(em milhões de toneladas)

	Os países...	1994	2000	2005
1	China	92,6	127,2	359,2
2	Japão	98,3	106,4	112,5
3	Estados Unidos	91,2	101,8	93,6
4	Rússia	48,8	59,1	64,9
5	Coréia do Sul	33,7	43,1	47,8
6	Alemanha	40,8	46,4	44,5
7	Ucrânia	24,1	31,4	38,6
8	Índia	19,3	26,9	38,5
9	**Brasil**	**25,7**	**27,9**	**31,6**
10	Itália	26,2	26,7	28,9
	Total mundial	**725,1**	**847,1**	**1.129,4**

Fonte: IISI

Indústria Aço 21/09/06 13:38 Page 42

Entre 2000 e 2004, a produção chinesa de aço saltou 114,96%. Os dados são do IBS

World News

O marajá do aço

Nascido numa vila desértica e sem energia elétrica da Índia, Lakshmi Niwas Mittal foi com a família para Calcutá na adolescência. Ali se formou em Comércio Internacional, Administração e Contabilidade. Hoje, aos 56 anos de idade e com patrimônio de 25 bilhões de dólares, é o terceiro homem mais rico do mundo, segundo a revista norte-americana *Forbes*, e o maior industrial do ramo siderúrgico, dono de 49,5% da recém-nascida Arcelor-Mittal. Sua saga tem apenas duas décadas. Nesse período, multiplicou o valor de suas posses 138 vezes. Não espanta que alguém tão bem-sucedido provoque polêmicas. Questiona-se a origem de seus recursos, guardados no paraíso fiscal das Antilhas Holandesas, e doações feitas a políticos ingleses. Sindicatos reclamam de demissões e cortes salariais. Sua ascensão no mundo dos negócios, de qualquer maneira, merece ser observada.

Tudo começou porque na Índia, na década de 1970, a economia era muito regulamentada. Lakshmi foi para a Indonésia, onde havia potencial de crescimento e, aos 25 anos, comprou uma pequena laminadora de aço, que viria a se tornar a maior fornecedora da indústria de construção de países asiáticos. O passo seguinte foi a compra de uma usina em Trinidad e Tobago, que vinha registrando prejuízo de 1 milhão de dólares ao dia, e em menos de dois anos se tornou lucrativa. Daí em diante, o indiano construiu sua carreira com a aquisição de companhias quebradas ou em processo de privatização, oferecidas a preços ínfimos. "Vejo coisas que os outros não registram", disse, numa entrevista ao jornal britânico *London Sunday Times*, no ano passado. "Quero ser o Ford do aço."

A Mittal Steel mudou a forma de operação e negociação no universo siderúrgico. Quando os preços do aço baixam, a empresa anuncia redução da produção, leva a concorrência a fazer o mesmo e evita uma crise maior. A proposta de aquisição da Arcelor gerou hostilidade na Europa. O empresário foi a público. "A Europa está presa à sua tradição industrial, e no momento há poucos grupos europeus que possam ser considerados líderes mundiais. Essa operação mudará as coisas", disse. Na América Latina, Mittal somou suas siderúrgicas no México e em Trinidad e Tobago às 25 que a Arcelor tem no Brasil, na Argentina e na Costa Rica.

O marajá do aço pratica uma hora de ioga e enfrenta o batente por dezoito horas, todos os dias. Vive em Londres, na Inglaterra, desde 1995. Tem dois filhos. Aditya Mittal, de 30 anos, administrador, é presidente executivo e diretor financeiro da holding da família. Vanisha, pós-graduada em Estudos Orientais e Africanos, participa do conselho de diretores. "Não abrimos mão do controle da família, pois companhias familiares criam mais valor e são mais bem-sucedidas", disse, numa entrevista recente à imprensa britânica.

"A indústria siderúrgica brasileira é favorecida pela combinação entre alta qualidade do ferro, excelente acesso marítimo, companhias de classe mundial, grande mercado interno e, recentemente, um ambiente macroeconômico estável. Esses fatores praticamente garantem ao país uma posição entre os maiores produtores do mundo. Se o ambiente macroeconômico permanecer competitivo e as companhias se mantiverem em dia com as novidades tecnológicas, o Brasil terá uma longa jornada como um dos líderes na produção e exportação de aço. A questão é se os grandes consumidores reduzirão as barreiras hoje existentes. Os brasileiros têm um desafio pela frente: assegurar que as portas dos mercados se abram para suas empresas".

O desafio não é nada desprezível. Em abril, a embaixada do Brasil em Washington produziu um relatório sobre restrições a produtos brasileiros nos Estados Unidos – principal destino das exportações do país. Na rubrica "produtos siderúrgicos", constam as seguintes informações: nos últimos trinta anos eles foram os mais atingidos por investigações *antidumping* e antisubsídios, e por medidas protecionistas de toda ordem. Entre 1989 e 2002, os Estados Unidos iniciaram 33 investigações contra 21 produtos brasileiros. O aço respondeu por 76% das investigações e 71% dos produtos investigados por organismos internos ou pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Acordos não melhoraram a situação e, em 2006, as exportações brasileiras para os Estados Unidos viraram pó. Trabalho para embaixadores, advogados e negociadores não falta. d

Saiba mais:

Indicadores do Banco Mundial 2006
www.developmentindicators.org

Instituto Brasileiro de Siderurgia
www.ibs.org.br

International Iron and Steel Institute
www.worldsteel.org

ARTIGO_COONEY 21/09/06 13:39 Page 43

Stephen Cooney

Crescimento e mudança na siderurgia

Divulgação

Há duas palavras que explicam o renascimento do setor siderúrgico global após a crise do final dos anos 1990 e início dos anos 2000: *consolidação* e *China*. Em 2004 e 2005, a indústria experimentou elevação de preços e lucros. A produção mundial alcançou mais de 1 bilhão de toneladas métricas por ano. Os resultados deveram-se, principalmente, ao rápido crescimento da produção chinesa. Em outras áreas, a consolidação de empresas tem possibilitado o controle da oferta – e, assim, de preço e lucratividade. Foi-se o tempo em que produtores mantinham suas usinas funcionando, mesmo perdendo dinheiro, e consumidores encontravam produto barato no mercado *spot*.

O líder do processo de consolidação é Lakshmi Mittal, um indiano que não produz aço na Índia. Começou comprando estatais pelo mundo afora e modernizando gerência, tecnologia e relações de trabalho para torná-las lucrativas. Adquiriu o controle de usinas de baixo custo que ampliaram seu acesso ao mercado europeu. Entrou no México e, em 2005, nos Estados Unidos. Seu mais dramático movimento foi a união à Arcelor. Entretanto, a Arcelor-Mittal controla menos de 10% da produção mundial. E não tem usinas na China – um gorila de 400 milhões de toneladas na sala da siderurgia global.

Investidores estrangeiros não podem ter mais de 49% de siderúrgicas chinesas. Apenas a Shanghai Baosteel figura entre as dez maiores do planeta. Mas, no *ranking* das 120 maiores do International Iron and Steel Institute, 60% estão plantadas na China. O governo chinês pretende modernizar e fortalecer o setor, e consolidar dois ou três grupos capazes de produzir entre 50 milhões e 100 milhões de toneladas anuais, além, talvez, de meia dúzia de companhias de médio porte. Segundo um estudo recente denominado "China Syndrome", financiado pela indústria dos Estados Unidos, o modelo inclui altos níveis de participação estatal (o governo detém 80% da Shanghai Baosteel, por exemplo), subsídio à matéria-prima e câmbio baixo. Em 2002, países produtores de aço, sob os auspícios da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), tentaram banir os subsídios do setor. Fracassaram.

O centro do mercado no hemisfério ocidental é a América do Norte, e assim tende a permanecer indefinidamente. Os Estados Unidos são os maiores produtores de aço das Américas (cerca de 100 milhões de toneladas anuais) e também os maiores importadores (mais de 30 milhões de toneladas por ano) – mas o aço vem, principalmente, do México e do Canadá. Os três países juntos produziram 11% do total mundial em 2005. As siderúrgicas dos Estados Unidos se defendem contra as importações. São responsáveis por cerca da metade das reclamações *antidumping* e das medidas de cotas e contrapartidas em vigor no país. Usinas semi-integradas (*mini-mills*), de onde saem 60% da produção, têm sido consolidadas por duas marcas. Uma é a Nucor Steel, que em 2002 se tornou a número 1 do país, derrubando a U.S. Steel do posto. A outra é a Gerdau, do Brasil, que está entre as quatro maiores da região e é a 14.ª do mundo. A velocidade de suas aquisições, no entanto, teve um custo. A Gerdau tem hoje nos Estados Unidos várias usinas com contratos trabalhistas em aberto, cuja negociação é lenta e difícil. Numa siderúrgica do Texas, chegou a manter os trabalhadores afastados das máquinas por um ano. Sem acordo, desistiu da tática. Outras brasileiras, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), líder global no fornecimento de ferro, têm procurado investir no mercado americano. O Brasil é um produtor importante, mas secundário. Foi o terceiro maior exportador de aço para os Estados Unidos em 2005. Perdeu espaço em 2006.

A mensagem é clara. Fora da China, companhias "nacionais" focadas no mercado doméstico estão caindo de moda. Para competir no mercado global em processo de consolidação, as empresas brasileiras de ferro e aço terão de investir nos principais países industriais ou envolver-se nos planos de grupos maiores.

"Para competir no mercado global em processo de consolidação, as empresas brasileiras de ferro e aço terão de investir nos principais países industriais ou envolver-se nos planos de grupos maiores"

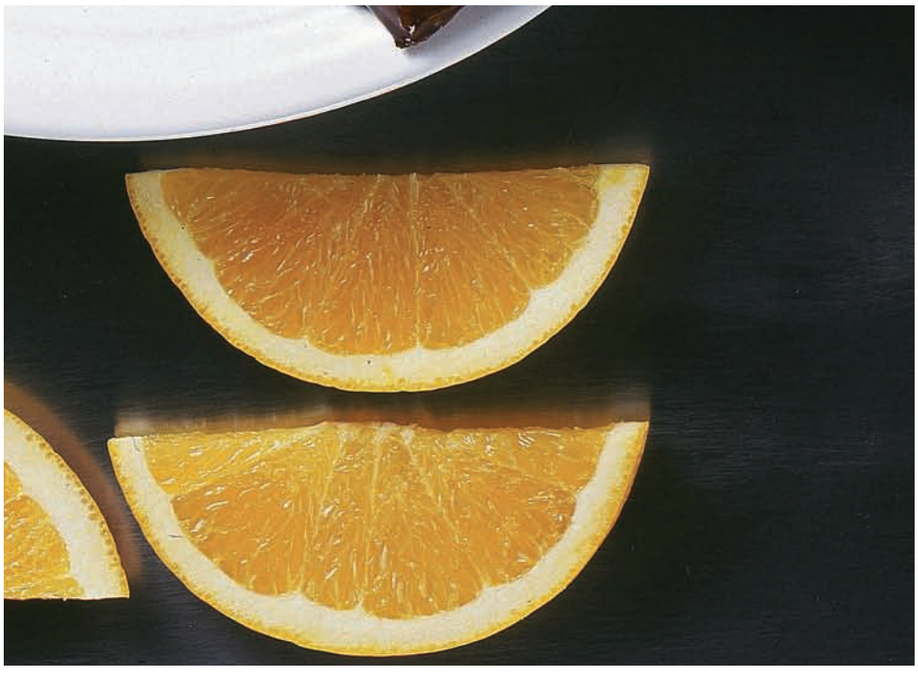
Stephen Cooney é especialista em indústria do serviço de pesquisa do Congresso dos Estados Unidos. As idéias expressas neste artigo não representam a posição ou a política oficial do Congresso norte-americano, de seus membros ou do Congressional Research Service

Por **Marina Nery**, de Brasília

Iara Venanzi/kino.com.br

Feijoada, moqueca, acarajé e outros quitutes brasileiros são mais do que simples pratos típicos, são parte fundamental da nossa identidade. Só recentemente as autoridades passaram a dar atenção às receitas tradicionais de nossas avós. Finalmente elas começam a ser tratadas e protegidas como uma das expressões da cultura nacional, além de exploradas como poderoso instrumento de atração de turistas

Patrimônio à mesa



A pizza evoca a Itália, o crepe é sinônimo da França e o hambúrguer é quase um berço esplêndido dos Estados Unidos. E quanto ao Brasil? Qual é seu principal símbolo gastronômico? E qual sua capacidade de mobilizar o mercado de trabalho, o turismo e a economia regional e nacional? Essa foi a principal discussão do 2º Congresso Brasileiro de Gastronomia, ocorrido em agosto, em Brasília. É inegável que o país avança nessa área, tanto que o primeiro museu de gastronomia da América Latina foi inaugurado na Bahia e o acarajé baiano obteve registro tal qual uma obra de arte tombada. Primeiro passo para que as receitas tradicionais de nossas avós comecem a ser tratadas como patrimônio nacional e, como tal, sejam protegidas.

gastronomia 21/09/06 13:43 Page 46

"No Brasil, infelizmente, a gastronomia nem sequer é considerada um tema da

O principal exemplo da ameaça global sobre a cultura local foi a guerra entre o croissant, um ícone da culinária francesa, e o Big Mac, um marco do estilo norte-americano. O orgulho francês transformou-se numa experiência reivindicatória e o McDonald's teve de incorporar o croissant em seus menus na França (leia quadro ao lado). Com esse mesmo raciocínio, a cidade de Bauru também já requisitou que o famoso sanduíche Bauru integre o cardápio da principal empresa de *fast food* internacional. "Subjacente ao conflito de culturas, existe uma dramática disputa de mercado, para o qual um sistema de proteção aos bens culturais tem de estar atento", avisa Joaquim Falcão, professor de Direito da Fundação Getulio Vargas.

O alerta do professor Falcão já foi ouvido e adotado pelo sociólogo Carlos Alberto Dória, ao dizer que "é necessário dar um basta ao colonialismo gastronômico". Para ele, é preciso olhar o Brasil, organizar o conhecimento culinário que ainda existe, difuso na sociedade, e encontrar formas de transmitir esse saber de modo sistemático para as gerações presentes e futuras. O Ministério da Cultura da França e outros órgãos técnicos já realizaram programas de recuperação dos pratos tradicionais fazendo *workshops* e patrocinando pesquisas e monografias. "No Brasil, infelizmente, a gastronomia nem sequer é considerada um tema da cultura. No Ministério da Cultura, há áreas bem estruturadas para investir em cinema, teatro, dança, música, literatura; mas não há nada sistematizado para culinária e gastronomia – que ficam entregues às regras do mercado", lamenta Dória.

A comida tem uma função que vai muito além da simples alimentação. "Ela marca a identidade, o que a torna importante para o turismo", afirma Janine Colaço, doutoranda em Antropologia pela Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do Curso Gastronomia como Produto Turístico, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB). No caso brasileiro, não seria apenas uma identidade, senão um leque variado de cores, aromas e sabores. "Cada região possui clima e geografia diferentes, e isso leva a uma culinária diversificada", destaca Jorge Monti, presidente da Associação Brasileira da Alta Gastronomia.

Existem muitas maneiras de conhecer a alma de um povo. Uma das mais fascinantes, sem dúvida, é a gastronomia. "A arte de combinar os ingredientes com os temperos, os rituais de preparar e servir, e o prazer do convívio à mesa, tudo se inscreve no universo mais amplo da herança cultural, esse inesgotável conjunto de valores que determinam nossa identidade", reconhece Paulo Solmucci, da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A entidade acredita que, num país como o Brasil, de fabulosa diversidade, essa rica combinação entre gastronomia, cultura e patrimônio natural adquire uma importância imensa. Essa certeza faz com que a Abrasel coloque todo o empenho no sentido da valorização da gastronomia nacional como uma alavanca para o desenvolvimento do turismo.

"A gastronomia define nossa identidade tanto quanto os sons do samba, a arquitetura barroca ou a modernista", lembra o sociólogo Carlos Alberto Dória. Daí a necessidade de proteger esse patrimônio. Em termos técnicos, o patrimônio que contempla o saber e o fazer relacionados à comida é denominado imaterial. A expressão, a rigor, não é nenhuma novidade. Ela consta no texto da Constituição Federal aprovado em 1988. Seu Artigo n.º 216 estabelece: "Patrimônio cultural constitui-se dos bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

O sistema de proteção ao patrimônio imaterial é comum em vários países de culturas diversas, como Coréia, França e Japão. Não basta definir conceitos e critérios, aprovar uma lei, criar e institucionalizar um sistema nacional de proteção do patrimônio imaterial. É preciso ir mais além. Os conceitos têm de ser operacionalizáveis, os crité-

A identidade nacional no *fast food*

- O McDonald's da França tem croissants criados pelo *chef patissier* do Hotel George V, o mais tradicional e chique de Paris.
- Na China, há o Rice Burger, feito de arroz.
- Portugal tem há um ano um cardápio de sopas tradicionais portuguesas. São sete sopas diferentes na semana, uma por dia. O próximo lançamento, previsto para o mês que vem, é o caldo verde, com batata, azeite e chouriço, ingredientes tradicionais na culinária portuguesa.
- Nos Emirados Árabes, há o McArabia, com temperos e sabores da região.

O que é patrimônio cultural imaterial?

São definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares associados a comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos.

Bens imateriais registrados
Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (ES)
Ofício das Baianas de Acarajé (BA)

Registros em andamento
Sanduíche Bauru (SP)
Empada ou Empadão de Goiás (GO)

Sxc.hu

cultura. No Ministério da Cultura, não há nada sistematizado para culinária"

Kazuo Tanaka/kino.com.br

Frutas tropicais, como o cajá (acima) e o açaí (na página ao lado), emprestam seus sabores exóticos para receitas originais de sorvetes e sobremesas

rios devem ser representativos, a lei tem de ser eficaz, e o sistema, permanente e poderoso. Quem está trabalhando para implantar toda essa metodologia é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que lançou, em julho de 2006, o Edital de Mapeamento e Documentação do Patrimônio Cultural Imaterial. Os projetos serão recebidos até 30 de outubro de 2006. O pedido precisa ter base coletiva, ou seja, deve ser solicitado por associações, secretarias estaduais e municipais de cultura ou organizações não-governamentais (ONGs). Entre os bens ligados à gastronomia, está em conclusão o processo de registro dos queijos artesanais de Minas Gerais e projeta-se para 2007 o inventário das comidas de milho.

Sobrevivência O Iphan não dá certificado de originalidade ou de origem. A intenção do órgão, com os registros e os inventários, é garantir que essas tradições, muitas vezes orais, não morram e possam ser recuperadas e pesquisadas futuramente. É um mercado de trabalho que se abre para antropólogos e historiadores, entre outros, que podem incrementar planos de salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial. Os bens são catalogados em quatro linhas principais, chamadas de livros. Aquele que registra os conhecimentos e os modos de fazer do cotidiano de comunidades tradicionais é o *Livro dos Saberes*. É nele que está armazenado o ritual culinário das baianas do acarajé, por exemplo. Esse quitute foi, ao lado do ofício das "paneleiras" de Goiabeiras e do samba-de-roda do Recôncavo Baiano, um dos primeiros bens culturais de natureza imaterial tombados no país pelo Iphan (leia quadro na página ao lado). As origens do prato, as tradições que seu fazer guardam, a oralidade ancestral na transmissão da receita, o ritual para servi-lo e degustá-lo, tudo isso fazem do acarajé,

gastronomia 21/09/06 13:44 Page 48

Atualmente, o setor de gastronomia é o segmento que tem maior participação

sim, um bem cultural, digno de seu reconhecimento e sua preservação.

Com pós-doutorado em História, o ex-reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPr) Carlos Roberto Antunes dos Santos, autor de *Por uma História da Alimentação*, tem dedicado boa parte de sua vida acadêmica ao tema. "Os alimentos são atitudes ligadas a usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossa boca é neutro, tudo tem história. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais, como espelho de uma época. A cozinha é um microcosmo da sociedade." Segundo ele, "a história da alimentação mostra que o que se come é tão importante como quanto e onde se come, quando se come, como se come e com quem se come". Maria Eunice Maciel, professora do Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), destaca ainda que os hábitos alimentares são parte do patrimônio cultural das populações. "O que é colocado no prato alimenta não só o corpo, mas um modo de viver", reforça.

"Temos o hábito de só considerar como patrimônio o que é chique ou o que vem dos ricos, e precisamos que *chefs* internacionais venham aqui e nos digam que nossa comida é fantástica. Estamos mudando essa realidade", destaca Ana Cláudia Lima, gerente de registro do Iphan e mestre em História. Realmente, por aqui a gastronomia ainda não alcançou papel de destaque entre as atrações nacionais. Além de muitos pratos não serem conhecidos pelos visitantes estrangeiros e até mesmo pelos brasileiros, falta incentivo aos empresários do setor para a divulgação e a oferta de comidas típicas nos restaurantes. O gerente de relações institucionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), coordenador da coleção *A Formação da Culinária Brasileira*, Arthur Bosisio, defende a elevação do setor ao status de patrimônio cultural e a criação de um grupo de trabalho, dentro do governo, para propor medidas e incentivos. Bosisio foi um dos participantes do debate "Temos uma culinária brasileira?", do XVIII Congresso Nacional da Abrasel.

"Pesquisas demonstram que a gastronomia é um dos produtos turísticos de maior procura", acrescenta o gerente do Senac. O modelo que ele sugere, com a transformação da gastronomia em patrimônio cultural, é similar ao adotado em Portugal. No país europeu, o turismo é responsável por 12% do Produto Interno Bruto (PIB), e 5% desse valor é resultado do consumo de alimentos e bebidas. Aqui no Brasil, as refeições dos viajantes também têm peso. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) vai divulgar neste mês os resultados finais de um levantamento a respeito. "Cerca de 12% do setor de alimentação está vinculado ao consumo efetuado por turistas, isso equivale a 116 mil empregos formais",

O setor de alimentação fora do lar

- Representa hoje quase **1 milhão** de empresas, entre bares, restaurantes, lanchonetes, padarias e empreendimentos de alimentação dentro de escolas e hospitais
- Emprega **6 milhões** de pessoas
- Gera diretamente **2,4%** do PIB brasileiro
- Absorve **26%** do total de gastos com alimentação do povo brasileiro
- No turismo, o segmento é responsável por **40%** do PIB e por **53%** da mão-de-obra empregada

A típica cozinha do Itamaraty

Caesar Park, hotel cinco estrelas à beira da famosa praia de Ipanema, no Rio de Janeiro. Cozinha totalmente internacional. Era década de 1980 quando o *chef* Zenivaldo de Almeida, um pernambucano, lançou a idéia: "E se fizéssemos uma feijoada para surpreender os *gringos*?" O prato fez sucesso no estabelecimento e continua até hoje como um dos carros-chefes da gastronomia do hotel. Depois de morar em Nova York, Paris e correr o mundo, encontramos Almeida, agora com 56 anos, no comando da cozinha do Palácio do Itamaraty, o cartão de boas-vindas do país às autoridades que chegam à capital federal.

Em fevereiro do ano passado, Almeida teve oportunidade de preparar novamente o prato típico, por ocasião da visita do príncipe de Astúrias, dom Felipe de Bourbon, e da princesa Letizia. A presença de Almeida tem contribuído para "abrasileirar" a mesa do Itamaraty, com moquecas, carne assada com baião-de-dois, bobó de camarão, arroz carreteiro, peixada de pirarucu, entre outros. Mas ele não tem dúvida ao apontar o prato mais difícil de fazer: o acarajé. "É um trabalho imenso descascar o feijão, manter o ponto certo da massa, modelar, rechear, ainda mais que aqui nós servimos miniacarajés em coquetéis para 200 pessoas", relata.

Ricardo Labastier

gastronomia 21/09/06 13:45 Page 49

no PIB do turismo — superando a hotelaria e o transporte

informa Roberto Zamboni, responsável pelo estudo, que conta com o apoio da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

Atualmente, o setor de gastronomia é o segmento que tem maior participação no PIB do turismo – superando a hotelaria e o transporte. Mas ele não é forte apenas entre os visitantes. A alimentação fora do lar representa hoje quase 1 milhão de empresas, entre bares, restaurantes, lanchonetes, padarias e empreendimentos de alimentação dentro de escolas e hospitais. Ele emprega 6 milhões de pessoas (leia quadro na página ao lado). O setor é também grande promotor de inclusão social, ao empregar em larga escala minorias e, especialmente, mão-de-obra pouco qualificada. O presidente da Abrasel, Paulo Solmucci, informou que 52% da mão-de-obra de bares e restaurantes é representada por jovens na faixa etária entre 16 e 30 anos. "Nossos estabelecimentos são, na maioria das vezes, o primeiro emprego dessas pessoas."

Sucesso No momento, o segmento de "alimentação fora do lar" corresponde a um quinto dos gastos das famílias brasileiras, mas a tendência é que aumente. Nos próximos 25 anos, esse percentual deverá subir para 40%, de acordo com o presidente da Abrasel. Em Brasília, devido às características diferenciadas da cidade, 37% das despesas da população estão relacionadas a refeições fora de casa.

Em outubro, será realizado no Rio de Janeiro um projeto da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FNHRBS), juntamente com a Organização Mundial do Turismo (OMT), que irá tratar a gastronomia regional como produto turístico e patrimônio cultural. "A OMT nunca fez um trabalho desse porte e jamais havia olhado para a gastronomia como realmente uma peça fundamental para o turismo", avalia Luiz Lenhart, presidente da FNHRBS. "O setor de bares e restaurantes já representa 40% do PIB do turismo e 53% do emprego", afirma Solmucci. Para ele, "está mais do que na hora de o Brasil exportar também as nossas receitas. E difundir a gastronomia brasileira em todo o mundo".

Ricardo Labastier

O ritual culinário do acarajé foi um dos primeiros bens culturais de natureza imaterial a ganhar registro

Não é apenas Solmucci que confia no sucesso do tempero brasileiro. O grande *chef* espanhol do momento – Ferran Adrià – costuma dizer que o futuro da gastronomia está em dois países: na China e no Brasil. Ele acredita que o mundo pode experimentar um novo ciclo de descobertas, só que, no lugar da nova geografia revelada no século XVI, seriam novos sabores que invadiriam e deslumbrariam as antigas metrópoles. "Nem nós, brasileiros, fazemos idéia exata desse potencial e, enquanto não se investir de maneira decidida nessa direção, domesticando espécies, como faz a Embrapa, por exemplo, explorando culinariamente as ervas, as frutas, os peixes, estaremos dormindo sobre um tesouro", acredita o sociólogo Carlos Alberto Dória. Um exemplo de como nós, brasileiros, não temos o olhar apurado para as potencialidades da nossa mesa são as palavras da baiana Rebeca Sousa Araújo. Com 18 anos de idade, ela está há oito meses em Brasília preparando acarajé para os fregueses do restaurante de sua irmã Rosa, proprietária do restaurante Acarajé da Rosa. "Não tem segredo, é só sal e cebola", diz, humildemente, com o sotaque soteropolitano característico. O ofício está tão entranhado em seu modo de ser que ela não consegue visualizar toda a cultura que faz parte do molho de suas iguarias.

debate 26 21/09/06 13:46 Page 50

DEBATE
SEM FRONTEIRAS

Tema de agosto: As PPPs são a solução para a falta de investimento em infra-estrutura?

Na segunda semana do mês, às terças-feiras, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) promove o evento "Debate sem fronteiras", que apresenta dois pontos de vista diversos a respeito de assuntos fundamentais para o desenvolvimento do país. **Desafios** apresenta os artigos que resumem a posição defendida por cada debatedor.

As PPPs são uma solução

Ricardo Pereira Soares e Carlos Álvares da Silva Campos Neto

As parcerias entre os setores público e privado surgiram como uma novidade do Plano Plurianual (PPA) do período de 1996 a 1999 e no PPA seguinte ganharam expressiva participação. Naqueles documentos, foram definidas com base numa única exigência: a alocação de recursos financeiros pelo setor privado. Assim, bastava a iniciativa privada participar financeiramente de um projeto para que ele fosse considerado uma PPP. O debate público que se seguiu sobre o tema culminou com a aprovação, em dezembro de 2004, da Lei nº 11.079, que instituiu as normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no país.

Essa lei superou várias dificuldades. Estabeleceu que a nova modalidade de parceria é exclusiva para os projetos de pouca ou nenhuma viabilidade financeira, como rodovias, ferrovias, entre outros. Por isso, explicita que somente os empreendimentos que necessitam do comprometimento de recursos públicos para pagamento ao parceiro privado podem ser classificados como PPP.

Superou a fragilidade das garantias propostas para atração de investidores instituindo o Fundo Garantidor dos Pagamentos das PPPs. O fundo é composto de recursos públicos, originários da União, que visa garantir os pagamentos futuros assumidos pelos parceiros públicos federais em virtude das obrigações contraídas nos contratos de PPPs, em caso de não pagamento por parte do governo.

Adicionalmente, garantiu o equilíbrio fiscal futuro determinando que o conjunto dos desembolsos anuais dos projetos executados em parceria público-privada não pode ultrapassar 1% da receita corrente líquida da União. Esse limite foi imposto, também, aos estados, Distrito Federal e municípios, como condição prévia ao recebimento de recursos financeiros e garantias da União.

Atualmente, a administração pública tem duas maneiras de atrair investimentos privados: fazendo novas concessões e instituindo parcerias público-privadas. A diferença entre uma concessão e uma PPP – ter ou não viabilidade financeira – tem uma expressão monetária mais nítida na medida em que se espera que os primeiros projetos em PPP tenham custos mais elevados que as concessões, por causa da novidade e do risco regulatório. Trata-se de um novo tipo de empreendimento que motiva incertezas maiores nos empresários. Tanto que, para definir o preço do risco, os possíveis investidores das PPPs têm olhado para os contratos que já existem (concessões). Esse procedimento, a nosso ver, é bastante razoável, pois os contratos de parcerias serão regidos pelas normas gerais do regime de concessão de serviços públicos e de licitações.

Apesar disso, a política tarifária das concessões e das PPPs rodoviárias deve estabelecer uma tarifa que seja satisfatória tanto para os usuários quanto para os concessionários. Para isso, a Lei das Concessões estabelece o princípio da modicidade da tarifa e a garantia do equilíbrio econômico-financeiro da empresa concessionária. Recente trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), "Das concessões rodoviárias às parcerias público-privadas: preocupação com o valor do pedágio", constata que a maior compatibilidade entre esses dois princípios ocorre no início da concessão, quando se observa a menor tarifa real de pedágio.

O conceito de equilíbrio econômico-financeiro, que desperta grande apelo no setor privado, tem sido estudado e operacionalizado. As disposições legais asseguram às concessionárias o direito a reajuste e a revisão da tarifa básica de pedágio desde que ocorram alterações nas suas despesas. Tanto que alguns analistas afirmam que os contratos protegem os empresários de modo a praticamente eliminar os riscos do negócio.

Por outro lado, observa-se a necessidade de um tratamento mais equânime em relação ao interesse dos consumidores, pois o conceito de modicidade tarifária não teve a atenção devida, não tendo sido estudado. Esse fato pode estar refletido no crescimento do valor real das tarifas de pedágio no período de 1996 a 2005. Efetivamente, nas cinco concessões realizadas pelo governo federal é possível constatar um crescimento real das tarifas de pedágio.

Ricardo Pereira Soares e **Carlos Álvares da Silva Campos Neto** são pesquisadores do Ipea

debate 26 21/09/06 13:47 Page 51

Chave para o sucesso das PPPs

Waldery Rodrigues Júnior

Para entender as PPPs é importante perceber que há três participantes principais: o governo, o setor privado e o consumidor do serviço ofertado. Uma possível representação para a PPP é tratá-la como um "jogo" de longa duração entre esses três participantes. A boa teoria econômica nos ensina que um jogo de longo prazo será sustentável se seus elementos principais estiverem bem desenhados. Esses elementos são: partilha adequada dos benefícios para os três participantes; correto controle das contas do governo; e correta transferência de risco entre os setores público e privado. Tratarei do terceiro item, que tem reflexos substanciais sobre os outros dois.

Em primeiro lugar, o custo do capital envolvido deve ser cuidadosamente calculado: muitos estudos tomam como elemento-chave da rentabilidade financeira de uma PPP a taxa interna de retorno (TIR) ou o valor presente líquido (VPL), quando deveriam usar também outros métodos não determinísticos de apreçamento e quantificação de risco usados, há décadas, em finanças, como o *capital asset pricing model* (CAPM) e suas modificações. Em particular, uma aplicação de métodos determinísticos, para uma economia com elevado grau de incertezas como a brasileira, pode levar a sérios equívocos. Um exemplo é o uso de uma taxa de desconto constante, quando essa taxa está diretamente relacionada às taxas de juro do mercado, que, por sua vez, dependem da taxa Selic. O preço de um ativo financeiro, como uma PPP, pode ser entendido como o fluxo futuro descontado de seus dividendos (ou resultados que dele podem advir) e é fortemente influenciado pelos valores considerados para a taxa de desconto. O caso do Reino Unido é exemplar para mostrar a fragilidade da TIR como medida balizadora da partilha de riscos entre os agentes público e privado numa PPP: utilizou-se por alguns anos um valor para a TIR de 6% (como referencial para as garantias de retorno mínimo), que depois foi reavaliada (para baixo) por haver um entendimento que essa taxa favorecia em demasia os agentes privados.

A correta quantificação dos riscos tem influência também no cálculo da contraprestação pública, na determinação do valor dos pagamentos de tarifas/pedágios pelos consumidores e na determinação do período ótimo para a duração da PPP. Ou seja, afeta todos os participantes do jogo.

Nas PPPs federais, o setor privado terá, para os desembolsos do setor público, uma garantia fornecida pelo Fundo Garantidor das PPPs (FGP). Esse fundo está atualmente capitalizado com ações bastante líquidas e, para cada 1 real que o governo federal der em garantia, deve ser resguardado 1 real no FGP. Como o setor privado vai enxergar no FGP a real capacidade de pagamento do governo, é importante que os riscos (inclusive de *default*) do FGP não estejam positivamente correlacionados com os riscos aos quais estão sujeitos os pagamentos do governo federal. Logo, a carteira de ativos do FGP não pode ficar muito concentrada em títulos públicos. Por outro lado, se ela ficar muito concentrada em ativos de renda variável, terá um patrimônio com valor de mercado volátil. A sustentabilidade financeira do FGP dependerá, portanto, de suas capitalizações correntes e futuras. Operacionalizar um fundo capitalizado com ativos adequados a outorga de garantias para projetos PPPs (FGP) é uma tarefa dificílima.

Observando o ciclo de proposição e aprovação de uma PPP federal, pode-se imediatamente melhorar a gestão de riscos em alguns pontos: a) devem ser exigidos no mínimo dois estudos de viabilidade econômico-financeira da PPP antes da submissão ao TCU. Essa exigência poderia constar em lei complementar; b) o TCU deve ter uma apurada expertise na análise econômico-financeira dos projetos, algo que se constitui hoje um verdadeiro desafio para o controle externo no Brasil.

Uma boa oportunidade para checar ou aperfeiçoar a forma como funcionará a transferência de riscos será a fase de consulta pública da PPP da BR 116-324, atualmente em análise pelo TCU. Vale a pena checar as informações econômico-financeiras da minuta do edital/contrato dessa primeira PPP federal e ver como o "jogo" está desenhado – e, inclusive, antecipar se os participantes gostarão dele.

Waldery Rodrigues Júnior é pesquisador do Ipea

melhores26B 21/09/06 13:48 Page 52

O triste fim do

melhores26B 21/09/06 13:50 Page 53

Humberto Pires / Opção Brasil Imagens

A parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Empresa Brasileira de Compressores (Embraco) completa 24 anos como um exemplo de sucesso do trabalho conjunto entre a academia e a iniciativa privada. A próxima novidade a ser lançada por eles, o microcompressor, promete aposentar a geladeira e substituí-la por gavetas e armários refrigerados

Por **Manoel Schlindwein**, de Florianópolis

pingüim de geladeira

melhores26B 21/09/06 13:51 Page 54

O conhecimento desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina permitiu

Imagine esta cena: logo cedo o jovem senta à mesa, abre uma gaveta e se serve de fatias de queijo, salame, uma rodela de tomate e maionese. Pouco tempo depois, sua mãe aparece na cozinha preocupada com o almoço. Ela abre um pequeno compartimento e lá escolhe qual a pedida para o cardápio do dia: carne, peixes ou aves. Horas mais tarde, o chefe da família procura cubos de gelo no canto do armário para refrescar-se com uma bebida diante da televisão. E a geladeira? O pesado e barulhento eletrodoméstico está com os dias contados. Parece coisa de ficção científica? Que nada! A miniaturização dos compressores, que são a alma das geladeiras e dos demais refrigeradores, vai transformar a cena em realidade antes do que se imaginava.

É do sul do país, mais especificamente de um conjunto de laboratórios instalados

Os números da parceria UFSC–Embraco

Financiamento

- **45%** Empresa Brasileira de Compressores S/A (Embraco)
- **38%** Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia
- **8,5%** Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação
- **8,5%** Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc), vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Estrutura

- **15** laboratórios reunidos no Pólo, Laboratórios de Pesquisa em Refrigeração e Termofísica
- A construção do Pólo custou **3,5** milhões de reais, financiados pelos quatro participantes da parceria

Recursos humanos

- **80** pessoas trabalham no Pólo, dos quais quatro são professores da UFSC, 58 são alunos pesquisadores e bolsistas, e os demais são funcionários
- **40%** dos empregados da Embraco na área de pesquisa e desenvolvimento são ex-alunos da UFSC

Fotos Divulgação Embraco/UFSC

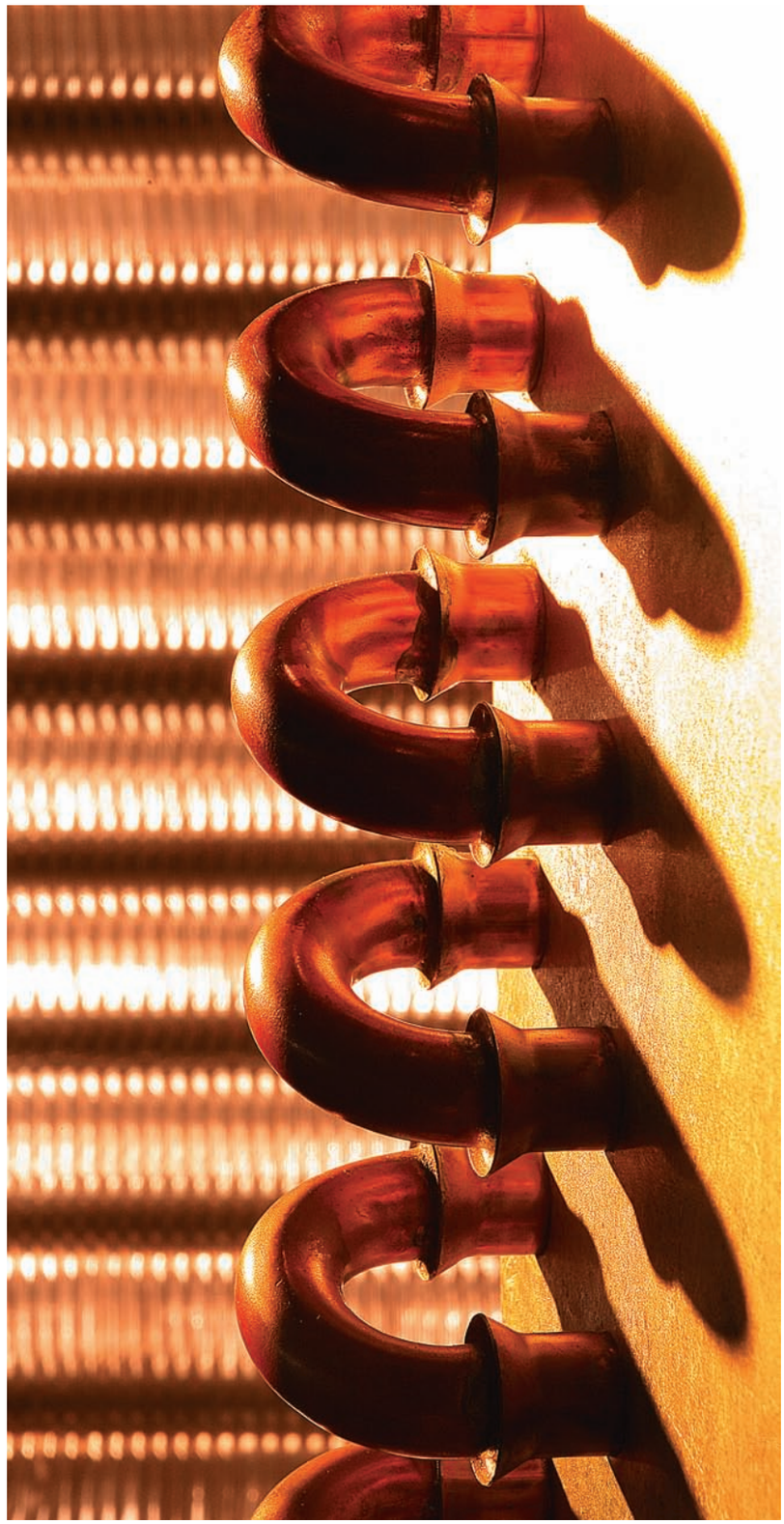
O novo prédio, com 2,5 mil metros quadrados de construção, custou 3,5 milhões de reais e abriga 15 laboratórios

melhores26B 21/09/06 13:52 Page 55

que a Embraco fabricasse o primeiro compressor com tecnologia 100% brasileira

na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e patrocinados pela Empresa Brasileira de Compressores (Embraco), que estão saindo os primeiros ensaios da novidade que deve modificar os lares do mundo inteiro. Imagine o entusiasmo de decoradores e arquitetos ao trabalhar no projeto de uma cozinha desprovida de geladeira. Compartimentos e gavetas refrigerados farão parte de armários e prateleiras. Mas as transformações não ficarão apenas no ambiente culinário. Empresas de alta tecnologia, como a Intel, que mantém parceria com a Embraco, estão esperando pelo microcompressor para reduzir o tamanho e aumentar a velocidade dos computadores portáteis. Atualmente, eles não são menores porque o risco de pegar fogo devido à proximidade dos componentes é muito alto. Com o minúsculo compressor será possível manter a baixa temperatura.

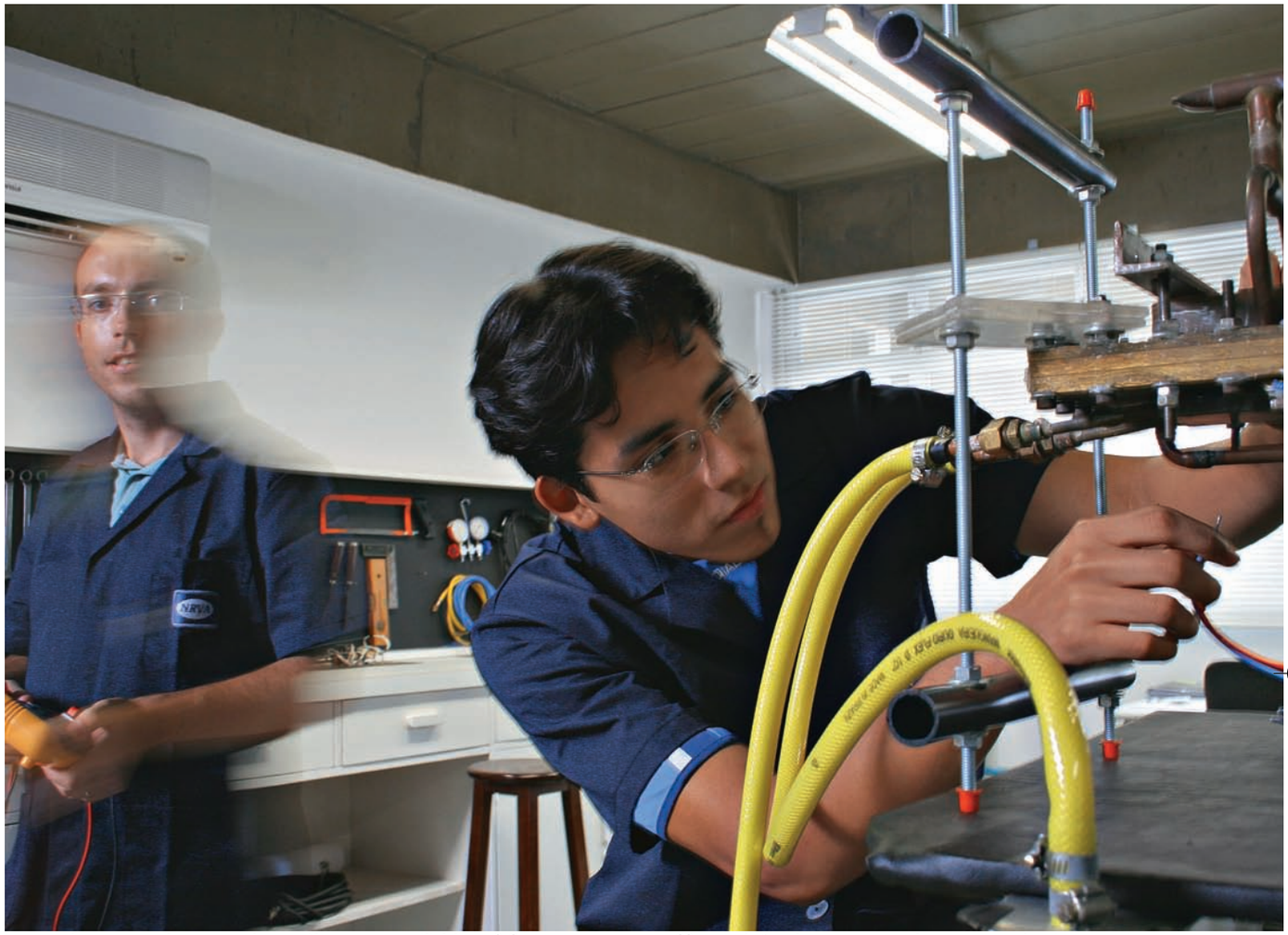
O primeiro passo para esse avanço já foi dado. No começo do ano, a principal conferência internacional sobre o tema, a Itherm 2006, realizada em San Diego, na Califórnia, divulgou as primeiras informações sobre um microcompressor desenvolvido pela Embraco. Para ter uma idéia do que isso representa para o setor, basta dizer que os equipamentos presentes em todas as geladeiras têm, em média, o tamanho de uma bola de vôlei – e o novo deve ser um pouco maior do que uma pilha pequena.



Estabilidade O pequeno notável é apenas o mais recente sucesso de um casamento que já dura 24 anos entre a UFSC e a Embraco. Essa é a mais longa união entre iniciativa privada e academia que se tem notícia no país. A história começou em meados da década de 1980, quando a empresa procurou a universidade visando obter maior desenvolvimento tecnológico. O conhecimento adquirido propiciou a fabricação do primeiro compressor da Embraco com tecnologia 100% nacional. Foram cinco anos de intenso trabalho para substituir o modelo dinamarquês. Dali

melhores26B 21/09/06 13:53 Page 56

As novas instalações foram inauguradas em maio passado. São quinze laboratórios



Uma das linhas de pesquisa desenvolvidas no Pólo busca a substituição do CFC dos compressores pelo CO_2, um gás 1,3 mil vezes menos nocivo para o aquecimento do planeta

em diante, os estudos realizados em conjunto geraram a orientação de 65 dissertações de mestrado e quinze teses de doutorado, a publicação de 287 trabalhos completos em anais de congressos e 48 artigos em periódicos indexados.

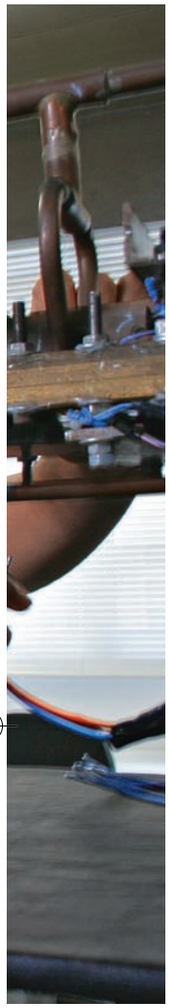
Conhecimento Os objetivos de empresa e universidade são bem diferentes, mas a combinação geralmente leva a grandes resultados. "O que a gente faz é colocar uma 'embreagem', um modo de ligá-los", diz o diretor corporativo de tecnologia da Embraco, Roberto Holthausen Campos. De tempos em tempos, gerentes e professores reúnem-se e discutem quais programas podem desenvolver em conjunto. Isso ajuda a equilibrar a dinâmica das relações. De um lado, a universidade trabalha em pesquisa básica e, de outro, a indústria "converte" o resultado em conhecimento aplicado e depois o transforma em produtos avançados, com diferencial tecnológico. "Imagine o ciclo de vida de um dado conhecimento. A universidade nos suporta bem na fase inicial, quando se procura entender os fenômenos. É uma escada longa, e se constrói um degrau a cada dia", explica o diretor Campos. É um processo que vale a pena para a empresa porque as pesquisas uma hora vão parar na linha de produção de novos compressores. Vale para a universidade porque o aporte de capital permite contato com tecnologia de ponta. Vale para os estudantes porque são beneficiados com o conhecimento, elevando sua capacitação, além de muitos conseguirem um estágio e ingressarem no mercado de trabalho. E, finalmente, vale para nós, consumidores, porque os estudos permitem avanços que trarão mais conforto para nossa vida.

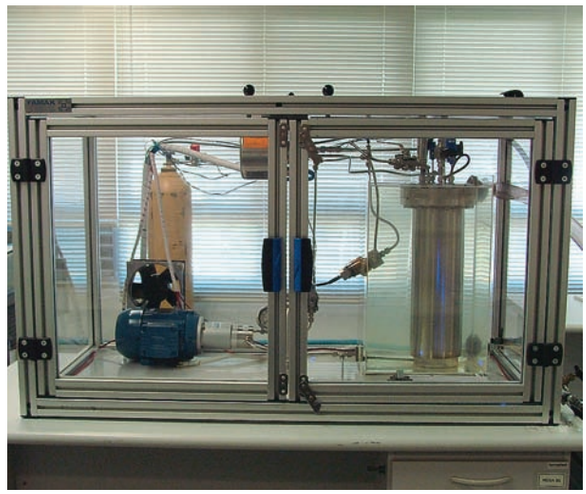
Para aumentar ainda mais a produtividade da parceria, foi inaugurado em maio deste ano o Pólo, Laboratórios de Pesquisa em Refrigeração e Termofísica, no Depar-

melhores26B 21/09/06 13:54 Page 57

de pesquisa em refrigeração e termofísica construídos dentro do campus

Fotos Divulgação Embraco/UFSC





tamento de Engenharia Mecânica do campus da UFSC, em Florianópolis. As instalações abrigam 15 laboratórios que recebem diariamente pesquisadores, professores e alunos de todos os cantos do país e do mundo. São quase oitenta pessoas trabalhando no prédio erguido especialmente para o Pólo. "Buscamos tornar a UFSC um centro de excelência mundial, inovador e formador de profissionais altamente capacitados. Não conheço no mundo outro centro de pesquisa tão avançado quanto esse. E não estamos falando apenas de máquinas e equipamentos, estamos falando de qualidade e de pessoal", avalia o professor Jader Barbosa Junior, integrante do Pólo. A construção dos 2,5 mil metros quadrados do Pólo consumiu 3,5 milhões de reais e contou com o apoio de agências governamentais de fomento à pesquisa e pós-graduação, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (Feesc).

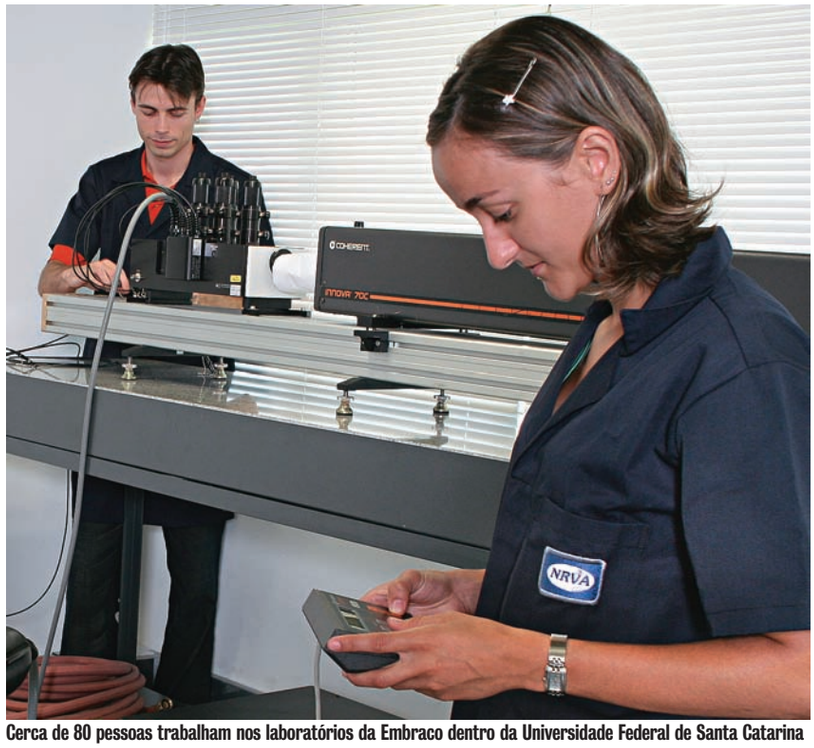
Energia Além da miniaturização, outro desafio que os técnicos enfrentam é como diminuir o consumo de energia dos compressores. Pouca gente sabe, mas o refrigerador responde por quase um terço de toda a energia elétrica consumida em uma residência. O número impressiona e os cientistas sabem disso – não custa lembrar que o Brasil abriga quase 50 milhões de geladeiras. A situação já foi pior, uma vez que, do final da década de 1980 para cá, houve uma redução no gasto de energia de cerca de 60%. Mas é preciso fazer ainda mais. Os passos, às vezes lentos, são dados dentro de laboratórios com nomes estranhos, tais como laboratório de escoamentos multifásicos, de evaporadores ou de trocadores de calor. Mas todo esforço compensa porque os resultados surtem efeito

melhores26B 21/09/06 13:55 Page 58

em larga escala. Imagine a economia que a redução de 1% no consumo energético dos compressores pode trazer.

A trinca dos principais desafios para o futuro dos compressores se fecha com a poluição – no caso, na busca da sua redução. Os gases empregados pela indústria, chamados fluidos refrigerantes halogenados (os famosos CFC, HCFC e HFC), contribuem grandemente para o efeito estufa e, conseqüentemente, para o aquecimento global. Para ter uma idéia, um grama de R134a (fluido a base de CFC) é 1,3 mil vezes mais nocivo, do ponto de vista de aquecimento do planeta, do que um grama de dióxido de carbono, o CO_2 (considerando-se um período de cem anos). Por isso, pesquisadores se dedicam a desenvolver um novo modelo que funcione à base de CO_2. Aqui há um detalhe a observar. Um sistema de refrigeração pode contribuir para o efeito estufa de duas formas, lembra Campos. "A primeira delas é o que chamamos de efeito direto, que está relacionado com o vazamento de gás. O segundo, que chamamos de efeito indireto, está ligado ao alto consumo de energia." Na maioria das aplicações, lembra o diretor, o efeito direto tem um peso de 5% ante 95% do efeito indireto. Portanto, ambientalmente falando, é tão importante substituir o R134a pelo CO_2 quanto reduzir a quantidade de energia usada. Felizmente, ambos os objetivos estão sendo alcançados.

Campos lembra que na sétima edição da conferência IIR Gustav Lorentzen sobre Fluidos Naturais, que ocorreu em Trondheim, na Noruega, em maio deste ano, pôde-se "observar que a tecnologia CO_2 é viável, e que a Embraco é referência e líder também em compressores para CO_2". Já em junho de 2004 o grupo Refrigerants Naturally, formado por Coca-Cola, Unilever e McDonalds, fez um anúncio público no qual se dizia comprometido com um futuro livre de HFC. Vários foram os desdobramentos dessa decisão e atualmente fabricantes de sistemas em diferentes pontos da Europa e da Ásia estão testando e obtendo bons resultados com amostras de compressores à base de CO_2, completa o diretor.



Cerca de 80 pessoas trabalham nos laboratórios da Embraco dentro da Universidade Federal de Santa Catarina

Os Estados Unidos são os maiores emissores de gases poluentes na atmosfera, especialmente de clorofluorcarbono (CFC). Como metade das geladeiras norte-americanas opera com compressores da Embraco, a solução para essa desconfortável posição pode vir no segundo bimestre do ano que vem, quando a empresa deverá lançar uma linha com compressores à base de CO_2.

Resultados Os óculos não disfarçam o olhar atento. De olho na tela do computador, o estudante Lucas Abdala, formando do curso de Engenharia Mecânica da UFSC, explica de outro ângulo as vantagens da parceria. "É o primeiro contato que a maioria dos alunos vai ter com o mercado de trabalho. Sem dúvida, oportunidades como essa abrem muitas portas", diz, sem desviar a atenção do trabalho, que bate na casa das vinte horas semanais. O rapaz sabe do que está falando. Há cerca de um ano, conseguiu um estágio na fábrica da Renault, em Paris, na França. "Não são todos que têm vocação para a pesquisa, muitos saem daqui e vão direto para as empresas. O que a gente percebe é que há espaço para quem deseja continuar na pós-graduação", dá a dica. O recado ilustra bem porque os benefícios de uma parceria como essa não ficam limitados aos interesses dos envolvidos. Os alunos podem tanto se dedicar à pesquisa em outras instituições de ensino como até mesmo montar o próprio negócio.

A liderança da Embraco no setor explica por que não é de hoje que ela se preocupa com pesquisa e desenvolvimento (P&D). Afinal, investe cerca de 3% do faturamento líquido anual na área, o que resulta na atividade de 400 profissionais espalhados por 37 laboratórios ao redor do mundo. A formação de mão-de-obra especializada não é das mais simples, e cerca de 40% dos funcionários de P&D da Embraco passaram pelas salas de aula da UFSC.

melhores26B 21/09/06 13:56 Page 59

dos funcionários dessa área são ex-alunos da Universidade Federal de Santa Catarina

Fotos Divulgação Embraco/UFSC

As pesquisas, realizadas em conjunto, geraram a orientação de 65 dissertações de mestrado e 15 de doutorado

Os professores do Pólo exibem com orgulho a parede onde há uma espécie de hall da fama na qual estão afixadas as placas que celebram os títulos de mestres e doutores de alunos do Pólo. É a prova irrefutável do trabalho que segue ininterrupto desde 1982. "Hoje, desenvolvemos parte de um conhecimento que nem sequer existe na literatura. Estamos na vanguarda", lembra o professor do departamento de Engenharia Mecânica da UFSC, César J. Deschamps.

Não se sabe bem ao certo quando as idéias futuristas vão saltar da imaginação para a realidade, mas muita coisa nova já está a caminho. Os microcompressores permitem o que se chama de modularização do frio, ou seja, será possível "levá-lo" para onde quiser com uma facilidade nunca antes vista. Um dia pacientes com problemas de circulação no pescoço vão aposentar as incômodas bolsas de gelo, esportistas poderão ter sua água gelada durante longas caminhadas – as possibilidades são enormes. Só uma coisa que não pára de atiçar a imaginação de cientistas e consumidores não deve surgir tão cedo: o microondas ao contrário. Joaquim Manoel Gonçalves, pesquisador do Pólo, não faz rodeios ao falar da dificuldade em construí-lo. "A gente avança aqui e ali todos os dias, mas não é o caso. Seria preciso uma verdadeira revolução, a descoberta de um fenômeno novo, para construir algo do gênero." Hoje, uma geladeira convencional leva cerca de dez minutos para produzir gelo – o que, convenhamos, é quase um milagre em terras tropicais como as nossas. Realizar a façanha em poucos segundos é um sonho que quem sabe um dia possa sair do papel. O que não faltam são cabeças dedicadas a isso.

Circuito 26 21/09/06 13:57 Page 60

Pesquisa **Nair Rabelo**
Texto **Andréa Wolffenbüttel**

ciência&inovação
CIRCUITO

Robótica

Nada mais é ficção

O imaginativo e futurista Isaac Asimov certamente ficaria encantado com a engenhoca criada por pesquisadores suíços e norte-americanos. Eles fizeram uma árvore com músculos artificiais, de polímeros eletroativos, que percebe a aproximação de pessoas e abre seus galhos num gesto delicado, como para abraçá-las. A novidade foi construída pela empresa suíça Belluard Bollwerk International (BBI) e contou com o patrocínio da Fundação Nestlé para a Arte. Os criadores acreditam que Brisa, como foi batizada a árvore, marca o nascimento de uma nova ciência, a robotânica. Talvez a expectativa seja um pouco exagerada, mas ninguém nega que o invento é quase uma obra de arte.

sxc.hu

Beleza pura

O azul do céu carioca

A equipe de pesquisadores de radiação óptica do National Physical Laboratory (NPL), da Inglaterra, deu uma colher de chá a uma disputa divertida. O site The Blue Sky Explorer ("O explorador do céu azul", em inglês), de uma agência de turismo, decidiu eleger a região do planeta em que a beleza do céu fosse mais estonteante. Escolheu uma produtora de televisão, a escocesa Anya Hohnbaum, para fazer uma maratona de 72 dias, passando por vinte pontos preestabelecidos nos seis continentes. A escolha, afinal, foi subjetiva, determinada pelo gosto de Hohnbaum, mas isso não tira o mérito do campeão: o céu carioca. Os cientistas ingleses fizeram uma série de testes de claridade, cor, luminosidade e densidade das nuvens, além de um estudo do comportamento do clima ao longo do ano. Também registraram a reação do cérebro de Hohnbaum sempre que ela desembarcava numa nova localidade. O chefe do departamento, Nigel Fox, que coordenou o trabalho, garante que os critérios foram consistentes com os padrões internacionais de pesquisa. Aí está a lista dos céus mais deslumbrantes.

O *ranking* do firmamento

1º Rio de Janeiro, Brasil
2º Bay of Islands, Nova Zelândia
3º Ayers Rock, Austrália
4º Denarau Island, Ilhas Fiji
5º Cidade do Cabo, África do Sul

Saúde

Vacina anticâncer

Foi aprovada nos Estados Unidos a primeira vacina contra o câncer de colo do útero, com poder de imunizar mulheres contra quatro tipos de HPV (Papiloma Vírus Humano). Os testes, iniciados no ano 2000 nos Estados Unidos, no Brasil e na Noruega, envolveram 25 mil pessoas. No Brasil, são 3 mil voluntárias, de 150 instituições. Segundo Ronaldo Costa, chefe do Departamento de Ginecologia do Instituto Nacional do Câncer (Inca), onde são acompanhadas algumas das voluntárias, neste ano deverão ser registrados, no país, 20 mil casos de câncer de colo do útero e mais de 4 mil mortes. Infelizmente, ainda não se definiu a data de lançamento comercial da vacina.

Combustíveis

Via de mão dupla

Uma equipe de brasileiros, representantes de toda a cadeia de produção de motores bicombustíveis, desembarcou na África do Sul no final de agosto. Objetivo da missão: transferir a tecnologia de fabricação de carros movidos a gasolina e álcool e, assim, abrir novos mercados para o combustível derivado da cana-de-açúcar. A África do Sul é o único país africano que tem montadoras de automóveis. Produz 550 mil unidades por ano. A quantidade é pequena se comparada à brasileira, mas é maior do que a registrada na Argentina. No Brasil, apenas três anos após seu lançamento, os carros com motores flexíveis respondem por mais de 75% das vendas.

Circuito 26 21/09/06 13:58 Page 61

P&D

Por conta própria

O caso mostra a importância da aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento. Em 2000, Sergio Varkala Sangiovani, engenheiro paulista, desenvolveu um filtro de poluentes para motores a diesel. Como não encontrou patrocinador nacional, trabalhou por conta própria até testar a nova tecnologia, capaz de barrar partículas com menos de 2,5 micrômetros (milionésima parte do metro) de diâmetro, que são muito prejudiciais à saúde. O protótipo foi doado à prefeitura de Diadema, na Grande São Paulo, local dos testes, onde será instalada a linha de produção do filtro. A fábrica será subsidiária da Sabertec, empresa com sede nos Estados Unidos que financiou a etapa final da pesquisa e lançará a invenção nos mercados brasileiro e americano.

Trânsito

Nem um segundinho

No Brasil, nos Estados Unidos, na Austrália, em toda parte as pesquisas comprovam: não se pode distrair um instante no volante. No Brasil, levantamentos feitos pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) no Paraná indicam que a desatenção é causa de 30% das mortes e ferimentos em acidentes. A Associação Brasileira de Medicina de Trânsito considera distração não apenas falar ao telefone celular, mas também fumar ou virar a cabeça para observar um carro ao lado. Motorista seguro é o que não faz nada além de prestar atenção no trânsito. A Administração Nacional de Segurança no Trânsito dos Estados Unidos fez um estudo minucioso e avisou: 80% dos acidentes acontecem três segundos após alguma distração do motorista. Ou seja, não dá para pestanejar. O trabalho mais recente vem da Austrália. Depois de analisar o comportamento de 1,3 mil motoristas com idade entre 18 e 65 anos, pesquisadores do Instituto George para Saúde Internacional e da Universidade do Leste da Austrália descobriram que a cada seis minutos, em média, pelo menos um deles se distraiu; e que 72% dos acidentes ocorreram nesses momentos. Portanto, olho vivo!

6,67 bilhões de bits é a quantidade de dados que os cientistas da IBM conseguiram "espremer" em 1 polegada quadrada de fita magnética. Assim, uma fita magnética de dados, menor do que meia fita VHS, poderá armazenar 8 terabytes (15 vezes a capacidade atual). Os fabricantes estimam sua vida útil em um século e garantem que é mais segura para guardar informações do que CDs e DVDs.

Deficientes

Bengalas eletrônicas

Pesquisadores da Faculdade de Engenharia Eletrônica da Fundação Educacional Inaciana (FEI), de São Paulo, desenvolveram uma bengala eletrônica para portadores de deficiência visual que localiza objetos a 3 metros e meio de distância, identifica cores e emite sinal sonoro de aviso. O aparelho custa 300 reais. Tem o tamanho de um telefone e dois botões com comandos em braile. "É um dispositivo que pode ficar dentro da mochila ou preso na cintura. Identifica todo tipo de obstáculos, entre eles buracos, postes ou árvores", diz Fábio Misserino, um dos alunos que participaram do projeto. Uma bengala semelhante foi criada por pesquisadores da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), em Santa Catarina. No entanto, em vez de som, emite um sinal tátil que se torna mais incisivo à medida que os obstáculos se aproximam. "O projeto tem três anos, seu registro de patente já foi pedido no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), e queremos que esteja logo no mercado, porque não há nada semelhante à disposição no Brasil", diz Alejandro Garcia Ramirez, engenheiro elétrico da Univali.

Divulgação

Criatividade

Ao sabor do vento

Um protótipo de carro esportivo projetado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apelidado de CEA-M2, foi o campeão da Maratona da Eficiência Energética promovida pela Confederação Brasileira de Automobilismo no final de julho. Com apenas 1 litro de gasolina, o bólido percorreu 598,8 quilômetros à velocidade média de 24 quilômetros por hora. O truque? Tecnologia de ponta em aerodinâmica, controles eletrônicos e um mecanismo que liga e desliga o motor automaticamente, aproveitando a inércia para manter o carro em movimento, num ritmo mais ou menos constante. A disputa mobilizou escolas de engenharia de todo o país.

Autismo

Como descobrir

Uma pesquisa feita com crianças e adolescentes atendidos pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, comprovou a eficiência do eletrencefalograma (exame que registra as variações do potencial elétrico do cérebro) na detecção do autismo. O transtorno neurológico, de gravidade variável, afeta, em média, uma em 1.000 pessoas. Seus sintomas demoram a ser percebidos. A vantagem da descoberta, tema de tese do neuropediatra Adailton Pontes, é que o eletrencefalograma tem custo muito inferior ao da ressonância magnética e ao da tomografia computadorizada, exames usualmente pedidos pelos médicos para a conclusão diagnóstica.

Estante 21/09/06 13:59 Page 62

Anatomia do Leviatã econômico

Esse livro é grande, pesado e caro. Exatamente como o Estado brasileiro. Nisso ele conforma um retrato perfeito de seu objeto: nosso dispendioso setor público, que é aqui dissecado em suas entranhas, nem todas disfuncionais. O Brasil construiu um dos Estados mais eficientes da periferia, pelo menos na sanha arrecadatória e na prodigalidade nos gastos (em parte com ele mesmo). Como lembra o prefaciador, o ineficiente e inchado Estado brasileiro toma 37% do PIB na forma de impostos e gasta mais de 40%, deixando um legado preocupante para as futuras gerações. Isso explica, provavelmente, um crescimento à taxa medíocre de 2% ao ano, em média, no último quarto de século.

Quem maneja o bisturi analítico no corpo do Leviatã é uma equipe proporcional ao peso do livro: 37 colaboradores, dos melhores que podem ser encontrados no mercado. O livro, aliás, começa pelas falhas de mercado, antes de se debruçar sobre as falhas de governo. Na primeira parte, Bresser-Pereira trata da reforma da gestão pública, da qual foi um dos autores e executores, para desespero de certos adoradores, ainda hoje – e eles são muitos -, do Leviatã econômico. Outros economistas tratam das externalidades, do papel do Estado na defesa do meio ambiente e da teoria da regulação, de acordo com os objetivos do livro: aplicar elementos teóricos e empíricos à economia do setor público e ao seu funcionamento efetivo no Brasil. Na segunda parte, são abordadas as finanças públicas, a teoria da escolha pública, a corrupção, na sua interação com a produção de bens públicos, e os resultados fiscais do Estado brasileiro. Os organizadores acreditam que as elaborações teóricas em torno das falhas de governo não devem necessariamente conduzir ao Estado mínimo e que a "lição mais clara que se pode tirar da transição (do socialismo para o capitalismo) é que para os mercados funcionarem perfeitamente são necessários um governo efetivo e instituições apropriadas" (p. xi).

A terceira parte se concentra no financiamento das políticas públicas, tanto no plano teórico – incidência tributária e teoria da "tributação ótima" (ironia involuntária?) – como na experiência brasileira: José Roberto Afonso trata das "contribuições sociais, mas antieconômicas" e Fernando de Holanda Barbosa demonstra por que é tão difícil fazer a reforma tributária no Brasil. Uma quarta parte se ocupa dos gastos públicos, que, como em quase todos os países, no Brasil estão concentrados em saúde, educação e seguridade (pelas evidentes falhas de mercado em sua prestação). O sistema de saúde pública atende efetivamente os mais necessitados, o que não acontece nos dois outros casos. Os grandes problemas estão no ensino superior e na previdência pública. "O governo começou a atacar o segundo problema, mas não dá sinais de que pretende alterar o primeiro", que subsidia os mais ricos.

A última parte trata de tópicos especiais, como o federalismo fiscal e as políticas públicas locais, as questões do déficit público e da (não) sustentabilidade da política fiscal no Brasil, fechando com uma reflexão comparada entre globalização e gasto social nas democracias contemporâneas, com a colaboração de dois acadêmicos americanos. As duas últimas partes ocupam cem páginas cada uma, depois das 170 páginas relativas ao financiamento das políticas públicas, o "filé-mignon" desse livro, quase tão grande e pesado quanto o são a tributação e a regulação no Brasil. Falhas de mercado e de governo têm proporções equivalentes – 70 páginas, aproximadamente –, o que pode ser um indicador indireto da imparcialidade dos organizadores quanto à busca das soluções mais eficientes para alocar recursos públicos e distribuir renda.

Arvate e Biderman acreditam que os fundamentalistas de mercado que seguiram o mantra da redução do Estado "o fizeram sem nenhuma base clara na teoria econômica", recusando, parcialmente, o ramo de estudos conhecido como "escolha pública" *à la* James Buchanan. Ainda assim, eles construiram um livro que combina princípios teóricos com ferramentas empíricas para investigar, de maneira rigorosa, esse Leviatã que recusa ser dissecado numa mesa de operações, já que, no Brasil, políticos, empresários e a maior parte da população o cultuam como um deus necessário, todo-poderoso e beneficente. Aparentemente, o Estado vai continuar grande, pesado e caro, com o que esse livro deve continuar indispensável pelo futuro previsível.

Paulo Roberto de Almeida

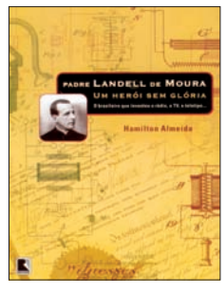
Economia do Setor Público no Brasil
Ciro Biderman e Paulo Arvate (orgs.)
Ed. Campus, 2004, 560 p., R$ 105,00

O bê-a-bá da reforma política

Em meio aos habituais tiroteios de acusações e avalanche de discursos vazios que precedem as eleições, o livro *Reforma Política no Brasil*, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), parece uma bênção. Os organizadores montaram uma obra isenta e abrangente que discute, de forma bastante clara e didática, todos os aspectos envolvidos numa reforma política. Sem ter medo de enfrentar temas delicados, como obrigatoriedade do voto, poder do presidente e corrupção, os textos apresentam os conceitos, analisam as diversas opções e relatam experiências de sucesso e fracasso em tentativas adotadas por outros países. O livro é dividido em duas partes: artigos e verbetes. Os artigos abrem e fecham o volume, e são voltados para o debate das formas de representação, participação e do presidencialismo. Já os verbetes estão agrupados em quatro categorias. A primeira – republicanismo – inclui tópicos como as Comissões Parlamentares de Inquérito e os financiamentos de campanha. A segunda – participação e opinião pública – apresenta, entre outros, os mecanismos de plebiscito e *referendum*. Na terceira – método de constituição das instâncias decisórias – encontram-se conceitos como federalismo, sistema eleitoral e coligações eleitorais. Na última categoria – regras decisórias – estão os verbetes referentes a migrações partidárias e reforma constitucional, chegando até à independência do Banco Central. A leitura é recomendada para qualquer um interessado nos rumos políticos do Brasil porque é um livro que consegue fazer o que muitos se propõem, isto é, qualificar o debate. Só para encerrar, aqui estão as palavras de Carlos Ranulfo Melo, um dos autores, alertando sobre as dificuldades a serem enfrentadas: "A incerteza inerente ao processo reformista pode dificultar a construção de uma coalizão capaz de conduzi-lo. Mesmo que tais coalizões contem com apoios no poder Executivo e na sociedade, a adesão de uma maioria de congressistas se mostra essencial para o sucesso da empreitada. Legisladores, como se sabe, são especialmente preocupados com sua reeleição, e não se deve esperar que adiram a projetos que coloquem em risco sua sobrevivência política."

Andréa Wolffenbüttel

Reforma Política no Brasil
Leonardo Avritzer e Fátima Anastásia (orgs.)
Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, 272 p., disponível para download no endereço www.pnud.org.br/pulicacoes



Padre Landell de Moura: um herói sem glória (o brasileiro que inventou o rádio, a TV, o teletipo...)
Hamilton Almeida
Ed. Record, 2006, 319 p., R$ 39,90

Um "padreco" diabólico

Padre Landell foi um homem de sorte – ou de azar. Nunca foi reconhecido em vida por suas invenções (que desbancam Marconi), mas se as ele tivesse divulgado em tempos inquisitoriais provavelmente não sobreviveria. Foi um cientista injustiçado e um religioso incompreendido. Mesmo tendo registrado suas invenções nos Estados Unidos, jamais se beneficiou das patentes, avançadas demais para a compreensão dos contemporâneos. Na Igreja, foi recebido com ceticismo e com a desconfiança de que estava se metendo com "artes do capeta". Suas "máquinas diabólicas" chegaram a ser destruídas por "meia dúzia de fiéis desvairados".

Essa biografia permite constatar como era difícil fazer ciência no Brasil de um século atrás. Ela transcreve vários trechos de cadernos deixados pelo padre genial, ignorado em sua própria terra. Seu caso demonstra que, se um "Bill Gates" pode existir no Terceiro Mundo, não basta a genialidade individual para fazer frutificar uma bela idéia: a sociedade precisa estar preparada para acolher a invenção e disseminá-la mediante processos industriais e por meio de redes de comercialização e de marketing.

Estamos longe, hoje, do fundamentalismo de outrora? A julgar pelos transgênicos...

Paulo Roberto de Almeida

Indicadores#26 21/09/06 14:01 Page 64

por **Andréa Wolffenbüttel**

Crédito

O dinheiro para as pequenas e as grandes

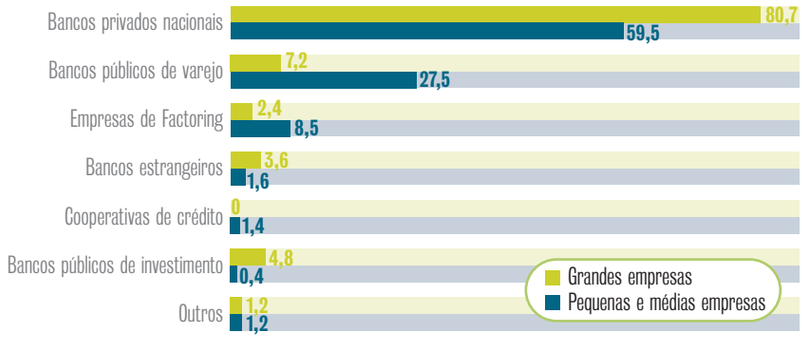
A Confederação Nacional da Indústria divulgou, no final do mês passado, um levantamento mostrando a relação das empresas com o crédito de curto prazo. Separado entre grandes e pequenas empresas, o levantamento demonstra que as menores recorrem mais aos bancos públicos e às *factoring*, enquanto as maiores conseguem trabalhar com os bancos privados e costumam consultar um número superior de agentes financeiros antes de contrair os empréstimos. As grandes também conseguem melhores prazos de pagamento. Enquanto o prazo médio das pequenas está por volta de 60 dias, o das grandes supera os 90 dias. A Sondagem Especial sobre o Crédito de Curto Prazo contou com a participação de 1.387 empresas industriais: 1.188 pequenas e médias e 199 grandes. O período de coleta das informações foi de 3 a 19 de julho.

O que é?

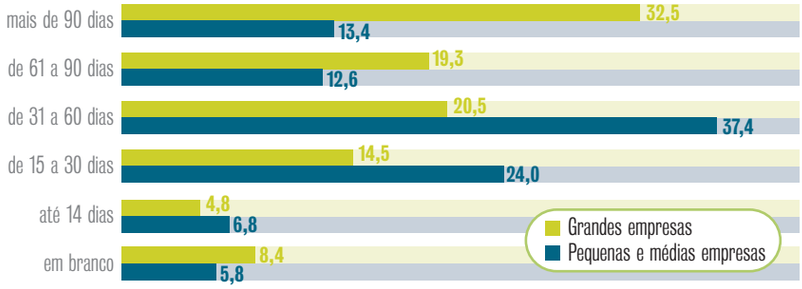
Factoring

O nome *factoring* caracteriza uma modalidade de empresa que presta basicamente dois tipos de serviços. O primeiro é assessoria no gerenciamento da área de contas a receber. Por essa característica, as *factorings* costumam atuar junto a pequenas e médias companhias, que não dispõem de grande estrutura e usufruem da experiência das *factorings* na avaliação de risco de crédito, prazos, concentração etc. O segundo tipo de serviço, o mais importante deles, é a troca de títulos a receber, tais como duplicatas, promissórias ou cheques pré-datados, por dinheiro à vista, dando às empresas que detinham o crédito a possibilidade de antecipar o recebimento e alimentar seu caixa. É claro que as *factorings* não cobrem o valor integral dos títulos. Elas descontam juros e taxas pelo adiantamento, que variam de 80% a 50% do valor de face. No Brasil, essa atividade também é conhecida como fomento mercantil ou comercial e foi autorizada pelo Banco Central apenas em 1988, apesar de já ser amplamente praticada anteriormente. Existe uma entidade, a Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil (Anfac), que reúne e representa as empresas de *factoring*. Esse órgão luta para tirar do setor o rótulo de agiota, recebido porque muitas *factorings* aceitam negociar com clientes sem crédito junto ao sistema financeiro cobrando juros bem acima do valor médio adotado pelo setor.

Principal agente financeiro com o qual as empresas realizam suas operações de crédito de curto prazo (em %)

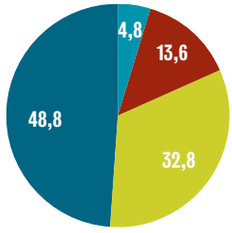


Prazo médio das operações (em %)

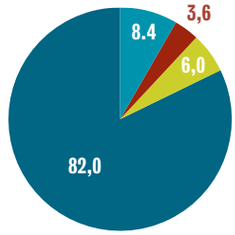


Número de instituições consultadas antes de assinar um contrato de empréstimo de curto prazo

Pequenas e médias empresas (em %)



Grandes empresas (em %)



Fontes: CNI

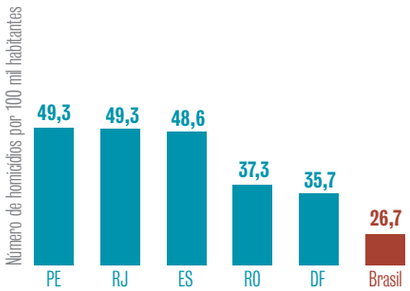
Indicadores#26 21/09/06 14:02 Page 65

Mapa da violência

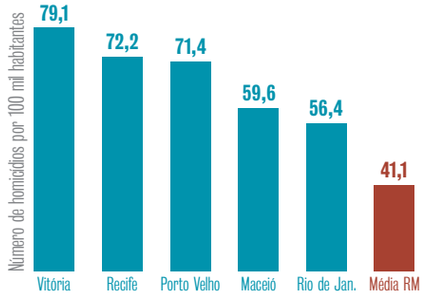
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada acaba de publicar a segunda edição do Radar Social, trazendo um retrato dos principais indicadores sociais do país e comparando-os com os valores de 2001. Nos gráficos abaixo estão apresentados alguns números relativos à segurança. De um modo geral, a violência caiu durante o período analisado pelo Radar. A queda mais acentuada se deu em 2004. Estudiosos creditam a redução nas taxas de homicídio ao bom desempenho econômico naquele ano e também às campanhas de desarmamento promovidas pelo governo.

Onde está a violência

Estados com maiores taxas de homicídio 2004

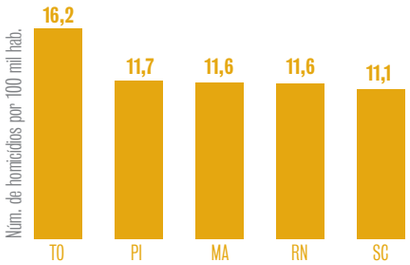


Regiões metropolitanas com maiores taxas de homicídio 2004

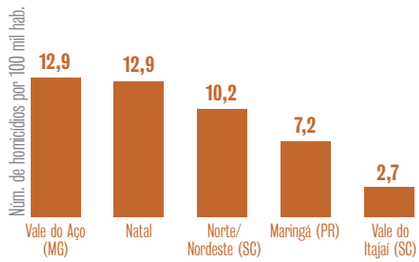


REPARE: as taxas de homicídio nas aglomerações urbanas são mais altas do que as médias estaduais.

Estados com menores taxas de homicídio

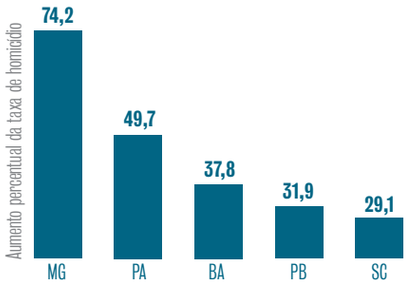


Regiões metropolitanas com menores taxas de homicídio 2004

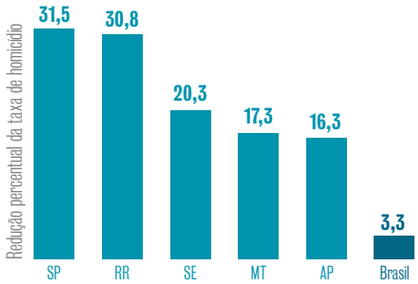


REPARE: Minas Gerais e Paraná não estão no gráfico dos estados com menores taxas de homicídio, mas aparecem no gráfico das regiões metropolitanas com menores taxas.

Estados onde as taxas de homicídio mais cresceram entre 2001 e 2004



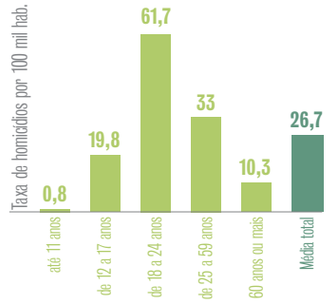
Estados onde as taxas de homicídio mais caíram entre 2001 e 2004



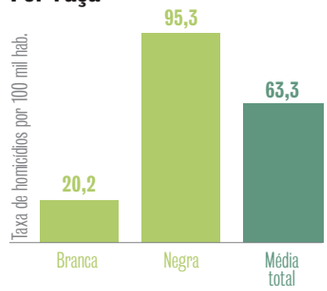
REPARE: Santa Catarina aparece no gráfico dos estados com menores taxas de homicídio e também aparece no gráfico dos estados onde a taxa mais cresce.

Quem são as vítimas

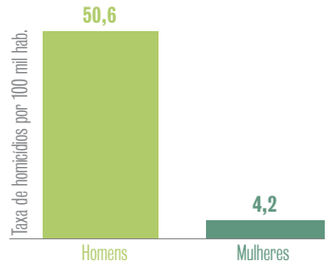
Por idade



Por raça

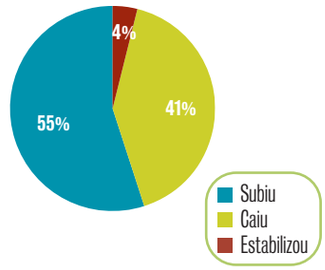


Por gênero



REPARE: os homicídios atingem sobretudo homens, negros e com idade entre 18 e 24 anos.

Comportamento da taxa de homicídios nos estados entre 2001 e 2004



Fontes: Radar Social/Ipea

CARTAS

A correspondência para a redação deve ser enviada para cartas@desafios.org.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 801 - CEP: 70076-900 - Brasília DF

Reprodução

A proposta da revista **Desafios** de publicar a série de reportagens sobre a democracia é louvável. É absolutamente necessário que uma publicação dessa envergadura tome essa iniciativa. A revista está de parabéns. Entretanto, gostaria de saber por que não houve continuidade da série no nº 24, do último mês de julho, que trataria de "financiamento de campanhas políticas e combate à corrupção" (terceira da série), como havia sido anunciado na edição de maio. As demais reportagens não serão mais veiculadas?

Fábio Ribeiro Machado
Professor da Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande - PB

Caro Fábio, voltamos ao tema da democracia na última edição, de agosto de 2006, para discutir a influência da mídia na decisão do eleitoral, porém enfrentamos dificuldades para continuar a seqüência de reportagens sem correr o risco de abrir espaço para discursos de interesse eleitoral. Decidimos, então, suspender temporariamente a série que deverá ser retomada ainda neste ano.

Tive a oportunidade de ler dois exemplares da revista **Desafios**, os n.º 23 e 24, de junho e julho de 2006, respectivamente, e gostei muito dos artigos, principalmente da entrevista com o embaixador Rubens Ricupero.

Léo da Rocha Lima
Curitiba - PR

Fiquei muito interessado em participar do processo de desenvolvimento do automóvel Obvio!, noticiado por **Desafios** na edição n.º 16, de novembro do ano passado. Gostaria muito de pedir a ajuda de vocês para saber como participar do quadro de produção e quais os cursos que posso fazer para estar apto à contratação ou onde devo tirar todas as minhas dúvidas.

Eduardo Costa da Silva
Rio de Janeiro - RJ

Prezado Eduardo, a Óbvio! ainda está em fase pré-operacional, instalando sua planta no Condomínio Automotivo FNM, em Xerém, no estado do Rio de Janeiro. Por isso, eles ainda não têm um número definitivo de telefone, e a única forma de entrar em contato com eles é por meio do e-mail sac@obvio.ind.br. Você pode obter outras informações na home page da Óbvio!, cujo endereço é www.obvio.ind.br.

Sou economista, professor universitário e assinante da revista **Desafios**. Vocês estão de parabéns pela publicação. Ela é muito atual e está auxiliando muito nas aulas que ministro de Economia Brasileira, Macroeconomia, Economia das Empresas e Economia Política.

Antonino Gomes Paixão
Economista
São Paulo - SP

Sou do Corpo de Bombeiros de São Paulo e estudante do curso de Relações Internacionais do Unilus, em Santos. Antes de mais nada, quero parabenizá-los pelo excelente conteúdo constantemente publicado nas edições da revista **Desafios**. Gostaria de lhes pedir algumas informações para elaboração de meu trabalho de conclusão de curso. O assunto que escolhi são os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs para serem alcançados até 2015. Meu trabalho consiste em fazer um levantamento de como os países têm trabalhado para atingir as metas e também levantar estatísticas dos esforços realizados no Brasil. Por último, farei um levantamento na cidade em que eu estudo.

Anderson Magno das Neves
Estudante
Itanhaém - SP

Caro Anderson, a agência da ONU responsável pelo acompanhamento dos Objetivos do Milênio no Brasil é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). É ele quem calcula o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros. Você pode obter as informações solicitadas acessando a home page do Pnud, no endereço www.pnud.org.br. Há uma seção dedicada exclusivamente às Metas do Milênio.

Na edição nº 15 de **Desafios**, de outubro de 2005, há uma foto na pág. 63 que me parece errada. O texto menciona variedades selvagens de arroz que teriam sido encontradas no norte do Brasil e que poderiam servir para cruzamentos com as variedades de arroz cultivadas. A foto mostra uma mistura de arroz comum com o Wild Rice americano, que não é um verdadeiro arroz, mas sim *Zizania aquática*, planta que nasce selvagem no norte dos Estados Unidos e Canadá e não tem relação com o arroz comum, portanto, não poderia cruzar com ele. Além do mais, é estranho encontrarem variedades nativas de arroz no Brasil, pois se sabe que o arroz é oriundo da Ásia.

Luiz Barbosa
São Paulo - SP

sxc.hu

Prezado Luiz, você tem razão em relação à foto publicada na seção Circuito da edição mencionada e reproduzida acima. Ela é apenas ilustrativa e não apresenta exatamente as variedades de arroz às quais o texto se refere. Quanto ao fato de existirem variedades nativas de arroz no Brasil, a informação foi fornecida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Acesse o conteúdo da revista Desafios do Desenvolvimento no endereço:
www.desafios.org.br